

# Sumário

Número de notícias: 62 | Número de veículos: 51

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dificuldades na articulação atrasam relatório da reforma tributária em 15 dias..... 6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro defende cashback na reforma tributária e diz que CadÚnico pode ser referência  
..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy admite que reforma tributária terá tratamento diferenciado para setores..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Banco Mundial critica incentivos à Zona Franca de Manaus: pouco eficiente..... 9

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo regional não precisa repor 100% de benefícios dos estados, diz Appy..... 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: fundo de desenvolvimento regional começaria em R\$ 40 bilhões por ano,  
diz secretário da Fazenda  
..... 11

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: secretário fala em transição na Zona Franca com garantia de emprego e  
renda, mas explorando vocações regionais  
..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrevista: 'Não adianta ministério se a expectativa é ter emenda', diz cientista político Sérgio  
Abranches  
..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que impactos do novo arcabouço vão transpassar a gestão Lula..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comitê zera imposto de importação para 628 máquinas e equipamentos industriais..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira quer votar novo arcabouço na semana que vem, diz relator..... 19

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Todo mundo quer baixar os juros', diz indicado do governo ao Banco Central..... 20

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que Congresso não irá retroceder em reformas já aprovadas.....	21
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tebet diz que haverá surpresa com inflação, que virá um pouco menor.....	22
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Vamos fazer a reforma tributária possível', diz Lira.....	23
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com IVA dual, taxa de serviços terá prazo maior.....	24
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
"O Brasil parece que ainda vive em outro mundo e tempo", diz José Roberto Afonso sobre reforma tributária .....	25
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma elevaria imposto incidente sobre o streaming, mas energia e conta do celular seriam menos tributadas, diz secretário .....	28
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula vai conversar com partidos que têm ministérios para cobrar apoio.....	30
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad vai ao Japão para reunião do G7 que antecipa participação de Lula no clube dos países ricos .....	32
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Comsefaz: Consenso entre os Estados na reforma tributária precisa ser reconstruído .....	33
VALOR ONLINE REFORMA TRIBUTÁRIA	
Análise: Fazenda de Haddad é a mais forte desde FHC.....	34
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arcabouço fiscal vem para controlar gastos e reduzir juros no Brasil, diz Tebet.....	36
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco diz que arcabouço fiscal será aprovado com urgência no Senado.....	37
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo quer votar novo arcabouço fiscal na semana que vem, diz Padilha.....	38
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
De diretor de app de mensagens a nº 2 do Ministério da Fazenda; quem é Dario Durigan .....	39

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Pacheco fala em urgência para aprovar arcabouço e defende redução da taxa de juros** ..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Presidente da Fiesp defende reforma tributária para tornar o país normal**..... 41

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Juros no Brasil geram problema fiscal e empobrecem nação, diz presidente da Fiesp** ..... 42

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Meirelles diz que governo chamar empresário de sonegador atrapalha economia**..... 44

O GLOBO - ON LINE - RJ  
SEGURIDADE SOCIAL

**Sem reforma, startups usam inteligência artificial para reduzir caos tributário**..... 46

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**MP de tributação no exterior desvia foco do principal**..... 48

VALOR ONLINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Nova regra fiscal pode liberar R\$ 120 bilhões em época eleitoral**..... 49

FOLHA ONLINE - SP  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Um ajuste pelo lado da receita (Ana Paula Vescovi)**..... 51

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A desigual batalha da reforma tributária (Marta Arretche e Sérgio Gobetti)**..... 53

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Veja quais os setores beneficiados com gastos tributários e outros benefícios fiscais (Reforma tributária)** ..... 54

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Mais imposto e mais inflação**..... 57

VALOR ONLINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Receita com fim dos benefícios ligados ao ICMS deve chegar apenas em 2024, avalia Fazenda** ..... 58

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Padilha sobre derrotas do governo no Congresso: Só não pode perder na final**..... 59

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Rio vai receber governadores para encontro com Arthur Lira sobre Reforma Tributária** ..... 61

VALOR ONLINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em reunião com economistas, Haddad calcula que PIB pode crescer 2% em 2023 ..... 62

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal é 'razoável' e vai criar condições para corte de juros, avalia Esteves, do BTG  
..... 63

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Ninguém consegue cumprir regra fiscal sem harmonia entre poderes ..... 65

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que 'nunca recebeu tanto político' e espera votação de arcabouço e reforma  
tributária neste semestre ..... 66

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumentar isenção do IR de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível com reforma, diz  
Haddad ..... 67

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad ..... 68

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz  
secretário da Fazenda ..... 69

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula reabre Conselho com críticas a juros altos, desigualdade e pobreza ..... 71

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que nunca viu momento tão oportuno para aprovação de reforma tributária  
..... 73

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que governo está atento a alguns setores que podem vir a perder com reforma  
tributária ..... 74

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Abílio Diniz alerta para fatiamento de reforma tributária: se não for agora, não faz mais  
..... 75

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação da reforma tributária este ano é prioridade absoluta, diz Tebet ..... 76

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não é possível ter taxa Selic de 13,75% não tendo inflação de demanda, diz Alckmin .....	77
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas.....	78
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL REFORMA TRIBUTÁRIA Folha de pagamentos: Ministério da Fazenda considera propor desoneração do salário mínimo .....	80
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA Relator da LDO vê 'ânsia arrecadatória' do governo com MP que prevê tributação de paraísos fiscais .....	81
VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais.....	82
G1 - NACIONAL - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Entre jabutis , jabuticabas e benefícios, veja onde governo já indicou que buscará recursos .....	84
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Deputados vão à OCDE conhecer o IVA no mundo.....	87
VALOR ONLINE - IMPRESSO REFORMA TRIBUTÁRIA Tebet vê queda do juro com arcabouço.....	88
FOLHA ONLINE - SP RECEITA FEDERAL DO BRASIL Congresso quer reforma tributária, e CPI vai gerar meme, diz Tebet (Selic).....	89
PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Salário dos executivos aumenta 9%, enquanto o dos trabalhadores cai 3%, diz pesquisa .....	92

# Dificuldades na articulação atrasam relatório da reforma tributária em 15 dias

## *Painel*

Com a articulação do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda claudicante, o GT (Grupo de Trabalho) da **reforma tributária** deve atrasar em ao menos 15 dias a apresentação do relatório. A previsão era de ter um primeiro texto na próxima terça-feira (16).

O adiamento se dá em função das dificuldades de tramitação do arcabouço fiscal , também ainda sem texto final. O presidente da Câmara , Arthur Lira (PP-AL), condicionou uma votação à outra, priorizando o novo marco das contas públicas . Pela projeção inicial, o arcabouço estaria sendo votado nesta quarta-feira (10) , mas ainda não há consenso sobre a proposta .

O relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse a interlocutores que deve aguardar ao menos 15 dias após o fim do prazo do GT para apresentar seu texto. Com isso, espera evitar que a proposta seja exposta muito longe da votação e fique "apanhando" nesse período.

O presidente do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), minimizou o impacto da desarticulação da base governista. Segundo ele, esses 15 dias, na verdade, compensam as sessões que não ocorreram no início do ano. O grupo foi instituído por Lira em 19 de fevereiro , mas a primeira reunião só aconteceu em 3 de março.

De acordo com o deputado, essas semanas serão utilizadas para fazer o debate político com governadores e outros atores interessados na reforma. A última oitava da série de audiências públicas organizadas pelo GT acontece nesta quinta-feira (11).

"Essa não é uma reforma do governo, é uma reforma do Estado. A articulação do Planalto não interfere; já temos 400 votos para aprovar", garante Lopes.

Essa não é a primeira vez que a leitura do relatório do GT é adiada. O plano de trabalho aprovado no início do ano legislativo previa sua votação já em 5 de maio .

## **Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/05/dificuldades-na-articulacao-atrasam-relatorio-da-reforma-tributaria-em-15-dias.shtml>**

# Ministro defende cashback na reforma tributária e diz que CadÚnico pode ser referência

Por Elisa Clavery, TV Globo - Brasília

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, defendeu nesta quarta-feira (10) que o modelo do cashback (ou seja, uma devolução de parte do imposto pago) esteja na **reforma tributária** analisada pelo Congresso.

O retorno do tributo seria destinado a pessoas de baixa renda para, com isso, reduzir o alto peso dos **impostos** para a população mais pobre, a chamada regressividade do sistema tributário.

Segundo o ministro, o Cadastro Único (CadÚnico) poderia ser uma forma de referência para o cashback, ou seja, pessoas cadastradas poderiam ter direito à devolução. O cadastro é um programa do governo que permite o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade social a ações como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Eu considero importante um mecanismo adequado o modelo cashback, ele garante uma condição real da gente chegar a quem realmente a gente quer que chegue, que espero que sejam os mais pobres, afirmou. E é eficiente se a opção for ter o CadÚnico como referência.

Ainda de acordo com Dias, o modelo trará mais justiça social.

Esse sistema de desconto tem a vantagem de, sendo fixado em valor ou como for adequado, você tem como acontece com o imposto de renda, um desconto proporcionalmente mais representativo para os de mais baixa renda. Então, isso também é defensável, disse.

Preocupações com funcionamento

O ministro participa de uma audiência pública no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que debate a **reforma tributária**. Dias, contudo, não citou de quanto seria o abatimento.

Antes da fala do ministro, o deputado Jonas Donizette (PSB-SP) afirmou que os parlamentares estão

trabalhando com a ideia da devolução imediata do imposto.

Ou seja, a pessoa passaria os produtos alimentares no caixa do supermercado e mediante alguma informação que ela desse, o CadÚnico ou o próprio CPF, identificaria a renda dessa pessoa e principalmente se ela está enquadrada no CadÚnico. Aquilo automaticamente geraria uma diminuição ou até zeraria o imposto dos produtos da cesta básica que ela está adquirindo. É uma maneira de fazer com que o imposto seja progressivo, defendeu o parlamentar.

O deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse ter algumas preocupações em relação ao cashback.

A primeira é se nós temos condições tecnológicas hoje para implementação do cashback de uma forma simples e eficiente. Pode existir o cashback no papel e ele não ser aplicado também porque a tecnologia não é distribuída de forma igual. E ainda em relação ao cashback, o tema da proteção de dados. Hoje o CPF é utilizado como uma forma de formar big data e isso é vendido porque estamos falando de linha comercial, disse.

No mês passado, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, também disse que o cashback poderia ser usado, por exemplo, para mensalidades escolares da educação básica.

Leia também:

**Reforma tributária:** fundo de desenvolvimento regional pode começar em R\$ 40 bi, diz secretário  
**Reforma tributária:** secretário fala em transição na Zona Franca com garantia de emprego e renda, mas explorando vocações regionais  
**Reforma tributária** deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/10/ministro-defende-cashback-na-reforma-tributaria-e-diz-que-cadunico-pode-ser-referencia.ghtml>

# Appy admite que reforma tributária terá tratamento diferenciado para setores

*Por Victoria Abel - Brasília*

O secretário especial de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, admitiu que será necessário tratamento diferenciado para alguns setores econômicos para que a proposta seja aprovada no Congresso Nacional. O governo era resistente a ideia de ceder a exceções.

Appy destacou, porém, que as formas de diferenciação ainda estão sendo debatidas. O secretário falou a deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

- A questão setorial ainda está em discussão. É possível, é bem provável, que para poder viabilizar politicamente a aprovação, alguns setores, muito possivelmente agronegócio, alimentos, educação, saúde e transporte, sejam setores que tenham um tratamento diferenciado. Mas, mesmo se não tivermos tratamento diferenciado, a reforma seria positiva para todos - disse

O secretário ainda prevê uma transição das cinco alíquotas de consumo para um imposto único ou dual em menos de 10 anos.

- Se aprovássemos a **reforma tributária** neste ano, supondo que se aprove a lei complementar no ano que vem, acreditamos que em meados de 2025 poderia ser feita a transição do PIS/COFINS para o CBS. A partir de 2027, otimisticamente, 2026, mas realisticamente, 2027, você começaria a redução das alíquotas de ISS e ICMS. [A transição aconteceria] Em quatro, no caso da PEC 45, e em 5 anos no caso da PEC 110. Com isso, vc completaria esse processo em 2030 ou 2031, quando os **tributos** atuais seriam totalmente extinto e teríamos um novo. O IPI seria substituído pelo imposto seletivo - explicou

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/appy-assume-que-reforma-tributaria-tera-tratamento-diferenciado-para-setores.ghtml>



# Banco Mundial critica incentivos à Zona Franca de Manaus: pouco eficiente

**Rafaela Gonçalves**

Em seu primeiro relatório econômico sobre a Amazônia brasileira, o Banco Mundial critica os benefícios tributários concedidos à Zona Franca de Manaus. O estudo, chamado "Equilíbrio delicado para Amazônia Legal brasileira", considera os incentivos fiscais para impulsionar a região como "pouco eficientes".

Em meio a debates da **reforma tributária**, a organização, que financia projetos de países em desenvolvimento, defendeu uma revisão desses incentivos. "Os incentivos fiscais a atividades industriais na Amazônia Legal não ajudaram a estimular o crescimento da produtividade e devem ser reavaliados", destaca o relatório.

De acordo com o Banco Mundial, os incentivos concedidos ao polo industrial são equivalentes a 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. "Apesar do alto custo fiscal, o Amazonas vem perdendo competitividade, e encontra cada vez mais dificuldade para atrair novas empresas. O número de empregos na indústria também vem diminuindo, com um aumento concomitante da intensidade de capital", avalia.

O estudo propõe ainda mudanças no modelo econômico para conciliar desenvolvimento e preservação. É possível combinar a elevação dos padrões de vida e a preservação das florestas em pé num modelo de desenvolvimento que promova, ao mesmo tempo, a produtividade urbana e rural, a proteção florestal e meios sustentáveis de subsistência para a população."

Acordo com a União Europeia

A instituição financeira se posiciona favoravelmente à adoção de salvaguardas ambientais na assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

"Várias salvaguardas ambientais destinam-se a reduzir os impactos desse acesso aprimorado ao mercado sobre o desmatamento. Os efeitos dessas salvaguardas variam conforme o caso: é importante que elas sejam implementadas e aplicadas adequadamente, aponta o documento.

O Banco Mundial ainda aponta para a necessidade de revisar os mecanismos de crédito rural, concentrando o apoio fiscal em agricultores menores e mais produtivos, além de estimular a bioeconomia e ampliar sistemas de proteção social.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5093540-banco-mundial-critica-incentivos-a-zona-franca-de-manaus-pouco-eficiente.html>

# Fundo regional não precisa repor 100% de benefícios dos estados, diz Appy

**Danielle Brant**

O fundo de desenvolvimento regional estudado na **reforma tributária** não precisa compensar todos os benefícios fiscais concedidos pelos estados para atrair investimentos, afirmou nesta quarta-feira (10) o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy .

Ele participou de audiência pública na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. O tema discutido foi impacto da reforma no desenvolvimento do Centro-Oeste.

Appy ouviu reclamações de secretários de estados do Centro-Oeste sobre o tamanho fundo, estimado em R\$ 40 bilhões por ano, conforme valores do ano passado - a PEC (proposta de emenda à Constituição) 110, do Senado, prevê que o fundo seria formado por 5% do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), imposto único a ser criado.

"O montante de recurso do fundo de desenvolvimento regional não precisa ser do tamanho do montante de recursos hoje alocados pelos estados na concessão de benefícios fiscais para atração de investimentos", argumentou Appy.

O secretário defende, em primeiro lugar, que não faz sentido transferir recursos do fundo para estados mais desenvolvidos da federação. "Segundo motivo: uma boa parte dos benefícios que são concedidos hoje são concedidos para empresas que, por vocação, já iriam para o próprio lugar onde elas estão indo."

Appy citou como exemplo empresas de processamento de produtos primários que se instalam perto de onde esses itens são produzidos.

"Os estados hoje têm que conceder benefícios porque os outros estados estão concedendo. É uma disputa que, do ponto de vista líquido, na verdade, a gente só está concedendo benefícios para empresas que, num mundo sem benefícios, iriam se instalar naquela localidade de qualquer forma."

Na avaliação de Appy, o modelo de desenvolvimento do fundo é diferente, por estimular os estados a explorar suas vocações regionais. "É uma mudança de paradigma. Essa mudança de paradigma não vai

requerer que a gente tenha o montante de recursos no fundo de desenvolvimento regional que reponha 100% de todos os benefícios dados por todos os estados hoje."

Ele afirmou ainda que a política vai selecionar os estados que aplicarem bem ou mal os recursos.

Segundo o secretário, o funding estudado atualmente viria de estados e municípios. "Essa questão do funding é um tema que está em discussão com os estados", disse, antes de complementar que ainda está em aberto, assim como o valor do fundo.

Além disso, o fundo seria permanente. "Nunca teve uma discussão de que seria temporário, não", disse.

Appy afirmou que a decisão por um IVA (imposto sobre valor agregado) único ou Dual será política. "O que eu posso dizer é que, do ponto de vista das empresas, o ideal seria um único IVA", disse. "Do ponto de vista federativo, a nossa percepção é que o IVA Dual facilitaria mais a aceitação, mas a decisão é uma decisão política."

Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, complementou, "tanto faz ser um IVA único ou IVA dual". "Não é isso que vai ser determinante para o sucesso da **reforma tributária**."

O grupo de trabalho da Câmara que discute a reforma considera, além da PEC 110, a PEC 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/fundo-de-regional-nao-precisa-repor-100-de-beneficios-dos-estados-diz-appy.shtml>

# Reforma tributária: fundo de desenvolvimento regional começaria em R\$ 40 bilhões por ano, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, informou nesta quarta-feira (10) que o fundo de desenvolvimento regional, buscado pelos estados e municípios, começaria em R\$ 40 bilhões por ano. Ele participou de audiências públicas na Câmara dos Deputados.

A definição de um valor para o fundo de desenvolvimento regional, que também serviria para compensar os estados e municípios pelo fim dos benefícios fiscais concedidos, representou, historicamente, um dos principais pontos de atrito para a aprovação de uma **reforma tributária** nas últimas décadas - a chamada questão federativa .

Segundo ele, a PEC 110, que junto com a PEC 45 serve de base para a **reforma tributária** sobre o consumo, em discussão no Congresso Nacional, estabelece que o fundo seria formado por 5% do valor do futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), da parte somente dos estados e municípios.

O secretário Appy admitiu, porém, que o valor do fundo de desenvolvimento regional, assim como a forma de financiamento (o funding ) pode mudar na negociação com os estados e municípios. Isso quer dizer que o valor pode ser maior do que o fixado na PEC 110, e que a União também pode vir a contribuir para o seu financiamento.

O valor e funding [como será feito o financiamento do fundo] são temas que estão em aberto , declarou Appy a jornalistas. O secretário afirmou, ainda, que o fundo seria permanente.

Estados

Na última tentativa de aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo, na gestão do presidente Jair Bolsonaro, os governos estaduais pediram R\$ 480 bilhões ao Executivo ao longo de dez anos para abastecer os fundos de desenvolvimento regional e de compensações das exportações. A proposta não foi aceita pelo então ministro da Economia, Paulo

Guedes.

Também presente na Câmara dos Deputados, a secretária-interina de Economia do estado de Goiás, Selene Peres, afirmou que o valor inicial de R\$ 40 bilhões por ano parecer ser claramente insuficiente para os estados. Ela disse que, somente em Goiás, os benefícios fiscais somam R\$ 14 bilhões por ano.

Ela reclamou, também, que a PEC 110 remete para uma lei complementar, a ser discutida após a aprovação da PEC da **reforma tributária** sobre o consumo, a forma de distribuição do fundo de desenvolvimento regional. Peres disse que a União também tem de participar do financiamento do fundo.

Fundo é tão essencial ao Brasil porque esta no cerne da discussão federativa (...) Me parece um contrassenso que as definições sobre um tema tão importante aos estados e municípios seja remetido a lei complementar, que desconhecemos. Todos somos a favor da reforma, mas a questão é como fica o desenvolvimento regional. Como vamos dar um cheque em branco ao executivo sem conhecer ainda os detalhes desse texto , questionou a secretária.

IVA dual

O secretário Bernard Appy também avaliou que a instituição de um IVA dual, ou seja, de um tributo sobre o consumo somente para a União, e outro para os estados e municípios, nos moldes também do que está proposto na PEC 110, poderia facilitar a aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo. Mesmo sendo dual , a legislação seria única.

Do ponto de vista federativo a nossa percepção é que o IVA dual facilitaria mais a aceitação, mas a decisão é uma decisão política. Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, tanto faz ser um IVA único ou IVA dual. Não é isso que vai ser determinante para o sucesso da **reforma tributária** , afirmou o secretário do Ministério da Fazenda.

**Sítio:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/10/reforma-a-tributaria-fundo-de-desenvolvimento-regional->

***comecaria-em-r-40-bilhoes-por-ano-diz-secretario-da-  
fazenda.ghtml***

# Reforma tributária: secretário fala em transição na Zona Franca com garantia de emprego e renda, mas explorando vocações regionais

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A equipe econômica está discutindo com o governo do Amazonas um modelo de transição para a Zona Franca de Manaus, diante da proposta de **reforma tributária** sobre o consumo. O governo diz que o objetivo é manter o atual patamar de geração de emprego e renda, mas com uma melhor exploração das vocações da região.

A informação foi dada nesta quarta-feira (10) pelo secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy. Ele participou de audiências públicas nas comissões de Minas e Energia e Integração Nacional, e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Estamos agora discutindo com o governo do Amazonas o modelo de transição. Está indo muito bem, mas não está encerrado. Temos um compromisso enquanto ministério de fazer uma transição que não será traumática para as empresas que estão lá e que garanta, no médio e longo prazos, o mínimo da geração de empregos e renda que gera hoje. Se possível, com um modelo que explore mais as vocações regionais do que o modelo atual, declarou o secretário Bernard Appy.

As propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso Nacional contemplam a manutenção dos benefícios da Zona Franca de Manaus, concedidos, atualmente, pela isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para os produtos lá produzidos.

Só para este ano, a renúncia de **tributos** por conta dos benefícios para a Zona Franca deve passar de R\$ 30 bilhões.

As propostas de reforma, no entanto, preveem o fim do IPI e sua substituição por um imposto seletivo. Deste modo, teoricamente, essa forma de conceder benefício fiscal à região amazônica seria prejudicada.

No ano passado, quando o governo Bolsonaro reduziu

o IPI, em todo o país, para produtos que também eram fabricados na Zona Franca, o governo do Amazonas recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) - que restabeleceu os benefícios, elevando novamente o imposto para outras regiões.

O secretário Appy não deu mais detalhes sobre a forma como o benefício será mantido para as empresas instaladas na área, mas informou que a transição para um novo modelo será extremamente suave ao longo do tempo.

Relator garante benefício

Em abril, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, afirmou que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073.

Na formulação do relatório, o deputado levará em consideração duas propostas que tramitam no Congresso Nacional:

PEC 45 - IVA Único para União, estados e municípios, mais um imposto seletivo (sobre produtos nocivos). PEC 110 - IVA Dual, ou seja, um imposto para estados e municípios, além de outro para o governo federal e, também, um imposto seletivo (sobre produtos nocivos).

Zona Franca de Manaus

Criada em 1967, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia.

Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100.047 postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o atual modelo econômico de desenvolvimento compreende três polos: comercial, industrial e agropecuário. O órgão informa que o primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, e que o polo industrial é considerado, neste momento, a base de sustentação da ZFM.

#### Instituto Escolhas

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade, avaliou que a ZFM precisa se dinamizar e se renovar, pois há desafios que fazem com que ela gere menos empregos como, por exemplo, a robotização dos processos produtivos.

Ele acrescentou que um terço dos benefícios fiscais concedidos pelo governo federal, ou seja, recursos públicos, é para bancar o transporte do insumo, do Sul e do Sudeste do país, para a região amazônica. Quando lá chegam, é feita a montagem dos produtos - vendidos principalmente em outras regiões do país. Leitão avaliou que é um custo alto para fazer um processo sem inovação.

Sergio Leitão disse que a bioeconomia, como projetos de piscicultura e carne vegetal, por exemplo, são o passaporte para o futuro da região. Estudo do Instituto Escolhas cita possibilidade de avanço nos setores de alimentos, bebidas, cosméticos, têxtil, energia e farmacêutico, entre outros. E revela que o Banco da Amazônia tem R\$ 33,8 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) que podem ser buscados pelos empreendedores para essas atividades.

#### Site:

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/10/reforma-tributaria-secretario-fala-em-transicao-na-zona-franca-com-garantia-de-emprego-e-renda-mas-explorando-vocacoes-regionais.ghtml>**

# Entrevista: 'Não adianta ministério se a expectativa é ter emenda', diz cientista político Sérgio Abranches

**Por Bernardo Mello**

Criador da expressão "presidencialismo de coalizão", o cientista político Sérgio Abranches avalia que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não se adaptou à lógica "mais adversa" da relação com o Congresso. Contudo, para o intelectual, as críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), à interlocução política do Planalto são motivadas não pela busca de um novo modelo de relação, mas sim pelo desejo de "retornar a uma situação similar à do orçamento secreto".

O que explica a dificuldade do governo Lula na relação com o Congresso?

Em 2018, o sistema se desorganiza com a quebra da disputa entre PT e PSDB e o ápice da fragmentação partidária na Câmara. Até então, sempre havia partidos grandes que serviam de pivô da coalizão vencedora, como foi o PFL com Fernando Henrique e o PMDB com Lula. Em 2022, o fim das coligações proporcionais e a cláusula de barreira reduzem essa fragmentação, mas deixando uma série de bancadas de tamanho médio, sem poder de veto na agenda do Congresso. Ou seja, as novas regras ainda não geraram a reorganização partidária esperada. Com isso, as coalizões se tornaram líquidas. Não se consegue formar maiorias com o mínimo de espinha dorsal.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que o modelo de coalizão "não funciona mais". Qual é a sua avaliação?

O presidencialismo de coalizão se impõe no Brasil por uma impossibilidade estrutural de o presidente fazer maioria com seu partido. E o Executivo, em nosso sistema, precisa do Congresso para cada etapa do governo, daí a necessidade da coalizão.

O semipresidencialismo, como já ventilado por Arthur Lira, é uma possibilidade?

Lira não está atrás de outro modelo, e sim de retornar a uma situação similar à do orçamento secreto, que é arbitrário e anarquiza as políticas públicas. Se

deixarmos a política educacional, por exemplo, ser feita na base da liberação de verbas para reformar escola X ou Y porque um deputado pediu, perderemos qualquer possibilidade de um projeto estratégico de qualidade no ensino. Até mesmo os sistemas semipresidencialistas funcionais têm coalizões, como foi com a Geringonça, em Portugal.

Mas como reorganizar a relação entre Executivo e Legislativo no pós-orçamento secreto, cuja extinção não diminuiu o volume de emendas parlamentares?

O engano foi imaginar que o único problema era a falta de transparência, quando a questão mais crítica é a entrega de nacos cada vez maiores do orçamento para quem só quer beneficiar a própria base. O ecossistema legislativo se tornou mais adverso. Não adianta dar ministério, nisso Lira tem razão, porque todo mundo está na expectativa de ter emenda. Outro erro foi centralizar o poder na Casa Civil, esvaziando a capacidade de negociação que o ministro (Alexandre) Padilha deveria ter na articulação política. Um governo emperrado, que não entrega o que já prometeu desde a época da PEC da Transição, não vai funcionar.

Entregar cargos para partidos aliados ajuda a resolver?

Além da disfunção entre Executivo e Legislativo, há um enfraquecimento do sistema partidário. Parece que Lula acha que a maneira de negociar com o Congresso ainda é a do primeiro mandato. Só que os partidos também perderam identidade. Dar um ministério para o União Brasil não é o mesmo que era dar para o antigo PFL. Porque o União Brasil é um pedaço do DEM, uma versão anêmica do PFL, combinado ao PSL, que foi uma casca inchada pela votação do Bolsonaro em 2018, mas sem nenhuma espinha dorsal. O União Brasil é irremediavelmente dividido, portanto muito difícil de conversar.

Então não há resposta de curto prazo?

No atual momento, estamos numa transição na qual não há solução boa. O governo só consegue aprovar medidas negociadas caso a caso, compartilhando a decisão com os presidentes da Câmara e do Senado,

que também ficaram com menos poder. Uma coisa bem-vinda seria um partido com alguma consistência ocupar o lugar do PSDB. Hoje vejo um vácuo, porque o PL é um partido invertebrado. Se a disputa presidencial vira algo ultrapolarizado, o sistema não vai se organizar nunca. Outra coisa importante seria, através da **reforma tributária**, descentralizar o orçamento para estados e municípios.

Esta dificuldade de formar uma base sólida pode ameaçar votações cruciais para o governo, como a do arcabouço fiscal?

Hoje vejo consenso mínimo no Congresso de que sem arcabouço fiscal há **inflação**. E que a **inflação** tira voto. O que põe em risco é o governo continuar interpretando mal, achando que o ecossistema é o mesmo e, portanto, se fizer mais do mesmo consegue resolver as coisas. Não consegue. Hoje é mais fácil frustrar as expectativas dos parlamentares do que era no passado.

A derrubada pela Câmara de trechos dos decretos de saneamento de Lula foi um teste para a base do governo?

Vejo como uma questão idiossincrática do governo, de propor reestatização a Congresso privatista, que obviamente não vai aprovar isso. Agora, acho que este modelo, em que o Executivo regula por decreto e depois o Congresso fiscaliza e eventualmente derruba, faz mais sentido do que precisar negociar o lançamento de cada política pública.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/entrevista-nao-adianta-ministerio-se-a-expectativa-e-ter-emenda-diz-cientista-politico-sergio-abranches.ghtml>**



# Relator diz que impactos do novo arcabouço vão transpassar a gestão Lula

**Táisa Medeiros**

O novo arcabouço fiscal tomou forma e tem chances significativas de ser votado na terça-feira. Foi o que afirmou o relator do texto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), ontem, em reunião com membros da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Conforme Cajado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), expressou essa intenção. Caso a data da apreciação seja confirmada, o relatório final será divulgado amanhã.

Cajado também se reuniu, ontem, com as bancadas do PL e do PSDB. Ele disse que o texto está maduro e que os impactos positivos da medida vão transpassar a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos de imaginar que o governo foi democraticamente eleito, e não podemos deixar de dar os instrumentos necessários para que cumpra com suas promessas, porém, com equilíbrio das contas públicas, frisou.

O deputado destacou as perspectivas de que o novo arcabouço fiscal gere aumento na arrecadação do governo. Acredito que, nas conversas que eu tive com a ministra Simone Tebet (do Planejamento e Orçamento), com Fernando Haddad (da Fazenda), há possibilidade, sim, para que o governo aumente a arrecadação sem elevar a carga tributária, ressaltou.

Além da aprovação do novo arcabouço fiscal, contudo, a **reforma tributária**, debatida no grupo de trabalho (GT) na Câmara, precisa ser apreciada. O relator frisou a importância de as duas matérias serem sancionadas, para o país ter maior segurança nas contas públicas.

Votando o marco (do saneamento), votando a **reforma tributária**, teremos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com todos os números macroeconômicos. Isso vai trazer segurança, argumentou.

A tramitação rápida da matéria vem sendo defendida, também, por outras lideranças. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que a proposta de arcabouço fiscal será aprovada com urgência.

É uma opção do novo governo, nós vamos aceitar. Já foi encaminhado o projeto de lei complementar, será aprovado certamente na Câmara dos Deputados. Chegando ao Senado Federal, nós também o aprovaremos, com o sentimento de urgência que o caso impõe, garantiu.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também aposta que a aprovação, pelos deputados, será na próxima semana. Segundo ele, Lula deve se reunir, nesta semana, com Cajado para alinhar os últimos pontos.

## Sanções

Cajado defendeu que não existam punições para o descumprimento das metas estabelecidas pelo arcabouço. O deputado reconheceu a preocupação com o cumprimento dos objetivos estabelecidos, mas defendeu que as sanções não sejam encaradas de forma draconiana. Segundo frisou, estabelecer punições faz com que os gestores evitem buscar metas mais ambiciosas.

O que ouvi até de técnicos é que nós não devemos encarar as sanções de forma draconiana, como se elas fossem, por si só, a solução para o problema. A Câmara é plural, tem muitas ideias e sugestões, nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio que tenha sustentabilidade e efetividade, argumentou.

## Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

## Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

## Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5093381-relator-diz-que-impactos-do-novo-arcabouco-va-transpassar-a-gestao-lula.html>

# Comitê zera imposto de importação para 628 máquinas e equipamentos industriais

**Rafaela Gonçalves**

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou, nesta terça-feira (9/5), uma medida que zera, até o dia 31 de dezembro de 2025, o imposto de importação de 628 máquinas e equipamentos industriais. A alíquota média desses produtos era de 11%. A medida será publicada nos próximos dias no Diário Oficial da União (DOU), quando entrará em vigor.

Dos 628 equipamentos que terão imposto de importação zerado, 564 são industriais com fabricação no exterior e 64 de informática e telecomunicações. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o objetivo é reduzir custos para investimentos produtivos no país.

"Os investimentos serão feitos em mais de 40 setores da economia, destacando-se os de metalurgia; eletricidade e gás; fabricação de veículos automotores; fabricação de máquinas e equipamentos; além de fabricação de celulose, papel e produtos de papel", destacou a Camex.

Cerca de 80% dos bens não são produzidos no Brasil, a maioria dos produtos é proveniente dos Estados Unidos, da China, da Alemanha e da Itália. Hoje, essa importação chega a um montante de mais de US\$ 800 milhões.

O economista Ecio Costa afirmou que a medida é importante para aumentar a competitividade e a produtividade da indústria nacional. "A produtividade vem caindo ao longo das últimas décadas. Essa isenção valerá até 31 de dezembro de 2025 e atende uma solicitação da indústria, pois são itens não fabricados aqui", avaliou.

Costa destacou que o investimento em capital faz com que o setor se torne mais competitivo em relação aos demais países. "Aliado a isso, claro, a **Reforma Tributária** ajudaria muito a indústria Brasileira com a tributação a partir do valor adicionado em cada estágio dos processos industriais", acrescentou.

## Antidumping

O comitê aprovou ainda medida antidumping para cápsulas de gelatina usadas na ingestão de remédios

e suplementos. O insumo, que é importado do México e dos Estados Unidos, passará a ser sobretaxado para evitar prejuízo à indústria nacional. A medida terá duração de cinco anos para o insumo, comumente usado em farmácias de manipulação, suplementos alimentares e produtos veterinários.

No caso dos concentrados de proteínas, o Gecex excluiu o produto da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec), depois de verificar-se a capacidade de produção no país. Os concentrados estão presentes em proteínas de soja, consumidas por esportistas. "Isso permitirá ao setor produtivo concorrer em maior igualdade de condições de preço e continuar investindo no aumento da capacidade produtiva e geração de emprego e renda no país", disse o comitê.

## Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

## Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

## Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5093356-comite-zera-imposto-de-importacao-para-628-maquinas-e-equipamentos-industriais.html>

# Lira quer votar novo arcabouço na semana que vem, diz relator

**Táisa Medeiros**

O relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), afirmou, nesta terça-feira (9/5), que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende pautar a votação do novo arcabouço fiscal na próxima terça-feira (16/5). Caso isso seja confirmado, Cajado pretende divulgar o texto final do relatório na próxima sexta-feira (12).

"Temos que imaginar que o governo foi democraticamente eleito, e não podemos deixar de dar os instrumentos necessários para que o governo cumpra com suas promessas, porém, com equilíbrio das contas públicas", frisou. O deputado disse, ainda, que o texto está maduro para ser votado na próxima semana, apesar de ainda não ter conversado com todas as lideranças partidárias.

Ele destacou também as perspectivas de que o novo arcabouço fiscal gere aumento na arrecadação do governo. "Eu acredito que nas conversas que eu tive com a ministra Simone Tebet (do Planejamento e Orçamento), com Fernando Haddad (da Fazenda), há possibilidade, sim, para que o governo aumente sua arrecadação sem aumentar a carga tributária", disse. Cajado reconheceu que o governo Lula tem diversas "cartas na manga" para robustecer a arrecadação, "como o voto privilegiado do **CARF**", citou.

Orçamento de 2024

O relator ainda frisou a importância de que, junto com o novo arcabouço fiscal, seja aprovada a **reforma tributária**, debatida ainda em Grupo de Trabalho (GT) na Câmara, com relatoria do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). "Votando o marco, votando a **reforma tributária**, teremos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com todos os números macroeconômicos. Isso vai trazer uma segurança", defendeu. Além da FPE, o relator tem na agenda, hoje, reuniões com o presidente interino da Câmara, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), bem como integrantes das bancadas do PSDB e do PL.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou a empresários que a proposta de arcabouço fiscal enviada pelo governo ao Congresso será aprovada com urgência. "É uma opção do novo governo, nós vamos aceitar. Já foi encaminhado o

projeto de lei complementar, será aprovado certamente na Câmara dos Deputados, chegando no Senado Federal nós também o aprovaremos com o sentimento de urgência que o caso impõe", disse.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, também aposta que a aprovação será na próxima semana pelos deputados. Segundo Padilha, o presidente Lula deve se reunir nesta semana com o relator da proposta na Câmara, o deputado Cláudio Cajado, para alinhar os últimos pontos na proposta que foi apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de março.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/509-3267-lira-quer-votar-novo-arcabouco-na-semana-que-vem-diz-relator.html>

# 'Todo mundo quer baixar os juros', diz indicado do governo ao Banco Central

**Brasília**

*/  
Plínio Aguiar, do R7, em Brasília*

Indicado para ser diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou nesta terça-feira (9) que a ida para a instituição tem como objetivo convergir as políticas fiscal e monetária. O atual número dois de Fernando Haddad disse que "todo mundo quer baixar os juros", atualmente em 13,75% .

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O nome de Galípolo já circulava para ocupar uma das vagas de direção do BC e deve servir como um termômetro para avaliar a reação do mercado e do governo. Isso porque o titular estuda um substituto para o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que tem mandato até o fim de 2024.

Questionado se vai para o BC com a intenção de tentar reduzir a taxa de juros, Galípolo respondeu: "Não necessariamente. Acho que todo mundo quer baixar os juros. Tenho convicção de que toda a diretoria do Banco Central não tem nenhum tipo de satisfação nem profissional nem pessoal ter juros mais altos. Tenho absoluta convicção nisso".

"O que vem sendo feito pela Fazenda é tentar criar um ambiente para que o mercado possa colocar os preços de maneira adequada e o Banco Central sancionar essa redução e juros", acrescentou.

Com a indicação ao BC, Galípolo informou que o ministro da Fazenda está tentando evitar o que "vem acontecendo há muito tempo na economia brasileira", que é ter uma política monetária diferente da fiscal.

"Esse tipo de diálogo e esse tipo de convergência é essencial. Eu tenho boa relação com Roberto Campos, com a diretoria, desde o início, o que não significa obrigatoriamente que todo mundo vai pensar igual. É óbvio que existe uma grande afinidade de

pensamento com o ministro Haddad e a intenção é conseguir facilitar esse diálogo, essa convergência das duas políticas", disse.

Na Diretoria de Política Monetária, Galípolo terá destaque no debate sobre a taxa básica de juros, a Selic, durante as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). O tema é caro ao governo federal, que tem pressionado o banco para uma diminuição da taxa. Ele vai precisar ser sabatinado pelo Senado antes de assumir.

O lugar ocupado até então por Galípolo será de Dario Durigan, diretor de Políticas Públicas do WhatsApp . Ele foi assessor especial de Haddad na Prefeitura de São Paulo. Durigan assume o segundo cargo mais importante do Ministério da Fazenda no momento em que o governo articula com o Congresso temas sensíveis para o Executivo, como o novo marco fiscal - proposta que vai substituir o atual teto de gastos - e a reforma tributária.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/todo-mundo-quer-baixar-os-juros-diz-indicado-do-governo-ao-banco-central-09052023>

# Lira diz que Congresso não irá retroceder em reformas já aprovadas

Por Maria Carolina Marcello

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), mandou recados ao governo nesta segunda-feira ao afirmar que o papel do Congresso será o de impedir retrocessos em temas já aprovados pelo Parlamento e, sem citar diretamente o Executivo, afirmou que não é a Câmara quem tem prejudicado a segurança jurídica do país.

Partiu de Lira o pedido para que a Câmara votasse na semana passada um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alterava trechos do marco do saneamento aprovado pelo Congresso, impondo uma derrota ao Palácio do Planalto. O presidente da Câmara também não esconde sua posição contrária à revisão de pontos da privatização da Eletrobrás.

A principal reforma que o Congresso brasileiro vai ter que brigar diariamente é a reforma de não deixar retroceder tudo o que já foi aprovado no Brasil no sentido da amplitude do que é liberal, disse o deputado no evento Lide Brazil Investment Forum 2023, em Nova York, a empresários, líderes e ao ex-presidente Michel **Temer**, a quem se referiu respeitosamente em algumas falas.

Então não retroceder será a nossa principal reforma.

Ao comentar que o Congresso terá a tarefa de vigiar o tempo todo, afirmou que a aprovação do PDL na última semana não ocorreu por picuinha ou maldade política, mas em uma atitude de afirmação do protagonismo do Congresso Nacional nos últimos anos.

A Câmara votou e nós esperamos que o Senado consagre essa semana também a votação, colocando no seu lugar leis que são importantes para o país, acrescentou.

Lira apontou ainda para um clima de insegurança jurídica no país, que estaria afugentando investimentos externos, sem citar o caso da Eletrobrás -- o governo ingressou por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) no Supremo Tribunal Federal para rever pontos da privatização.

Não é o Congresso que tem faltado a ela (segurança jurídica). Não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica no país. Nós precisamos que esse ambiente se normalize, se tranquilize, defendeu.

Ao analisar o contexto político atual, Lira avaliou que as eleições do ano passado resultaram em um Congresso liberal e um Executivo progressista. Ainda assim, e mesmo diante da radicalização nos últimos anos, voltou a defender que temas prioritários como o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** não sejam contaminados pela disputa política, mesmo que governo e Parlamento estejam na fase de acomodação política neste começo de mandato de Lula.

Nosso desafio vai ser com que o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** fiquem à margem dessa polarização. À margem das discussões políticas porque esses temas são nacionais.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Lira diz que Congresso não irá retroceder em reformas já aprovadas

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/05/09/lira-diz-que-congresso-nao-ira-retroceder-em-reformas-ja-aprovadas.htm>

# Tebet diz que haverá surpresa com inflação, que virá um pouco menor

## **Brasília**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta terça-feira, 9, que a **inflação** deve vir um pouco menor do que o esperado. Teremos uma surpresa. A **inflação** virá um pouquinho menor do que as expectativas, disse, durante sessão conjunta das comissões de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional no Senado.

O IBGE divulga na sexta-feira, 12, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) relativos a abril.

O órgão está subordinado ao Ministério do Planejamento.

## **Reforma tributária** e arcabouço fiscal

Se vai ser IVA único ou IVA dual será a decisão de vossas excelências, disse a ministra aos senadores que estavam na sessão conjunta.

A proposta desenhada pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, prevê a unificação de **tributos** federais, estaduais e municipais em um único imposto do tipo valor agregado.

O Congresso, no entanto, já considera a mudança para um IVA Dual - com um imposto federal e outro a ser dividido entre estados e municípios - para garantir autonomia aos entes subnacionais.

Nesse aspecto, Tebet também comentou que o fundo de compensação para perdas de arrecadação terá a formatação definida pelos parlamentares.

Tebet voltou a comentar sobre o arcabouço fiscal e o trabalho do relator, Claudio Cajado (PP-BA). A espinha dorsal está sendo preservada e isso é importante. Aí é a vontade do Congresso em fazer as alterações. O objetivo é transmitir credibilidade à política fiscal, disse.

Ela ainda comentou sobre investimentos, por considerar o patamar de R\$ 70 bilhões pequenos. E disse que o novo programa de aceleração de crescimento, que terá outro nome ainda indefinido,

focará em áreas como logística e transição energética verde.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/09/tebet-diz-que-havera-surpresa-com-inflacao-que-vira-um-pouco-menor.htm>

# 'Vamos fazer a reforma tributária possível', diz Lira

*Por Bianca Gomes - São Paulo*

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Congresso vai aprovar a **reforma tributária** "possível". Em evento do Lide, em Nova Iorque, o deputado ainda fez críticas indiretas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que falta segurança jurídica no país - e não por culpa do Congresso.

- Vamos fazer a **reforma tributária** possível. Se for mais dura, com mais transição. Se for mais leve, com menos transição. Não teremos nenhum tipo de dificuldade de negociar com transparência e cautela para que essa reforma saia definitivamente, como todos anseiam - afirmou Lira.

Em seguida, o presidente da Câmara acrescentou:

- (A reforma servirá para termos um) país mais justo, mais simples, com ambiente de negócio mais tranquilo e, principalmente, com segurança jurídica, que tem faltado no nosso país ultimamente. E não é o Congresso que tem faltado a ela. Não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica no país. Precisamos que esse ambiente se tranquilize e normalize para que investidores externos e recursos internacionais possam transitar de maneira segura - disse ele.

A fala de Lira ocorre num momento em que Lula tenta rever pontos da privatização da Eletrobras?. Na sexta-feira, o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o estatuto da empresa e garantir mais poder na companhia. A estratégia do Palácio do Planalto foi antecipada pela colunista Malu Gaspar em março .

Na semana passada, o Planalto somou derrota na derrubada de trechos de decretos de Lula que mudavam as regras de saneamento. No Lide, Lira disse que o movimento não se deu por "picuinha ou maldade política", mas porque atacou um ponto já "amplamente discutido" no parlamento. Ele acrescentou ainda que o Congresso terá de "brigar diariamente" para impedir retrocessos .

- Todos dirão que a principal reforma que o Congresso tem que se debruçar é a **reforma tributária**. Não. A principal reforma que o Congresso brasileiro terá de

brigar diariamente é a reforma de não retroceder em tudo o que já foi aprovado no Brasil no sentido da amplitude do que é mais liberal. Não retroceder será a nossa principal reforma -afirmou o presidente da Câmara.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/vamos-fazer-a-reforma-tributaria-possivel-diz-lira.ghtml>

# Com IVA dual, taxa de serviços terá prazo maior

Por Marta Watanabe - De São Paulo

Caso a **reforma tributária** sobre consumo estabeleça um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, o novo imposto subnacional, unindo o atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS), entrará em vigor em 2027, num cenário mais "realista", ou em 2026, numa visão mais "otimista", segundo Bernard Appy, secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda. Também no modelo dual, o IVA federal deve entrar em vigor em meados de 2025, substituindo de forma imediata o PIS e a Cofins.

A informação foi dada ontem em evento sobre **reforma tributária** promovido pela Imagine Brasil, iniciativa da Fundação Dom Cabral (FDC).

O governo federal espera que o Congresso defina a **reforma tributária** sobre consumo com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e na PEC 110/2019.

As duas PECs estabelecem a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não cumulativo, cobrado no destino, com a junção dos **tributos** federais PIS Cofins e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal. A maior diferença entre as duas propostas é que a PEC 45/2019 estabelece um IVA único enquanto a PEC 110/2019 sugere IVA dual, um no âmbito federal, e outro subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Appy diz que a expectativa é que a emenda constitucional da **reforma tributária** seja aprovada neste ano e que a **lei complementar** regulamentando o novo modelo de sistema tributário seja aprovada até meados de 2024.

Considerando um IVA dual, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) federal ou a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal entraria de forma imediata, reunindo PIS e Cofins, a partir de meados de 2025, porque a **Receita Federal**, diz Appy, entende que é preciso pelo menos prazo de cerca de nove meses para que as empresas e o poder público se preparem para a mudança.

"No caso dos Estados e municípios o começo da transição é mais longo por dois motivos: o primeiro é

que é preciso montar a estrutura de gestão compartilhada do novo imposto, o que demora algum tempo."

O segundo motivo, explica, é que se usará a própria experiência da junção do PIS e da Cofins, da parte federal, seja com IBS, seja com CBS, como sendo um período de teste para se fazer a migração do ICMS e ISS para o novo IVA subnacional. "Entendemos que isso começaria em 2027, mais realisticamente. Sendo mais otimista, em 2026." A transição terminaria em 2030 ou 2031.

Appy defende que o período de transição não elevará a complexidade do sistema tributário para os contribuintes. Ele explica que a entrada do IVA federal será imediata, com eliminação do PIS e da Cofins. Além disso, diz ele, o IVA federal e o IVA subnacional terão uma só legislação, o que garantirá simplificação.

O período de transição dos atuais ICMS e ISS para o novo IVA subnacional, ressalta, é importante para não haver mudança repentina dos preços relativos e também para manter os benefícios fiscais de ICMS já concedidos com prazos de vigência estabelecidos.

O secretário ressaltou ainda que, no caso do IVA dual, o novo imposto subnacional terá gestão compartilhada entre Estados e municípios, com manutenção da autonomia dos entes.

Para Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comsefaz, comitê que reúne secretários de Fazenda estaduais, é preciso consenso entre Estados e União sobre detalhes da reforma.

Segundo Xavier, entre os pontos que suscitam discussão entre os governos estaduais está o financiamento do fundo de desenvolvimento regional e a compensação a Estados produtores com a tributação no destino. Xavier ressalta, porém, que os Estados são a favor de um IVA porque os "entes estatais já perceberam que o modelo atual faliu".

## Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP  
Com IVA dual, taxa de serviços terá prazo maior

Site: [valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/09/com-iva-dual-taxa-de-servicos-tera-prazo-maior.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/09/com-iva-dual-taxa-de-servicos-tera-prazo-maior.ghtml)



# "O Brasil parece que ainda vive em outro mundo e tempo", diz José Roberto Afonso sobre reforma tributária

Por Cássia Almeida - Rio

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), pesquisador da Universidade de Lisboa e um dos criadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, diz que o "Brasil parece que ainda vive em outro mundo e em outro tempo" na discussão atual da reforma tributária.

Ele diz que a mudança nos impostos sobre o consumo é importante, mas que a principal preocupação deveria ser a questão da tributação de empregos e salários, da contribuição previdenciária, FGTS e Sistema S.

"A inteligência artificial será arrasadora sobretudo para o emprego mais qualificado". Ele diz que o Brasil está começando pelo fim, com projeto já pronto e não discutindo o que será a economia nos próximos cinco, dez anos e tentando adaptar a tributação à essa nova economia.

Ele diz que o mundo caminha para impostos sobre faturamento, como Cofins e Cide, "o que estamos tentando acabar é para onde os outros países estão tentando rumar". Essa é a primeira entrevista de uma série que O GLOBO vai publicar para debater a reforma tributária.

A reforma tributária está na pauta. A discussão está no caminho certo?

Nosso sistema tributário é o mesmo de 1965 e, na época, a comissão de reforma tributária, montada antes do governo militar, percebeu que a economia ia se mover para bens industriais, sobretudo de consumo durável, veículos, eletrodomésticos, que seriam o grande motor da economia na época. Criou-se o IPI, que arrecadava muito, oito vezes o que arrecada hoje, e o ICM (atual ICMS).

A reforma de 1965 acertou no ponto de vista de estratégia. O Brasil montou uma economia com base no consumo de produtos industriais e um sistema tributário voltado para isso. A arrecadação disparou, reproduzindo de forma correta o acerto feito naquele

planejamento. É importante discutir mudanças estruturais na economia e na sociedade.

Não estou vendo essa discussão mais a fundo no Brasil, olhando para o futuro. Estamos olhando mais para os nossos erros do passado. Olhando o presente, o mundo cobra IVA, baseou-se no IVA uma reforma que foi feita há 40 anos. Não estou olhando para onde o mundo vai e a economia brasileira também.

Como o mundo está tratando essa tributação?

O mundo está indo para as nuvens, indo para a economia intangível, negócios estão na nuvem e podem estar em qualquer lugar do planeta. Estão tentando readequar o IVA, por meio de global tax, um imposto digital. Estão criando impostos sobre o faturamento de gigantes da internet. Imposto sobre o faturamento, como Cofins, Cide (contribuição sobre combustíveis).

O que estamos tentando acabar é para onde os outros países estão tentando rumar. Ninguém sabe para onde a gente vai. A única certeza é que o sistema tributário, entre cinco e dez anos, vai ser muito diferente, algumas coisas vão desaparecer.

Novo diretor: Nome de Galípolo para diretoria do Banco Central agrada a oposição

Basta olhar toda a economia que gira em torno do carro, por exemplo, que é a essência do imposto, já que tributa produção, venda, posse e uso. Hoje, na maior parte dos países mais ricos não se compra carro, se aluga. O veículo vai perder espaço drasticamente.

E a tributação de renda e salários?

A tributação da renda é outro desafio tremendo. No caso do salário, junta a contribuição previdenciária. Hoje, trabalho não é sinônimo de emprego. E o Brasil sofreu mais essa mudança, com trabalhadores como MEI (microempreendedor individual), com empresas individuais e na informalidade. Esse contingente é o que mais cresce. Afeta a contribuição previdenciária, salário-educação, sistema S e a cobrança de IR sobre

outros salários, descontado na fonte. Essa sistemática tem mais de meio século.

Temos que encontrar outras formas de tributar a renda individual e o salário. A discussão no Brasil está presa no passado. Sejam as retiradas da família de um banqueiro, dividendo ou lucro, ou do pipoqueiro na porta do cinema, que é MEI, essas retiradas chamam-se contabilmente de lucro. São 14 milhões de trabalhadores no MEI.

A renda do trabalhador e a remuneração de um capitalista estão misturadas, tem que rever. No caso da tributação do emprego, a base está caindo, erodindo, diminuindo, isso sim é muito preocupante. Neste caso, não se sabe ao certo o que colocar no lugar. Valorizar MEI e Simples, que são muito bem conduzidos, é um caminho. No mundo, são considerados cases de sucesso entre emergentes que conseguiram melhorar a formalidade.

Mas a renúncia tributária nesses regimes é muito criticada...

Curiosamente, os sistemas que mais melhoraram a arrecadação na renda foram as empresas de lucro presumido. O governo tem que tomar cuidado de não aplicar uma regra geral, já que em time que está ganhando não se mexe. Quando se compara a alíquota efetiva paga na média do lucro presumido, do lucro real e até do Simples, há uma diferença grande. A diferença é que a margem de lucro das empresas que pagam imposto pelo lucro real é muito baixa, em torno de 2%. Quem está no lucro presumido é de 8% a 16% da receita. Por isso, acaba pagando mais imposto.

Como a inteligência artificial vai afetar o trabalho?

O que está acontecendo agora com a inteligência artificial é que está levando à substituição da mão de obra em profissões mais qualificadas, nos serviços mais qualificados, no setor financeiro, contábil, jurídico. Veja o que aconteceu com o gerente de banco? Virou agente financeiro, virou empresa. Com isso, a figura do gerente com salário elevado foi substituída pelo trabalho independente.

Soma-se a a esse trabalho independente, que não tem salário e local físico, um programa de computador substituindo essa mão de obra qualificada. Exatamente nesse segmento, onde você tinha uma parcela importante com os maiores salários e contribuindo para **Previdência Social**.

Como se arrecada nesse novo mundo com inteligência artificial em outro patamar?

Quando o Brasil se tornou independente, dois séculos atrás, sabe qual era uma das arrecadações mais importantes do Fisco da colônia? Escravidão. A Receita da época tributava a importação, a compra, a posse e o uso de escravos. Estamos vivendo um momento de ruptura tão grande quanto foi o fim da escravidão. Só quero ilustrar que, da mesma forma, muito do que se tributa hoje não existirá no futuro, e nem será algo a perder de vista.

Talvez, em dez anos ou menos, muito já terá mudado. É inexorável, não é uma questão de opção. Há uma tendência simplista, que é ter imposto sobre robô, como vemos nas indústrias. É uma contradição. É preciso ser produtivo e, ao mesmo tempo, tributar quem se modernizou, o que funciona como um imposto sobre o futuro. O que a gente precisa fazer é estudar, construir um novo modelo de proteção social.

A alternativa a isso é a assistência social, renda universal básica, benefícios que já estão na Constituição brasileira. Emprego com carteira passou a ser um produto de luxo de uma parcela de trabalhadores. Mesmo os com renda média e elevada não são mais trabalhadores com carteira assinada.

Um caminho é usar as contribuições sociais que não são sobre o salário e sim sobre lucro ou receita, como Cofins, PIS, Cide. Mesmo quem está no MEI, no Simples, está contribuindo. Metade das empresas do Simples não tem empregado e contribui. Tem que repensar a tributação do trabalho. Não adianta ter uma política isolada. Uma possível solução é mesclar PIS, Cofins, CSLL e contribuição previdenciária.

Há a questão da justiça tributária. O governo quer unificar as alíquotas e devolver o imposto para as camadas de renda mais baixa, o "cashback" tributário. É uma solução?

O Estado brasileiro é um primor em não devolver o que deve, a começar pelo precatório (dívidas da União sem possibilidade de recurso judicial). É um calote oficial da dívida pública. A moratória decorre do fato de que, mesmo tendo um caixa como poucos outros Tesouros no mundo têm, e mesmo sendo inegável que se deve, a opção por não pagar decorre de equívoco gritante: contar como gasto presente algo feito no passado e não contar como dívida que é líquida e certa por ordem judicial.

E a taxa sobre lucro no exterior? O governo quer mudar a forma de cobrança que hoje só acontece se o investidor trazer o dinheiro para o Brasil.

Faz sentido, vários outros países adotam medidas como essa. A questão é conseguir identificar e implementar essa medida, vincular o lucro do

contribuinte de que está dentro do país gerado no exterior. Na América Latina, há relatos de mexicanos, venezuelanos migrando para Miami, República Dominicana.

É lógico e correto cobrar de muito ricos, mas dependendo da forma que é feita, pode botar muito rico para fora do país. Ele consegue escapar para os EUA. A solução não escapa dos acordos mínimos globais, Para o Brasil, tão ou mais importante, são as medidas que estão sendo utilizadas contra os paraísos fiscais. Mas é uma medida correta na linha de buscar fechar brechas que permitam fuga de capital.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/o-brasil-parece-que-ainda-vive-em-outro-mundo-e-tempo-diz-jose-roberto-afonso-sobre-reforma-tributaria.ghtml>**

# Reforma elevaria imposto incidente sobre o streaming, mas energia e conta do celular seriam menos tributadas, diz secretário

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A **reforma tributária** sobre o consumo, que está sendo debatida no Congresso Nacional, elevaria a tributação sobre serviços de streaming, mas reduziria sobre energia elétrica e sobre a conta do celular, informou o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para o assunto, Bernard Appy.

O ideal é que a conta de celular e o serviço de streaming tenham a mesma tributação [estimada em 25%]. A do celular vai cair, pois hoje é muito cara, e a do streaming talvez suba. Se for uma alíquota uniforme para tudo, vai ter um aumento da tributação não muito grande do streaming, declarou Appy ao g1.

Pelas propostas de **reforma tributária**, o PIS/Cofins, o IPI, o ICMS e o ISS seriam trocados por um imposto sobre valor agregado, nos moldes do que acontece nos países desenvolvidos.

E a alíquota estimada para o futuro tributo (nos moldes do IVA), como forma de manter a carga tributária atual, é de 25%.

Ou seja, há um entendimento de que a taxa de 25% vai aumentar os **impostos** atualmente pagos por uns setores, mas diminuir de outros, mantendo a carga total estável.

Além disso, o IVA será pago uma vez só ao longo do processo produtivo. Hoje, os **impostos** sobre o consumo são pagos em cada etapa da produção de um item, por isso são cumulativos. O IVA busca simplificar o modelo e evitar tributação sobre tributação.

Atualmente, as plataformas de streaming pagam 9,25% de PIS/Cofins e de 2% a 5% de Imposto Sobre Serviços (ISS), de acordo com Luiz Roberto Peroba, especialista em Direito Tributário e membro da Comissão de **Tributos** do IBEF-SP. Ou seja, a tributação não passa de 14,25%.

Com isso, haveria um aumento de cerca de 10 pontos percentuais na tributação sobre os serviços de streaming no Brasil.

Qualquer atividade de serviços, está falando que essa reforma vai aumentar a carga. Com certeza vai para o preço ao consumidor. Se tiver aumento, vai direto para o preço. É o que as empresas estão apontando ao Congresso Nacional, avaliou Luiz Roberto Peroba, advogado tributarista.

A expectativa do Ministério da Fazenda é que as mudanças nos **tributos** tenham impacto gradual ao longo do tempo, durante o período de transição. A transição, por sua vez, é estimada para acontecer gradualmente até 2030, ou 2031 - se a reforma for aprovada neste ano.

**Reforma tributária:** setores da economia reclamam de aumento de **impostos**; propostas trazem válvula de escape Entenda a reforma nos **impostos** sobre o consumo, uma das prioridades do governo Lula na economia

Energia e telecomunicações

Enquanto os serviços de streaming teriam alta de **impostos**, o setor de telecomunicações e de energia teriam queda no peso dos **impostos** com a **reforma tributária**, segundo o secretário Bernard Appy, do Ministério da Fazenda.

De acordo com ele, a alíquota dos estados para o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está em cerca de 18%, ao mesmo tempo em que a alíquota do PIS/Cofins é de 9,25%.

Isso dá uma alíquota por fora [cobrada atualmente] de 34,3%, disse Appy. Ele observou que, com isso, haveria uma queda de tributação, pois o futuro IVA tem uma alíquota estimada em 25% para todos produtos e serviços.

O secretário explicou que essa redução de alíquotas aconteceria durante o processo de transição dos atuais **tributos** para o futuro IVA, estimado em até cinco anos até a **reforma tributária** ser aprovada. A estimativa do secretário que é a transição termine após 2030.

É um corte [de tributação] de 10% ao longo da transição [para energia e telecom]. Tudo isso tem transição. Os preços que sobem, sobem ao longo da transição e os produtos que passam a ser menos tributados, ao longo da transição também, mas é uma diferença relevante, não é pequena, concluiu o secretário.

#### Big techs

Segundo o advogado tributarista Luiz Roberto Peroba, membro da Comissão de **Tributos** do IBEF-SP, assim como o setor de streaming, as big techs instaladas no Brasil podem ter aumento de tributação com a **reforma tributária**.

Ele explicou que, todas elas, estão incluídas no setor de serviços e, por isso, têm a mesma tributação (9,25% de PIS/Cofins e mais 2% a 5% de ISS), com alíquota de até 14,25%. E tenderiam a pagar mais com a alíquota estimada de 25% para o futuro IVA.

Todas têm uma variedade maior de atividades. Não fazem só streaming. Tudo o que elas fazem é serviços, estão tributadas pelo ISS. Games, vídeo, todas elas estão listadas em serviços, declarou Peroba.

Questionado especificamente sobre Uber e Ifood, o secretário Appy, do Ministério da Fazenda, afirmou que o formato de tributação, na **reforma tributária**, ainda não está definido.

Aí o resto, o Uber, Ifood, essas coisas, ainda não estão definidas. Mas o que faz sentido é tributar a margem deles pela alíquota normal, a diferença entre a receita e os custos que eles têm, como custos de contratação de serviços de terceiros, insumos. É o que faz sentido tributar pelo regime normal, mas não tem definição, disse o secretário.

#### Notícias Relacionadas:

G1 - NACIONAL

Reforma elevaria imposto incidente sobre o streaming, mas energia e conta do celular seriam menos tributadas, diz secretário

#### Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/09/reforma-elevaria-imposto-incidente-sobre-o-streaming-mas-energia-e-conta-do-celular-seriam-menos-tributadas-diz-secretario.html>

# Lula vai conversar com partidos que têm ministérios para cobrar apoio

**Táisa Medeiros**

Após uma série de derrotas do governo no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu chamar à responsabilidade os partidos aliados. Ele exige os votos das legendas nas propostas do Executivo, apreciadas no Parlamento.

A partir de amanhã, ocorrerá uma série de reuniões com os líderes da Câmara e do Senado, assim como com os ministros que representam legendas da base.

Quem estará à frente da organização dos encontros é o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, alvo de críticas pela crise de articulação com o Congresso.

O presidente Lula pediu, delegou a responsabilidade. E a tarefa, como coordenador político do governo, nesta semana, é de fazer reuniões dos ministros que foram indicados pelos partidos junto com líderes da Câmara para discutirmos a ação na Câmara, ressaltou Padilha, em coletiva de imprensa, após reunião com Lula.

Conforme destacou Padilha, os encontros com os partidos serão para discutir o calendário das proposições para o primeiro semestre.

De acordo com o ministro, a primeira reunião deve ser com o PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin - ele, inclusive, poderá participar.

Na sequência, estão o PSD e, principalmente, o MDB e o União Brasil, que deram votos decisivos para a derrota do governo sobre o Marco do Saneamento.

Padilha disse que a intenção de Lula é que essa coordenação siga sob o guarda-chuva da Secretaria de Relações Institucionais, mas frisou que, se precisar, o presidente integrará a articulação. Toda a vez que ele (Lula) precisar entrar em campo, vai entrar. É bom demais a gente ter um Pelé da política para poder entrar em campo a hora que precisar, comentou.

As preocupações do Palácio do Planalto são com o cumprimento do calendário de aprovação de projetos de seu interesse, especialmente as matérias de caráter econômico, como a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal. Mas também há atenção especial

com o PL das Fake News.

Em relação ao Marco do Saneamento, a mobilização se volta para o Senado, onde o governo tentará reverter a derrota sofrida na Câmara.

Entendemos o que aconteceu na semana passada: uma derrota importante. Aconteceu em um momento em que você pode perder, que é o começo do campeonato. Estamos absolutamente convencidos de que iremos ganhar as vitórias mais importantes, comentou Padilha, sobre a votação do Marco do Saneamento e do adiamento da apreciação do PL das Fake News.

As conversas com os senadores serão administradas pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Cidades, Jader Filho.

Em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que há uma tendência de a Casa aprovar o decreto legislativo sobre o saneamento avalizado pela Câmara, consolidando a derrota do governo.

Pacheco frisou, ainda, que sempre há espaço para aprimoramento das relações políticas entre o Executivo e o Congresso. O governo, embora sejam 120 dias, ainda está começando, está em fase de maturação, teve muitas dificuldades no início do ano, tivemos um 8 de janeiro, que foi uma expressão muito grave de atentado à democracia e às instituições. Então, estamos em uma fase de afirmação da democracia e do próprio governo, argumentou.

O parlamentar defendeu que seja dado o tempo necessário para que o Executivo possa organizar base e articulação política.

O presidente do Congresso falou também em buscar mais equilíbrio entre os Poderes. Vivemos 10 anos de muita turbulência no país, políticas das mais diversas, e é um momento muito propício para encontrarmos estabilidade. Estabelecemos uma agenda que seja produtiva, algo que possa evoluir o Brasil, e não involuir, sustentou. Essa é a minha busca constante. Vamos estabelecer essa boa relação com o Poder Executivo, com o Judiciário, e encontrar a pauta que seja relevante para o país, enfatizou Pacheco.

(Colaborou Ândrea Malcher)

Encontros periódicos

A partir de amanhã, as reuniões com partidos aliados ocorrerão de forma regular e contarão com a presença de ministros indicados pelas siglas. As cobranças serão aos titulares das pastas e a secretários que compõem o alto escalão do governo.

Você tem, por exemplo, o ministro das Cidades (Jader Filho), que é um dos autores do decreto do saneamento, e a bancada do MDB votou contra, citou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. É um momento, inclusive, do ministro e do conjunto de representantes da bancada política explicar quais são os motivos (para votar contra), prosseguiu.

Além da derrota em relação ao saneamento, o governo viu a instalação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que têm potencial de minar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: a que trata dos atos golpistas de 8 de janeiro e a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por falta de votos, o Planalto ainda viu adiada a votação do PL das Fake News, que busca regular a atividade das redes sociais.

Segundo Padilha, esses encontros serão feitos no ambiente mais tranquilo possível por mais que a situação entre o governo e a base aliada seja de fragilidade e de críticas mútuas nos bastidores. Apesar de o ministro ressaltar que Lula delegou a responsabilidade sobre os encontros, nos bastidores do Planalto o presidente é apontado como o novo titular das negociações com os parlamentares.

Lula chegou a cobrar Padilha em público, na semana passada - durante a instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, o Conselho - por causa das queixas que tem recebido de congressistas a respeito da articulação do governo.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5093095-lula-vai-conversar-com-partidos-que-tem-ministerios-para-cobrar-apoio.html>**

# Haddad vai ao Japão para reunião do G7 que antecipa participação de Lula no clube dos países ricos

*Por Renan Monteiro, O Globo - Brasília*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarcou na noite desta segunda-feira para o Japão, onde vai participar de uma reunião do G7, o grupo formado pelas seis maiores economias ocidentais (Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e Itália) e o Japão. A China, segunda maior economia do planeta, não faz parte do G7.

Haddad vai participar como convidado da reunião dos ministros da área de finanças do G7 mas não será o único representante de países emergentes. Também estarão no encontro os ministros de Índia e Indonésia.

A reunião antecede o encontro dos líderes dos países-membros do clube dos ricos marcado para o próximo dia 19, também no Japão, que contará com a presença do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

Um chefe de Estado brasileiro não é convidado para o G7 desde 2009, quando o próprio Lula era presidente e o mundo atravessava a crise financeira global desencadeada pela quebra do banco Lehman Brothers, nos EUA, no ano anterior.

Além do presidente do Brasil, o governo do Japão convidou líderes de outros países para a reunião: Austrália, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Vietnã, Comores e Ilhas Cook.

A participação de Haddad na reunião que antecede a dos chefes de Estado é a primeira de um ministro brasileiro nesse grupo. Devido à longa distância e ao fuso horário, Haddad só deve desembarcar em Tóquio na quarta-feira à tarde. Na quinta, ele segue da capital japonesa para Niigata, onde acontecerá a reunião.

No mesmo dia, ele terá um encontro reservado com a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, que lidera a maior economia do mundo. Segundo o Ministério da Fazenda do Brasil, um dos assuntos que eles vão tratar é o de uma possível reforma do Banco Mundial, organização multilateral voltada para o financiamento de projetos de desenvolvimento no mundo.

Haddad também deverá discutir com ela a conjuntura atual do sistema financeiro mundial, abalada após as dificuldades de bancos regionais americanos como o Silicon Valley

Na sexta-feira, Haddad vai se reunir com o economista Joseph Stiglitz, vencedor do Nobel de Economia em 2001, que esteve recentemente no Brasil para participar de um seminário do BNDES sobre contas públicas.

O ministro brasileiro também terá um encontro bilateral com a ministra da Economia da Índia, Nirmala Sitharaman, que também participará da reunião como convidada. Brasil e Índia são integrantes dos grupos Brics e G20. Haddad também deve se encontrar reservadamente com o ministro de Finanças do Japão, Yasutoshi Nishimura.

Segundo a pasta de Haddad, haverá na reunião de ministros das maiores economias do planeta um painel para discutir especificamente a situação macroeconômica de nações emergentes. Nesta reunião, ele pretende apresentar o seu plano para aprovar um novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos e a **reforma tributária** no Brasil.

Haddad retorna ao Brasil no sábado, e sua chegada em São Paulo está prevista para a manhã de domingo.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/haddad-vai-ao-japao-para-reuniao-do-g7-que-antecipa-participacao-de-lula-no-clube-dos-paises-ricos.ghtml>**



# Comsefaz: Consenso entre os Estados na reforma tributária precisa ser reconstruído

**São Paulo, 08**

Presidente do Comsefaz, o comitê dos secretários de Fazenda estaduais, Carlos Eduardo Xavier disse nesta segunda-feira, 8, que o apoio à **reforma tributária** não acontece mais de forma consensual como ocorria três anos atrás, quando os entes da Federação decidiram apoiar em conjunto a mudança no sistema atual.

Xavier, que é secretário de tributação do Rio Grande do Norte e assumiu o cargo no Comsefaz em fevereiro, diz que sua maior missão tem sido reconstruir o consenso entre os Estados em torno da reforma após as mudanças de governos.

Os governadores, disse o presidente do Comsefaz, querem saber, por exemplo, como será financiado o fundo de desenvolvimento regional que substituirá as políticas feitas com base em benefícios de ICMS. Isso porque a atração de investimentos em Estados produtores dependerá desses recursos.

Segundo Xavier, o financiamento desse fundo com 5% da arrecadação do novo imposto sobre valor agregado, como propõe a PEC 110, pode ser o caminho. Importa muito aos Estados que tenha fonte de financiamento definida. É com esses recursos que vamos atrair investimentos aos nossos Estados, declarou o presidente do Comsefaz durante participação em debate sobre a **reforma tributária** promovido pela Fundação Dom Cabral (FDC).

Ele lembrou que grandes municípios, que não querem perder arrecadação do ISS, também estão apresentando resistência à fusão do tributo municipal com o estadual no novo imposto. Entre as possibilidades de um imposto único federal ou dual - ou seja, um imposto único federal e outro subnacional (estadual/municipal) -, Xavier considerou a segunda opção mais viável. Na proposta dual, ele considera ser mais fácil a criação do comitê de gestão compartilhada do IVA. O IVA amplo é uma experiência que assusta e não dá resultados esperados, assinalou.

O secretário de tributação avaliou que, dado o diagnóstico de que o modelo atual faliu, a **reforma tributária** nunca esteve tão perto de ser aprovada. Porém, a percepção de que a proposta deve finalmente sair do papel leva os governadores a descer aos detalhes e a cobrar garantias de como vão

ser compensados pelo fim da tributação na origem, que permite os benefícios tributários oferecidos por Estados produtores.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/08/comsefaz-consenso-entre-os-estados-na-reforma-tributaria-precisa-ser-reconstruido.htm>

# Análise: Fazenda de Haddad é a mais forte desde FHC

Por *Maria Cristina Fernandes, Valor - São Paulo*

Por Maria Cristina Fernandes, Valor - São Paulo

08/05/2023 19h23 Atualizado há 58 minutos

A indicação de Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária do Banco Central coloca Fernando Haddad na rota para se transformar como o ministro da Fazenda mais poderoso das últimas duas décadas. Desta lista exclui-se Fernando Henrique Cardoso, que, indicado para o cargo há exatos 20 anos, começou a subir a rampa do Planalto com o lançamento do Plano Real.

Se a construção da moeda ficou a cargo de André Lara Resende e Pérsio Arida, as condições políticas para sua implantação foram garantidas pelo ministro FHC, condição ainda por ser provada por Haddad com a chancela, guardadas as devidas proporções, do arcabouço fiscal e da reforma tributária.

Tem uma pedreira sem fim até que o ex-número 2 de Haddad se transforme em presidente do BC e retome, para o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a condição usufruída nos seus dois primeiros mandatos com um nome de sua escolha para o cargo. Primeiro o Senado tem que aprovar Galípolo para a diretoria de política monetária. Depois a gestão de Haddad na Fazenda tem que se provar bem-sucedida para emplacar sua indicação para o lugar de Roberto Campos Neto.

Com a opção de Lula por um discurso mais à esquerda, batendo dia sim e no outro também no Comitê de Política Monetária, tem cabido a Haddad exercer a moderação que, nos primeiros governos lulistas, coube ao titular. O papel tem permitido que o ministro se aproxime do mercado financeiro e contenha sua precipitação por nomes à direita para suceder Lula.

Esta aproximação, inclusive com o presidente do Banco Central, porém, não passa por um time liberal. Nem tampouco de servidores de carreira. É uma equipe que pode chamar de sua. O ministro pôs seus auxiliares na Prefeitura de São Paulo numa nave e a aterrissou no Planalto Central.

O secretário da Receita, Robson Barreirinhas, foi o chefe da Procuradoria da Fazenda da gestão

municipal na gestão de Haddad como prefeito. E foi investido pelo ministro da missão de desmontar os arranjos infralégais de benefícios fiscais sedimentados há décadas.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, foi secretário de Finanças da mesma gestão. Galípolo não havia trabalhado com Haddad na prefeitura, mas aproximou-se do ministro por meio do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, com quem escreveu três livros.

O governo Lula é o primeiro a assumir sem a prerrogativa de indicar o presidente do BC, em função da autonomia aprovada no primeiro ano da gestão Bolsonaro. Não há precedente, porém, para uma equipe de porteira fechada como esta que Haddad indicou.

Pedro Malan ficou oito anos no cargo (1995-2002). Emplacou três secretários do Tesouro, mas não fez o da Receita. O igualmente longevo Everardo Maciel não era de carreira da Receita e teve o beneplácito do vice-presidente, Marco Maciel, de quem era primo. Malan ainda enfrentou, de saída, as discordâncias intrépidas do ministro do Planejamento, José Serra.

Antonio Palocci, primeiro ministro da Fazenda de Lula, também enfrentou a retranca do ministro do Planejamento. Guido Mantega chegou ao cargo como economista das campanhas presidenciais do presidente petista. E, ao contrário da relação de Malan com Gustavo Franco, não dá pra dizer que Palocci tinha ascendência sobre Henrique Meirelles, o presidente do BC de Lula. Tampouco se pode dizer que Jorge Rachid, funcionário de carreira e mais longevo secretário da Receita de gestão petista (2002-2008), fosse um nome seu.

Como ficou oito anos no BC, Meirelles também colocou freios sobre a gestão do sucessor de Palocci, Guido Mantega. O ex-ministro permaneceu na gestão Dilma Rousseff mas foi sucessivamente atropelado pela ex-presidente, como bem relata o jornalista Thomas Traumann, em "O pior emprego do mundo" (Planeta, 2018).

Dilma falava diretamente com o secretário do Tesouro, Arno Augustin, e com a Receita, tanto na gestão Mantega quanto naquela de seu sucessor, Joaquim Levy. Este, ao longo do ano em que ficou na Fazenda,

enfrentou as resistências do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que acabaria por assumir o cargo até o impeachment.

Meirelles voltou à Fazenda com Michel **Temer** presidente. Não foi de sua equipe, porém, que saiu o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, ou os secretários do Tesouro, Otávio Ladeira, ou da Receita, Jorge Rachid, que voltou ao cargo que ocupara na gestão petista.

Paulo Guedes incorporou as pastas do Planejamento e do Trabalho num superministério da Economia. Só conseguiu manter quadros como Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro, na primeira metade do governo. Bruno Funchal, seu sucessor, ficou menos de um ano, e os dois seguintes foram recrutados na autarquia.

Na Receita, a situação foi mais dramática. A gestão Marcos Cintra foi abortada em nove meses. Seu sucessor, José Roberto Tostes Neto, servidor de carreira da Receita, caiu em 2021 por resistir à pressão de Flávio Bolsonaro pela troca na corregedoria do órgão.

Julio Cesar Vieira Gomes, sucessor de Tostes, foi recrutado na carreira da Receita, o que não o impediu de interceder, junto à alfândega do aeroporto de Guarulhos, para a liberação das joias sauditas.

Se o retrospecto confirma a força com a qual o ministro da Fazenda foi investido, tampouco deixa dúvidas de que todos os erros desta equipe "100% Haddad" serão debitados do titular da pasta e de suas ambições futuras.

**Site:**

***<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/08/analise-fazenda-de-haddad-ruma-para-ser-a-mais-forte-desde-fhc.ghtml>***

# Arcabouço fiscal vem para controlar gastos e reduzir juros no Brasil, diz Tebet

## **Brasília**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta segunda-feira, após reunião com vice-governadores, que o arcabouço fiscal enviado ao Congresso controlará os gastos públicos e ajudará a diminuir os juros no Brasil. Além disso, ela declarou que a **reforma tributária** não diminuirá a arrecadação dos Estados e municípios.

Nós pudemos passar e tranquilizá-los que o arcabouço fiscal vem para controlar gastos ajudar a diminuir os juros no Brasil para que o setor de empresariado, comerciante, setor de serviços dos seus estados possam voltar a contrair créditos, gerar emprego e renda , disse ela.

Segundo Tebet, no caso da **reforma tributária**, os entes da federação terão a segurança jurídica de que não sofrerão perdas e o governo ainda compensará qualquer redução de receitas por meio de um fundo.

Também fizemos um pedido: de apoio dos vice-governadores e da vice-governadora Jade para que nos ajudem a aprovar, junto das suas bancadas, a **reforma tributária**, porque ela é a única bala de prata que nós temos pra que o Brasil verdadeiramente cresça com inclusão social , disse Tebet.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/08/arcabouco-fiscal-vem-para-controlar-gastos-e-reduzir-juros-no-brasil-diz-tebet.htm>

# Pacheco diz que arcabouço fiscal será aprovado com urgência no Senado

**Ândrea Malcher**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou a empresários, nesta segunda-feira (8/5), que a proposta de arcabouço fiscal enviada pelo governo ao Congresso será aprovada com urgência.

"É uma opção do novo governo, nós vamos aceitar. Já foi encaminhado o projeto de lei complementar, será aprovado certamente na Câmara dos Deputados, chegando no Senado Federal nós também o aprovaremos com o sentimento de urgência que o caso impõe", disse Pacheco durante a reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O senador garantiu que, devido à importância do projeto, se mantém convicto na aprovação. "Acredito muito na maturidade do parlamento. Precisamos de uma regra fiscal, ela está apresentada, é boa, pode ser aprimorada, não há problema algum, e na minha concepção deve ser aprovada", aposta ele.

Outro componente econômico importante a ser decidido dentro do Congresso Nacional, a **reforma tributária** foi apontada como difícil pelo presidente do Senado, devido às divisões contidas na proposta. A expectativa, de acordo com Pacheco, é de que seja aprovada ainda no primeiro semestre, "se não for possível, nós adiantamos até o ponto onde ela já esteja madura".

"Enquanto as reformas política, trabalhista e da previdência tinham um grau de obriedade do que precisava ser feito, a **reforma tributária** tem muitas divisões. O Estado brasileiro como um todo não quer arrecadar menos, o contribuinte não aceita pagar mais tributo - e com toda razão, diga-se de passagem - há divergências no setor público, entre União, estados e municípios; nos setores produtivos, a indústria pensa de uma forma e apoia a PEC 110 e a 45; o setor de serviços tem outro modelo proposto", explica Pacheco.

"Então, vamos ter que optar e essa escolha deve ser feita dentro de um espírito em que todos tem que ceder um pouco para que haja o reconhecimento de que precisamos de um novo sistema tributário", completa.

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5092999-pacheco-diz-que-arcabouco-fiscal-sera-aprovado-com-urgencia-no-senado.html>

# Governo quer votar novo arcabouço fiscal na semana que vem, diz Padilha

*Do UOL, em Brasília*

O governo Lula (PT) negocia para votar a proposta do arcabouço fiscal, principal pauta econômica do primeiro semestre, na semana que vem.

O que aconteceu?

O presidente Lula (PT) deverá se reunir com o relator da proposta na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), para alinhar os últimos pontos do projeto. A proposta foi apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de março.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou à imprensa que o objetivo é votar na Câmara na semana que vem para, em seguida, ir ao Senado e conseguir aprovar o projeto ainda no primeiro semestre. Depois disso, o foco é votar a **reforma tributária** pelo menos na Câmara antes do recesso no meio do ano.

A proposta já tem o aval e o apoio dos presidentes das duas Casas, deputado Arthur Lira (PP-AL) e senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e deve ser aprovada.

O que diz o texto

A medida visa substituir o teto de gastos. Segundo o projeto de lei complementar, a proposta institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.

Piso e teto para avanço dos gastos. A proposta prevê limites para o crescimento dos gastos do governo, metas anuais para o resultado das contas públicas e previsão de receitas extraordinárias para investimentos. Entenda os principais pontos do plano.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/08/votacao-congresso-novo-arcabouco-fiscal-padilha.htm>

# De diretor de app de mensagens a nº 2 do Ministério da Fazenda; quem é Dario Durigan

**Brasília**

*/  
Hellen Leite, do R7, e Renata Varandas, da Record  
TV*

políticas públicas da gigante da comunicação  
WhatsApp, onde está desde janeiro de 2020.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/de-diretor-de-app-de-mensagens-a-n-2-do-ministerio-da-fazenda-quem-e-dario-durigan-08052023>

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou nesta segunda-feira (8) que o novo secretário-executivo da pasta será Dario Durigan. O advogado substituiu Gabriel Galípolo, indicado pelo governo Lula ao cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central. Atualmente, Durigan é diretor de políticas públicas no Brasil do aplicativo de mensagens WhatsApp.

Ele assume o segundo cargo mais importante do Ministério da Fazenda no momento em que o governo articula com o Congresso temas sensíveis para o Executivo, como o novo marco fiscal - proposta que vai substituir o atual teto de gastos -, e a **reforma tributária**.

Em conversa com jornalistas, Haddad não cravou a data para Durigan assumir a Secretaria-executiva, mas afirmou que deve ocorrer assim que Galípolo tomar posse como diretor no Banco Central, o que acontece após uma sabatina no Senado Federal, ainda sem data marcada.

Apesar de estar fora da administração pública no momento, Durigan é conhecido de Haddad. Eles trabalharam juntos na Prefeitura de São Paulo, quando o advogado foi assessor especial do então prefeito da capital paulista, entre outubro de 2015 e dezembro de 2016.

Antes disso, ele foi coordenador de projetos do Departamento de Gestão Estratégica na Advocacia Geral da União (AGU), entre março de 2010 e agosto de 2011. Além de ter atuado como assessor da subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil entre setembro de 2011 e outubro de 2015.

Durigan se dedicou à advocacia na Consultoria Jurídica da União em São Paulo, entre janeiro de 2017 e janeiro de 2020, e de lá ingressou na diretoria de

# Pacheco fala em urgência para aprovar arcabouço e defende redução da taxa de juros

**São Paulo**

Com elogios ao trabalho da equipe econômica de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), afirmou nesta segunda-feira, 8, que o arcabouço fiscal idealizado pela equipe será aprovado com sentimento de urgência assim que chegar ao Senado. O líder também declarou que a taxa básica de juros é um atravancador do crescimento nacional e que é, no atual cenário, é possível reduzi-la gradativamente.

Para além da boa avaliação do trabalho da equipe econômica do governo petista, Pacheco também entrou em sintonia com o governo no que diz respeito à taxa básica de juros.

Apesar de não adotar o tom crítico do Executivo, o senador avaliou que com o novo governo, e as reformas planejadas, é absolutamente possível ter uma redução gradativa da taxa básica de juros, que atualmente está em 13,75% ao ano.

No momento que nós temos um novo governo, que nós temos um arcabouço fiscal apresentado na iminência de ser aprovado, nós temos uma boa perspectiva de **reforma tributária**, nós temos uma contenção relativa da **inflação**, nós temos o nosso câmbio controlado nesse instante na relação real dólar, e eu vejo absolutamente possível se ter um redução gradativa dessa taxa básica de juros, argumentou Pacheco, durante reunião com a diretoria do Fiesp, em São Paulo.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/08/pacheco-fala-em-urgencia-para-aprovar-arcabouco-e-defende-reducao-da-taxa-de-juros.htm>



# Presidente da Fiesp defende reforma tributária para tornar o país normal

**Ândrea Malcher**

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes defendeu, nesta segunda-feira (8/5), a aprovação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** para que a economia brasileira se torne mais atraente para investidores.

Durante reunião da diretoria, com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e dos senadores Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e Vanderlan Cardoso (PSD-GO), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gomes destacou a importância do Congresso Nacional, "especialmente do Senado, nesta quadra que o Brasil está passando".

"É super relevante, e eficaz, os trabalhos do Congresso Nacional na aprovação de um conjunto de marcos legais importantíssimos na modernização da economia nacional", disse o presidente. "Agora, especialmente, nos deparamos com a necessária aprovação de um novo regime fiscal, o famoso arcabouço fiscal, cujo nome muito provável e corretamente será modificado pelo Congresso."

## Cadeias de produção

O presidente da organização também afirmou a necessidade de uma **reforma tributária**, que aproxime o país de uma prática já adotada por "170 países do mundo, ou seja, que nos torne um pouco mais 'normais'".

"É fundamental para o Brasil ter um regime tributário do imposto sobre o consumo que é usado em 170 países do mundo. Ou seja, no tornarmos um pouco mais 'normais', passarmos a ter um sistema tributário que, de fato, vai desonerar as cadeias de produção - hoje nós temos, em média, 9% de resíduos tributários acumulados nos produtos brasileiros, o que diminui a competitividade dos nossos produtos na exportação e também na competição com os produtos que importamos", argumentou.

"Que desonere de forma definitiva o investimento e as exportações; que as empresas brasileiras possam recuperar de forma imediata os créditos que acabaram sendo acumulados em relação às entidades federadas", completou.

Josué Gomes ressaltou ainda que a reforma virá pela união das propostas de emenda constitucionais (PEC) 110, que está com os debates mais adiantados no Senado, e a 45, mais adiantada na Câmara dos Deputados.

"Nós finalmente poderemos ter um sistema tributário mais 'normal', que coloque o Brasil dentro do que há de melhores práticas dos países no cenário internacional, inclusive atraindo melhores investimentos", observou o presidente da Fiesp.

## Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

## Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

## Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5092918-diretor-da-fiesp-defende-reforma-tributaria-para-tornar-o-pais-normal.html>

# Juros no Brasil geram problema fiscal e empobrecem nação, diz presidente da Fiesp

## **São Paulo**

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, chamou de inconcebível a atual taxa básica de juros do Brasil, de 13,75%. Na avaliação dele, os juros reais praticados no País são causadores do problema fiscal e empobrecem a nação.

É inconcebível que um país tão rico como o Brasil, que oferece tanta segurança para o credor do Estado brasileiro, continue praticando taxas de juros tão mais altas do que os países com os quais competimos no cenário internacional, afirmou Gomes, durante reunião da diretoria da Fiesp, na manhã desta segunda-feira, 8.

Os juros reais praticados nos últimos 29 anos no Brasil são causadores do problema fiscal. Entramos em um círculo vicioso altamente danoso para a economia nacional. Brasil precisa romper esse ciclo, sob pena de continuarmos empobrecendo, enfatizou ainda o presidente da instituição.

As declarações de Gomes vêm após o Comitê de Política Monetária (Copom) manter, em reunião na última quarta-feira, 3, a taxa Selic em 13,75%. Este patamar está em vigor desde agosto de 2022.

O presidente da Fiesp disse também que não se deve fulanizar o debate, ao citar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, alvo de críticas constantes do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ministros do governo.

Ele defendeu, no entanto, que a discussão sobre os juros não seja feita apenas pelos técnicos. Esse debate é um debate público, afirmou Gomes.

## **Reforma tributária**

Gomes afirmou ainda que a Fiesp, de forma unânime, vai apoiar a proposta de **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional. Para ele, o sistema atual se exauriu.

(Sistema tributário) Se tornou um cipoal burocrático altamente danoso para a economia nacional. Já é momento de o Brasil abandonar um sistema tributário que só o Brasil tem, defendeu o presidente da Fiesp.

**Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/08/juros-no-brasil-geram-problema-fiscal-e-empobrecem-nacao-diz-presidente-da-fiesp.htm>**

# Meirelles diz que governo chamar empresário de sonegador atrapalha economia

## **Painel S.A.**

As incertezas geradas pelo novo governo -tanto no campo econômico, quanto no político- estão freando o ritmo de expansão do crédito para empresas.

É o que afirma o ex-presidente do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles . Para ele, muitas empresas deixaram de buscar crédito para se financiar, preferindo outros mecanismos de captação, como emissão de ações (follow-on) ou de dívidas (debêntures).

O crescimento do crédito para empresas recuou, segundo novas projeções do Banco Central. No crédito livre, modalidade em que as taxas são negociadas, houve queda de dois pontos percentuais no ritmo de expansão -era de 8% no início do ano e, agora, passou para 6%.

Nas rodas de empresários, esse tema é tão discutido quanto a pressão do governo pela redução da Selic, a taxa básica de juros da economia .

Como o senhor explica a desaceleração do crédito para empresas? Não existe mensagem clara e unificada do governo. Veja o arcabouço fiscal , que substituiu o teto de gastos. Teremos [pela proposta] aumento de despesa de até 2,5% acima da inflação e, no mínimo, de 0,6%. Existe então crescimento real da despesa.

Pelo teto era mais simples. A dívida pública, como porcentagem do PIB, cairia, bem como a despesa primária. Agora não.

Houve anúncios referentes à redução de benefícios e isso tem impacto em setores da indústria muito maior do que se poderia pensar.

O benefício é uma alíquota [de imposto] menor do que a alíquota padrão, aplicada sobre a maioria das empresas.

Isso não significa que seja menor que outros países. Muito pelo contrário. O sistema tributário brasileiro gera uma carga elevada. Tem setores que só são competitivos com importados por causa dessa taxa menor que a média.

No momento em que se cortam benefícios, se eleva a alíquota para essas empresas [antes beneficiadas] e pode ser que algumas delas deixem de ser competitivas.

Vai cortar? Para todas? Será via PIS/Cofins? No IPI? E como ficará o ICMS nesse caso? Numa situação assim é normal que as empresas estejam cautelosas.

Além disso, os bancos também estão mais cuidadosos, adotando uma posição mais conservadora. Tudo isso leva à retenção do crédito.

Essa é uma visão de curto prazo ou já compromete o PIB neste ano? Vai depender da definição do governo. Por exemplo: como se dará essa questão das críticas do presidente [Lula] ao Banco Central? Dois diretores serão nomeados agora. Depois, virão mais dois. E o presidente terá o mandato encerrado em 2024. Só quando os nomes forem anunciados, incluindo o presidente do BC, é que teremos uma visão mais clara. Se anunciar os nomes antes da data, pode antecipar expectativas.

Dependerá muito de qual será o BC que teremos nos próximos anos: o que vai controlar a inflação, como esse que temos hoje, ou aquele que acha não haver problema em uma inflação elevada? Vamos supor que tenhamos um BC que ache ok inflação elevada. Aí teremos efeitos de longo prazo.

Na questão fiscal, é a mesma coisa, caso optem pelos cortes de benefícios.

O Planalto enfrenta problemas no Congresso e isso pode comprometer projetos como a reforma tributária. Esse assunto também colabora com a decisão por tomada de crédito no mercado? Sem dúvida. A reforma tributária já é complexa por si só. E, no meio de tudo isso, você tem uma relação não muito fluida [do governo] com o Congresso .

Além disso, a comunicação sobre a proposta não chega clara. Ninguém consegue saber exatamente o que quer o governo.

A negociação com os diversos setores envolvidos também não é feita com muita clareza. O resultado é a incerteza.

A polarização política atrapalha ou é algo superado no empresariado? Não vejo mais uma situação de Bolsonaro versus PT. A grande maioria do empresariado está preocupada com o resultado das suas empresas.

Agora, logo depois da eleição, o presidente eleito fez uma série de declarações de confronto com o empresariado.

Outros membros do governo também disseram coisas do tipo: "ah, a maioria dos empresários é de sonegadores".

O empresariado se retrai por cuidado e é isso que estamos vendo aí. Não é um posicionamento político, mas muito mais uma atitude do governo frente às empresas.

RAIO-X

Henrique Meirelles, 77

Formado em engenharia civil pela USP, com MBA em Administração na UFRJ e Advanced Management Program na Harvard Business School, além de doutor (título honorário) pelo Bryant College. Atuou no BankBoston durante 28 anos, onde chegou à presidência global nos EUA; eleito deputado federal por Goiás em 2002; presidente do Banco Central do Brasil (2003-2011); presidente da Autoridade Pública Olímpica (2011-2015); ministro da Fazenda (2016-2018) e secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo (2019-2022).

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/05/meirelles-diz-que-governo-chamar-empresario-de-sonegador-atrapalha-economia.shtml>**

# Sem reforma, startups usam inteligência artificial para reduzir caos tributário

Por João Sorima Neto - São Paulo

Com um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, as empresas no Brasil gastam mais de 1.500 horas por ano somente com o pagamento de **impostos**, enquanto a média mundial é de 200 horas, segundo dados do Banco Mundial. Já os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - espécie de clube de economias desenvolvidas no qual o Brasil tenta entrar - gastam 159 horas, na média.

Esse mar de burocracia, com mais de 400 mil normas tributárias, é um clássico exemplo do ambiente que tira competitividade das companhias no Brasil que há muito tempo espera solução em uma **reforma tributária**. Enquanto ela não vem, amenizar esse problema virou missão - e uma oportunidade de negócio - de algumas empresas de base tecnológica, as startups.

A ideia é facilitar a vida de grandes e pequenas empresas no pagamento de **tributos**, na busca de certidões pelos cartórios do país ou na elaboração da contabilidade, reduzindo o número de pessoas e de horas gastas nessas tarefas. Com uso de robôs virtuais e inteligência artificial (IA), essas startups ainda eliminam erros e reduzem os casos de litígio tributário.

A reforma do sistema de **impostos** que o governo quer aprovar no Congresso neste ano pretende unificar **tributos** e tende a simplificar a vida das companhias, mas o campo de negócios para essas startups ainda vai continuar amplo mesmo se a emenda constitucional for bem-sucedida, dizem especialistas.

- A expectativa com a **reforma tributária** é de simplificação e mudança na forma de os brasileiros lidarem com a tributação. Mas antes teremos uma transição, que pode levar até dez anos. Então, o cenário vai piorar antes de melhorar - diz Paulo Roberto Andrade, sócio de Direito Tributário do Madrona Fialho Advogados.

Entre as startups desse ramo está a CBRdoc, que se define como um "shopping de documentos". Nasceu há seis anos para desburocratizar a vida de empresas - e de pessoas físicas também. Ajuda bancos,

financeiras, empresas de energia e do agro a obterem documentos em cartórios, no Ministério do Trabalho e em fóruns e prefeituras espalhadas pelos mais de 5,5 mil municípios do país. Um software que utiliza robôs numa plataforma digital busca os documentos solicitados.

A IA interpreta cada um deles e informa a empresa se o seu cliente está negativado, por exemplo, sem nem mesmo precisar abrir o documento. O segredo do negócio é ser acessível. A plataforma tem acesso gratuito, mas o cliente paga pela quantidade de documentos que precisa buscar, além dos custos do cartório, por exemplo.

Se uma empresa solicita 200 certidões no mês, sem taxas do emissor, pagará cerca de R\$ 3 por documento. Se não usar a plataforma no mês seguinte, não há cobrança de mensalidade. São 50 funcionários.

- O tempo de busca de um documento, que é em média de três dias, cinco horas e 20 minutos no Brasil, caiu para um minuto e meio com o uso da nossa tecnologia. Fizemos uma pesquisa interna e chegamos a uma economia de até dez mil horas de trabalho dos clientes em um mês e redução em 90% do tempo de obtenção dos documentos - conta Rafael Galante, coCEO e que fundou a empresa com o economista Allan Mendonça.

A startup já testa o ChatGPT para realizar tarefas mais complexas. Entre elas, avaliar e calcular o valor atual de imóveis antigos em casos de litígio ou dívida. Embora não revelem números, os sócios dizem que a empresa já é lucrativa e não contou com investidores de risco (venture capital).

Com seis sócios de áreas distintas como economia, administração, contabilidade e tecnologia, a startup contábil e tributária Tax Strategy criou uma plataforma digital que reduz o tempo gasto com rotinas burocráticas. A ideia surgiu em conversas deles sobre a complexidade de pagar e apurar **impostos** no Brasil, além do tempo e do custo gigantesco para as empresas, particularmente as pequenas.

Elas inserem os dados na plataforma, que automatiza os cálculos. Só no ano passado, foram aferidos R\$ 1,8 bilhão em **impostos** de empresas e prestadores de

serviço clientes. Já são 30, entre eles empresas como Porsche, Acer e Souza Cruz.

- Geramos ganhos financeiros pela economia de tempo na execução de rotinas fiscais, garantindo que profissionais deste departamento possam atuar de forma mais estratégica no planejamento dos negócios da empresa - diz o CEO da Tax, Hélder Santos.

O serviço custa R\$ 59,90, mensais. Os sócios investiram R\$ 400 mil na criação do negócio, em 2020. Agora, o Sebrae e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) estão aportando R\$ 500 mil para que a Tax desenvolva projetos usando IA capazes de dar "sugestões" de gestão, por exemplo. Com esses recursos, 15 pessoas, entre pesquisadores e desenvolvedores, se juntaram aos dez funcionários da startup.

- Antes, eu mesma fazia a contabilidade numa planilha. Gastava uma tarde, tinha chance de errar. Agora, coloco os dados na plataforma e, em segundos, tenho a apuração - conta Juliana Camargo, contadora da GAC, consultoria de inovação que tem 48 funcionários e usa a plataforma da Tax Strategy há um ano. - No ano passado, passamos por uma auditoria e não houve erros na contabilidade.

O dia de fazer a folha de pagamentos de funcionários é considerado o "pior do mês" em termos de burocracia, com apuração de FGTS, **INSS**, descontos. Com essa queixa comum das empresas na cabeça, a BHub nasceu para ser uma plataforma de gestão administrativa por assinatura, ou backoffice as a service, como se chama a forma de terceirizar esse departamento com o uso de tecnologia.

Nasceu em 2021 e tem 600 clientes, sendo 35% outras empresas de tecnologia e 30% comércio eletrônico. A startup de 210 funcionários recebeu aportes de R\$ 180 milhões de fundos como Valor e Monashees, além de empresas como iFood, Vtex, Ualá e Rappi.

- Hoje, oferecemos mais de 400 processos de gestão automatizados. Ainda não estamos no break-even (equilíbrio entre receita e despesas), mas temos R\$ 140 milhões em caixa para a operação nos próximos cinco anos - diz Jorge Vargas Neto, um dos fundadores, ao lado de mais três sócios.

Os preços para o serviço variam de R\$ 900 a R\$ 2 mil, mas há uma versão gratuita da plataforma, que pode ser acessada pela empresa para gerir o caixa.

Para Bruno Diniz, CEO da consultoria de inovação Spiralem, enquanto houver ineficiência no sistema tributário haverá oportunidades de negócio. Ele

acredita que, mesmo com a **reforma tributária**, o campo para essas startups que buscam driblar a burocracia sempre será fértil.

- A **reforma tributária** pode simplificar o sistema, mas o tamanho da burocracia é sempre muito maior que o pacote de soluções - diz Diniz, que observou uma aceleração na digitalização de documentos na pandemia. - Hoje, estima-se que mais de 90% dos processos judiciais sejam digitais.

O advogado Paulo Roberto Andrade, do Madrona Fialho Advogados, observa que a complexidade do sistema tributário brasileiro é das maiores, senão a maior, do mundo. Primeiro, porque trata-se de um país de grande extensão. E aqui há uma peculiaridade, diferente de outros países: a Constituição deu competência tributária a estados (que tem o ICMS como principal imposto) e municípios (que cobram ISS, o Imposto Sobre Serviços).

- Em países como o Canadá, por exemplo, é a União que tem a competência tributária. Recolhe os **impostos** e depois distribui - diz o advogado, que é um entusiasta da **reforma tributária** e acredita que ela está politicamente madura para ser aprovada.

Mas ele observa que, mesmo com a fusão de cinco **tributos** - a proposta do governo deve unir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o equivalente ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de outros países -, a fiscalização continuará fragmentada. Haverá um comitê gestor na transição, com representantes de União, estados e municípios - e cada um será responsável por fiscalizar seu "quinhão" no novo imposto, aponta Andrade:

- Perde-se a oportunidade de avançar na simplificação porque cada estado e cidade terá que manter seu aparato fiscalizatório, o que significa mais custo, especialmente para municípios pequenos

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2023/05/sem-reforma-startups-usam-inteligencia-artificial-para-reduzir-caos-tributario.ghtml>

# MP de tributação no exterior desvia foco do principal

## Por Editorial

Ao derrubar os decretos que afrouxavam o marco regulatório do saneamento, a Câmara deu um recado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: enquanto ele desperdiça tempo e capital político com questões de escassa relevância, cabe ao Parlamento restaurar o princípio da realidade econômica nos temas críticos.

A discussão sobre o arcabouço fiscal não decolou, e o debate sobre a **reforma tributária** ainda é uma abstração, mas os parlamentares terão agora de examinar a MP 1.171. O texto que ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) também alterou a tributação de aplicações financeiras no exterior. No discurso, cumpre duas promessas de campanha de Lula: corrigir a tabela do IR e "pôr os ricos no imposto". Na prática, a arrecadação anual prometida é pífia, ao redor de R\$ 3,5 bilhões.

A MP estabelece que lucros e dividendos de capital aplicado em entidades sediadas fora do país (offshore) e trustes (fundos que administram dinheiro de terceiros) serão tributados todo ano, mesmo que não tenham sido distribuídos. Tributaristas críticos à medida argumentam que esses lucros e dividendos não existem até que sejam resgatados. O mesmo raciocínio, contudo, vale para os fundos brasileiros sujeitos ao desconto periódico de IR conhecido como "come-cotas". As novas regras, numa primeira leitura, promovem justiça tributária ao submeter a taxaço do capital investido lá fora às mesmas regras que aqui dentro.

Do jeito como está, porém, a MP desequilibra a balança na outra direção. Todo ano o capital mantido no exterior será taxado pelo valor em reais, seguindo não apenas o lucro do investimento, mas também a flutuação cambial. Se o dólar cair até o momento em que o recurso for sacado, o investidor terá pagado imposto por um ganho que não auferiu. Além disso, se investir num fundo do exterior que aplica em ações brasileiras, estará sujeito a taxaço. Mas, se investir num fundo brasileiro que aplica nas mesmas ações, não estará, pois fundo de ações não é sujeito a "come-cotas". O ideal seria haver isonomia.

É inegável que investimentos em offshores e trustes são um expediente usado pelos mais ricos, que não dependem de retiradas periódicas. Não raro esse

capital é alocado no exterior apenas para esconder o dinheiro do Fisco (estima-se que o total chegue a US\$ 200 bilhões). Por isso vários países adotam estratégias para antecipar a cobrança do imposto, independentemente de haver resgate e repatriação. "As regras previstas na MP 1.171 não são uma invenção brasileira", diz Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper.

Além disso, a OCDE reconhece que os **impostos** são um dos instrumentos mais eficazes para reduzir desigualdades e promover crescimento inclusivo. No caso da MP, tal constatação serve ao mesmo tempo para justificá-la e para criticá-la. Embora vá na direção certa e, com os ajustes necessários, devesse ser aprovada, ela é secundária no panorama tributário brasileiro. O mais urgente é promover a reforma que unifique **impostos** indiretos, criando o Imposto sobre Valor Agregado. Dois projetos estão em estágio avançado no Congresso e se ouvirem muitas promessas do governo, mas até agora nada houve de concreto. Ao desviar o foco para uma mudança de impacto reduzido na arrecadação, a MP representa mais desperdício de capital político - recurso essencial na hora da reforma para valer.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
MP de tributação no exterior desvia foco do principal

## Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/05/mp-de-tributacao-no-externo-desvia-foco-do-principal.ghtml>



# Nova regra fiscal pode liberar R\$ 120 bilhões em época eleitoral

Por Marta Watanabe, Valor - São Paulo

Por Marta Watanabe, Valor - São Paulo

07/05/2023 10h26 Atualizado há 11 minutos

O cumprimento de metas de resultado primário da nova regra fiscal pelo menos até 2025 pode permitir ao governo abrir na segunda metade do atual mandato um espaço fiscal adicional de R\$ 80 bilhões a R\$ 120 bilhões em despesas, a preços de hoje. Isso poderá funcionar como um estímulo político eleitoral para que o novo arcabouço seja sustentado, mesmo com a eliminação proposta de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que buscavam garantir o cumprimento de regras fiscais.

O cumprimento da consolidação fiscal sugerida, porém, demanda crescimento de receitas de 1,2% a 1,7%, como proporção do **PIB**, até 2026, dependendo do cenário. Também são necessárias medidas em paralelo, como a mudança na regra de gastos com saúde e educação e a ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que deve ser revista em 2024.

A ênfase do ajuste pelo lado das receitas não inviabiliza que o novo arcabouço leve à esperada redução do nível de endividamento, ainda que depois de 2027, e resulte em impactos positivos para o **PIB** no médio prazo. O governo tem sinalizado para aumento de receitas com agenda da redução de isenções e "jabutis" tributários, o que pode levar a um ganho de receitas com baixo custo marginal. O caminho exige, porém, apuro técnico, habilidade e força política.

Essas são algumas das análises sobre o novo arcabouço fiscal, tema de encontro entre pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e o Valor. Artigo resultante de debate será veiculado na "Carta do Ibre" de maio.

As metas de primário estipuladas na proposta de regra fiscal do governo federal são déficit de 0,5% do **PIB** em 2023, resultado nulo em 2024 e superávits de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% do **PIB** em 2026, com banda de tolerância de 0,25 ponto percentual acima ou abaixo.

Bráulio Borges, pesquisador associado do Ibre, calcula que o cumprimento das metas de resultado primário demanda no cenário base aumento de carga tributária equivalente a 1,5% do **PIB** no acumulado de 2023 a 2026. Para que as metas sejam cumpridas ano a ano, o aumento de carga no cenário base deve ser, em 2023, 2024, 2025 e 2026, respectivamente, de 0,49%, 0,24%, 0,58% e 0,2% do **PIB**.

O cenário-base de Borges pressupõe que o **PIB** per capita real cresça 1,5% a partir de 2025, com diferença entre o deflator do **PIB** e o IPCA de 0,9 ponto percentual ao ano. O crescimento do **PIB** potencial é de cerca de 2% ao ano. Esse cenário embute crescimento da produtividade anual do trabalho de 1,5% a partir de 2025, comparado à média de 0,9% de 1995 a 2022 (Ver cenários no quadro abaixo).

Segundo Borges, a **reforma tributária** e o aumento do investimento público, prometido pelo novo arcabouço fiscal, justificam aumento anual de 0,6 p.p. do crescimento da produtividade.

Nos cenários com aumento de carga tributária, a dívida líquida, pós-2027, se estabiliza e começa a cair. Entre as premissas, Borges considerou o reconhecimento do "esqueleto fiscal" dos precatórios, em 2027, e Selic real de 4,5% ao ano no médio prazo.

Manoel Pires, também pesquisador do Ibre, destaca que a regra proposta converge com as diretrizes do governo, que quer aumentar investimento público e preservar gastos sociais "Então a válvula de escape para recuperar o resultado primário é focar em arrecadação. Mas isso não pode subverter ganhos econômicos da **reforma tributária**, senão vamos enxugar gelo", diz, referindo-se ao risco de se perder o efeito da reforma, que visa tornar o sistema mais racional e consistente com o aumento de eficiência e de produtividade.

A literatura sobre as experiências internacionais considerando os efeitos das mudanças tributárias, diz Borges, mostra que há uma diferença importante dos impactos macroeconômicos de aumentos de carga tributária. Majorações de alíquotas, diz, resultam em impactos muito negativos e persistentes sobre **PIB**, aumentando a probabilidade de ajustes fiscais

contraproducentes. Já ampliações de bases tributáveis geram efeitos negativos menores e mais concentrados no curto prazo.

Para Pires, a literatura mostra paralelo muito grande com o que parece que o governo quer. "As medidas apresentadas vão no sentido de aumentar arrecadação, reduzindo distorções do sistema tributário, exatamente para reforçar o efeito da **reforma tributária**. É um desafio e se o governo conseguir isso irá melhorar o resultado primário a um baixo custo marginal em termos de atividade econômica."

Na busca de receitas, Luiz Guilherme Schymura, pesquisador do Ibre, avalia que saídas rápidas como Refis não deveriam ser usadas tão cedo. "Isso seria para quando as coisas estão apertando demais e passa-se a sacrificar o futuro."

Olhando para despesas, Pires observa que apesar de a regra no nível macro ser mais flexível, do ponto de vista micro ela enrijece o Orçamento, em razão do piso de investimentos e da volta de vinculações à receita de gastos de saúde e educação. "Há risco de se conviver com alguma situação de 'shutdown'", diz, referindo-se ao cenário em que o corte de gastos é tão restritivo que impede o próprio funcionamento da máquina pública. Para ele, são duas as possibilidades de "shutdown".

A primeira é a receita ficar baixa por alguns anos e a regra de gastos ser aplicada pelo piso, num mundo parecido com o teto de gastos, na ausência de reformas. A outra possibilidade é o governo conseguir muita receita e fazer o Orçamento aplicando teto de 2,5%, mas os gastos vinculados à arrecadação crescerem muito e comprimirem o resto. "O risco está nos extremos." Mas Pires ressalta que o cenário mais provável é o governo conseguir algum ganho de arrecadação, já que há esforço claro nesse sentido.

A regra fiscal proposta estabelece que o crescimento real das despesas é dado pela variação real de receitas recorrentes em 12 meses terminados em junho do ano anterior. A variação tem teto de 2,5%. Um piso de alta real de 0,6% é garantido, aplicado quando não houver crescimento de receitas.

Para Borges, é exatamente a regra de crescimento das despesas que pode criar estímulo político eleitoral. Ao garantir receitas para cumprir as metas de primário pelo menos até 2025, o governo garante maior espaço fiscal para despesas nos dois últimos anos do mandato.

Para Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre, o ajuste pode dar certo se o discurso político do governo for

bem-sucedido e o Congresso entregar 1,5% do **PIB** em receitas líquidas de repasses obrigatórios a Estados e municípios. Além disso, o Congresso também precisa entregar, diz, emenda alterando a regra de gastos na saúde e educação.

*Site: <https://valor.globo.com/valor-data/bolsas/brasil/noticia/2023/05/07/nova-regra-fiscal-pode-liberar-r-120-bilhoes-em-epoca-eleitoral.ghtml>*

# Um ajuste pelo lado da receita (Ana Paula Vescovi)

**Ana Paula Vescovi**

Com base no novo marco fiscal proposto, o governo apresentou metas bastante ousadas para a realização de um ajuste nas contas federais de 2% do **PIB** até 2026. Seu alcance dependerá de um aumento de 2,3% do **PIB** em receitas para a União, ou cerca de 4% do **PIB** na carga tributária total para a sociedade.

Temos alertado para os desafios embutidos nessa estratégia, algo que também permeou, em similar magnitude, o ajuste realizado entre 1998 e 2002, fundamental para sustentar o Plano Real. Uma consequência foi a forte elevação de incentivos fiscais nos dez anos subsequentes, para contrapor o que grupos de interesse alegavam ser perdas de isonomia competitiva entre setores e países.

Após 20 anos, a economia brasileira apresenta carga tributária ainda mais elevada, subsídios federais de 4,5% do **PIB**, orçamento público mais rígido, dívida pública alta e ascendente, **PIB** potencial mais baixo, com menor força do bônus demográfico. Desde a crise de 2015/2016, tentativas de aumentar receitas não têm sido bem-sucedidas na esfera federal, embora sejam meritórias ao tentar cobrir lacunas legais, aumentar a justiça contributiva ou tributar atividades ainda não alcançadas pelo fisco.

O plano de voo do governo passa por recuperação pontual de receitas federais, pelas reformas tributárias, primeiro dos **impostos** indiretos e depois da renda, e por redução de benefícios.

Medidas pontuais foram encaminhadas logo de partida, numa tentativa de recompor a arrecadação, após reduções tributárias que alcançaram 0,7% do **PIB** no ano passado.

Somados os impactos, a denúncia espontânea de contribuintes ao **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, a reoneração do PIS/Cofins sobre combustíveis e a exclusão do ICMS da base de créditos de PIS/Cofins tendem a alcançar 0,5% do **PIB** em bases anuais, embora com possíveis efeitos redutores em outros tipos de receita, como aqueles sobre lucro das empresas.

Na segunda rodada de anúncios, o governo prepara a tributação de jogos eletrônicos, mudanças na

regulamentação de preços de transferências (valoração de bens para evitar arbitragens tributárias entre empresas localizadas aqui e no exterior), a contabilização de benefícios estaduais no ICMS para fins de apuração do Imposto de Renda das companhias incentivadas e a tributação de fundos de investimento no exterior. Estimamos arrecadação líquida de cerca de 0,5% do **PIB** em bases anuais com essas medidas, já incluindo estimativa para possível taxação de fundos exclusivos.

Além desse 1% do **PIB**, seria necessário mais 1,3% do **PIB** (cerca de R\$ 130 bilhões) para o governo federal cumprir a meta de zerar o resultado primário em 2024. E, ainda, como se vislumbra queda cíclica de receitas em razão da desaceleração da atividade, parte do esforço de recuperação pode vir apenas para atenuar tal perda.

Não acreditamos em ganhos arrecadatários provenientes das reformas ou da possível redução de benefícios fiscais.

No caso da reforma do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), a redução possível de benefícios viria para viabilizar alíquota menor do novo imposto, que substituirá outros cinco. Vemos boa probabilidade de aprovação, mediante compromissos com a neutralidade arrecadatária. Mas será necessário tempo para regulamentação (leis complementares) e implementação de novos sistemas automatizados de arrecadação.

Acreditamos na introdução gradual de um novo IVA no Brasil a partir de 2025, sem confiança em que o Congresso possa antecipar receitas, dadas as dificuldades de uma economia em contração cíclica. Tudo isso contribuirá para importantes ganhos de produtividade a longo prazo, com impacto de até 20% no **PIB** em 15 anos, segundo estimativas do Ministério da Fazenda.

A aprovação da reforma da tributação da renda terá maiores dificuldades para mobilização da base, embora seja meritória por focar a progressividade. Aqui, há muita demanda de "equalização" de carga para pouca fonte de financiamento, com risco de perdas arrecadatárias. A tributação de dividendos já foi mencionada como possível fonte para financiar a desoneração da folha de pagamentos, assim como o

aumento da faixa de isenção individual para R\$ 5.000 e a convergência do imposto corporativo para os padrões internacionais.

Por fim, tem-se enfatizado o largo espaço para redução dos gastos tributários (incentivos fiscais) com as reformas, mas há falta de consenso político para fazê-lo. Reduzir o valor de enquadramento no Simples, as deduções sobre o Imposto de Renda, os incentivos à Zona Franca de Manaus, ao agronegócio, ou às instituições sem fins lucrativos, focalizar as isenções da cesta básica (onde há até itens de luxo) ou eliminar incentivos sobre títulos do mercado de renda fixa (LCI, LCA, CRI, CRA, debêntures de infraestrutura) são temas que já foram testados e encontraram enorme resistência.

Em sentido contrário, as medidas na área de crédito anunciadas pelo governo ampliam substancialmente os tipos de título sujeitos a tais isenções.

Há, portanto, elevado risco de execução do plano de voo do ajuste fiscal. No fim do ano, haverá o teste do fim das desonerações sobre folha de pagamentos, previsto em lei, com o desemprego em curva ascendente. É necessário atentar que eventual aumento da carga tributária nessa magnitude elevará custos de produção, reduzirá o número de empresas viáveis, pressionará a criação de empregos, aumentará a demanda por mais transferências públicas, garantias soberanas e subsídios de diversas naturezas, ampliando distorções alocativas e, assim, reduzindo o **PIB** potencial.

O ajuste fiscal pelo aumento da carga tributária pode ser uma escolha legítima de uma sociedade que não quer abrir mão de maior presença do Estado na economia. Mas não se pode negligenciar todos os possíveis impactos dessa decisão a longo prazo. É sempre necessário mais de um período de governo para se descobrir isso.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ana-paula-vescovi/2023/05/um-ajuste-pelo-lado-da-receita.shtml>

# A desigual batalha da reforma tributária (Marta Arretche e Sérgio Gobetti)

**Marta Arretche**

*Professora titular do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)*

O cidadão brasileiro se sente sobretaxado. E é mesmo. Muitos estudos mostram que os mais pobres (a grande maioria) fazem um esforço contributivo muito maior que os mais ricos.

Não é por acaso que o principal argumento da oposição à reforma da tributação do consumo, prevendo fusão de **tributos** e maior uniformidade de alíquotas, é que a carga tributária vai aumentar. Ao escutar que seu plano de saúde e a escola de seus filhos vão ficar mais caros, o cidadão pouco informado entra em pânico. A oposição reedita o conhecido argumento do "pato da Fiesp": você, cidadão, sairá perdendo com essa reforma! O argumento é simples: o Estado brasileiro vai garfar sua renda mais uma vez.

Ocorre que o objetivo da reforma não é aumentar a carga, mas mudar sua distribuição (entre as pessoas e entre os municípios) e aumentar a produtividade da economia. Um exemplo: no sistema atual, o ISS (Imposto Sobre Serviços) é cobrado pelo município em que está a sede da empresa que presta serviço. Se um advogado defender um cliente de Mogi das Cruzes (SP), mas sua empresa tiver sede na capital paulista, o imposto sobre o serviço prestado será incluído nos honorários e cobrado do contribuinte da primeira cidade, mas será pago e gasto na segunda. O exemplo é paradigmático. O atual sistema de cobrança de ISS penaliza os municípios dormitórios das regiões metropolitanas (habitadas pelos mais pobres) e beneficia os municípios onde as empresas têm sede.

O município de São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) tem uma arrecadação total de R\$ 36 mil por habitante, e o município de São Gonçalo (RJ) arrecada apenas R\$ 1.300 por habitante. A devoção ao mesmo santo não garante receita: a arrecadação total do primeiro é 27 vezes maior que a do segundo. Se considerarmos apenas a arrecadação de ISS/ICMS, o primo rico da dupla de devotos arrecada R\$ 14,8 mil por habitante, ao passo que Araiõeses (MA) apenas R\$ 74: uma diferença de 200 vezes.

As PECs 45 ou 110 pretendem mudar a cobrança dos

**impostos** para o estado e o município onde o consumo é realizado, unindo a base tributária de mercadorias e serviços. Isso significa que as prefeituras terão sua competência tributária ampliada, o que possibilitará uma grande desconcentração de receitas públicas. Se assumirmos que os municípios brasileiros são uma população composta por 5.568 indivíduos, o coeficiente de Gini da receita per capita das cidades (que mede a desigualdade entre elas) cairia 22% com a reforma.

No Brasil, são os municípios que prestam os serviços essenciais à população: saúde, educação, transporte público, iluminação pública etc. Não tenha dúvida que diferenças de receita se convertem em diferenças na oferta de serviços públicos. Os municípios têm que gastar, por determinação constitucional, no mínimo 25% de suas receitas em educação e saúde. Se a diferença de receitas cair, também cairá a desigualdade na prestação de serviços. Por fim, os estudos indicam que os 90% mais pobres da população terão redução da carga tributária com o tratamento uniforme para mercadorias e serviços.

Qual é a principal dificuldade que os defensores da reforma enfrentam? Os benefícios futuros são imperceptíveis para o cidadão comum. O crescimento econômico que resultaria da harmonização dos **impostos** sobre o consumo não é visível ao eleitor. O fim da cumulatividade é uma abstração misteriosa para a maioria. A compreensão da importância dessas mudanças requer altos níveis de informação. O cidadão que reside em uma cidade-dormitório nem sequer sabe que será beneficiado.

A batalha política da reforma é muito desigual. Seus críticos podem adotar uma estratégia simples: a ameaça de custos imediatos e tangíveis que mobiliza o terror do cidadão. Aos defensores, cabe a custosa tarefa de convencer a população de que ganhos relevantes seriam colhidos, apesar de invisíveis e difusos.

Dessa invisibilidade decorre a dificuldade de formar uma coalizão de apoio. Quem tem a ganhar não sabe disso e não se mobiliza pela defesa dos benefícios que colherá.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/05/a-desigual-batalha-da-reforma-tributaria.shtml>

# Veja quais os setores beneficiados com gastos tributários e outros benefícios fiscais (Reforma tributária)

**Eduardo Cucolo**

Os setores de comércio e serviços, saúde e agricultura ficam com mais de 50% do gasto tributário federal, conforme apresentado no mapa de gastos tributários elaborado pela Folha com base em dados da Receita Federal do Brasil.

Entram nessa conta gastos indiretos do governo realizados por meio do sistema tributário com justificativas econômicas e sociais. Ou seja, são desonerações com objetivos similares aos das despesas públicas.

Pelo conceito da Receita, eles devem representar uma exceção ao sistema, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

O Ministério da Fazenda tem buscado reduzir alguns benefícios, mas nem todos eles são enquadrados pela Receita na categoria de gasto tributário. Alguns desses alvos do governo -nas gestões Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva - também estão listados em outro quadro.

Os dez maiores gastos tributários, que respondem por 84% do total, também estão listados abaixo, com explicações e, em alguns casos, argumentos contrários e a favor. Eles somaram R\$ 329 bilhões em 2020 e devem chegar a R\$ 456 bilhões em 2023.

## 1. Simples Nacional (24,7%)

O que é : Redução da base de cálculo e modificação das alíquotas para Micro e Pequenas Empresas ( faturamento de até R\$ 4,8 milhões/ano ). A queda de arrecadação promovida pela sistemática faz com que o Simples seja considerado um gasto tributário pela Receita

Justificativa : Entidades argumentam que o programa não é gasto tributário, pois aumentaria a arrecadação total, e dizem que seu fim fecharia 64% dessas empresas. A adoção de tratamento diferenciado voltado para pequenas empresas é prática comum em diversos sistemas tributários

Crítica : O tratamento dado pelo Brasil é um dos mais amplos, segundo estudo da Receita . Os dados do Fisco também indicam alto grau de sonegação . Ampliações do programa atraíram empresas que já eram formais e reduziram arrecadação. Para cada R\$ 1,00 que poderia ser arrecadado pela sistemática normal, R\$ 0,47 são obtidos com o regime

## 2. Agricultura e Agroindústria (12,7%)

O que é : Benefícios de PIS/Cofins que desoneram cesta básica, insumos e defensivos agropecuários

Justificativa : Diminuiu o custo de mais de 30 produtos alimentares e de higiene, além de baratear insumos

Crítica : Desoneração beneficia também os mais ricos e não é completamente repassada ao consumidor. A **reforma tributária** do consumo prevê a devolução do imposto sobre esses produtos diretamente aos mais pobres ( cashback )

## 3. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis do IRPF (10,6%)

O que é : Inclui isenções sobre aposentadorias (para pessoas com 65 anos ou mais, por moléstia grave ou por acidente), sobre seguro ou pecúlio por morte ou invalidez e nas indenizações por rescisão de contrato de trabalho

Justificativa : Alterações da regra geral do IR utilizadas como políticas de assistência social. Na caso das aposentadorias a partir de 65 anos, busca compensar choque negativo na renda e pressões com gastos de saúde.

Crítica : Estudos do governo de 2021 e 2022 afirmam que as isenções privilegiam a parcela menos pobre da população e que os recursos teriam impactos redistributivos se fossem dirigidos a outras políticas, como o Benefício de Prestação Continuada.

## 4. Entidades Sem Fins Lucrativos (8,4%)

O que é : Benefícios para entidades de assistência

social sem fins lucrativos e instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, entre outras (IRPJ/CSLL, Cofins e contribuição previdenciária)

Justificativa : Incentivo à filantropia, recreação, educação, à assistência social e saúde, associação civil, cultura, ciência

Crítica : Nem todas oferecem as contrapartidas em benefícios sociais exigidos pela lei . Um quarto dos benefícios fica com associações civis que também possuem outros benefícios, como organizações religiosas e partidos políticos.

#### 5. Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio (7,2%)

O que é : Regras de apuração de **tributos** condicionadas à região geográfica do contribuinte e que tem como finalidade a diminuição da desigualdade regional

Justificativa : A Zona Franca de Manaus representa um modelo de desenvolvimento econômico que contribuiu para garantir a integralidade do território nacional e a conservação da floresta, ao compensar custos e dificuldades logísticas. Seu fim provocaria a destruição da economia regional, levaria à saída de empresas para outro países e incentivaria a exploração de atividades ilegais

Crítica : O uso de benefício tributário em políticas regionais é menos eficiente que investir recursos orçamentários. Seria mais barato financiar o desenvolvimento da região por meio do gasto direto do governo. Hoje, para um benefício tributário de R\$ 250 mil/ano por trabalhador, é gerado um salário de R\$ 56 mil/ano.

#### 6. Deduções do Rendimento Tributável do IRPF (6,5%)

O que é : Deduções dos gastos com saúde e educação, de doações e patrocínios de atividades culturais e esportivas e dos fundos da criança e do idoso

Justificativa : Os abatimentos com saúde e educação são uma compensação por gastos em serviços não atendidos em sua totalidade pelo Estado

Crítica : Segundo relatório do governo de 2021 , a renúncia com despesa médica beneficia o mercado de planos de saúde em detrimento do fortalecimento do SUS e favorece os estratos superiores de renda -88% do benefício fica com os 20% mais ricos. Na educação, está concentrado nas rendas e regiões

mais ricas , onde há menores problemas na qualidade do ensino. Avaliação semelhante foi feita em 2003.

#### 7. Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos (4,0%)

O que é : Benefícios de PIS/Cofins para industrialização e importação de medicamentos e alguns produtos farmacêuticos

Justificativa : Iniciativa barateou o custo e facilitou o acesso a esses produtos

Crítica : Há concentração dos subsídios nos medicamentos mais consumidos pelas famílias de maior rendimento. Inclusão daqueles utilizados pelos mais pobres e distribuição gratuita ajudaria a reduzir a desigualdade de acesso a medicamentos

#### 8. Benefícios do Trabalhador (3,7%)

O que é : Dedução do IRPJ de despesas com assistência médica a empregados e **previdência complementar**, com os programas de alimentação do trabalhador e Empresa Cidadã e Planos de Poupança e Investimento

Justificativa : Políticas de saúde e assistência social

Crítica: Benefícios limitados a grandes empresas

#### 9. Desenvolvimento Regional (3,4%)

O que é : Série de benefícios ligados à superintendência do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e a transporte de mercadorias no Norte e Nordeste

Justificativa: Benefícios são parte da política de combate à desigualdade regional

Crítica: O uso de benefício tributário em políticas regionais é menos eficiente que investir recursos orçamentários

#### 10. Desoneração da folha de salários (2,5%)

O que é : Substituição da contribuição patronal para a previdência de 20% por um tributo sobre a receita bruta para setores selecionados e com alíquotas diferenciadas.

Justificativa: Estimular a geração de empregos ao tornar mais barata a contratação de trabalhadores. O fim da política levaria ao aumento do desemprego nos setores beneficiados

Crítica : Escolha aleatória de setores, custo elevado (

R\$ 60 mil de renúncia para cada emprego de R\$ 5.000 ) e baixa geração de empregos. Nova contribuição não compensa renúncia tributária e incide sobre o consumo, prejudicando os mais pobres.

#### Distribuição de lucros e dividendos

O que é : O recebimento de dividendos por pessoas físicas é isento de IR, com a justificativa de que o lucro da empresa já foi tributado. Segundo a Receita, a integração da tributação do IR de pessoas físicas e jurídicas faz parte do sistema tributário de referência e não é considerado gasto tributário.

Justificativa : A cobrança na pessoa jurídica reduz o nível de sonegação, ao reduzir o número de contribuintes que serão fiscalizados, por exemplo

Crítica : A maioria dos países possui alíquotas corporativas mais baixas e tributa também a pessoa física

Propostas : Projeto aprovado na Câmara em 2021 previa a tributação de dividendos com redução da alíquota do IRPJ. A primeira aumentaria a arrecadação em R\$ 45,7 bilhões, enquanto a segunda teria impacto negativo de R\$ 41,5 bilhões, segundo projeções para 2024. O governo Lula deve enviar nova proposta que trata do tema ao Congresso.

#### JCP (Juros sobre Capital Próprio)

O que é : O mecanismo de distribuição de recursos a acionistas, com tributação de 15%, também não entra na lista de gastos tributários, mas pode gerar uma arrecadação estimada em R\$ 15,4 bilhões.

Justificativa: O JCP deveria estimular o investimento em capital em detrimento de investimento no mercado financeiro

Crítica : O ministro Fernando Haddad afirmou que há uso abusivo do mecanismo por parte de "empresas muito rentáveis" para diminuir artificialmente os lucros e pagarem menos imposto, nem como pessoa jurídica, nem como pessoa física

Propostas : Projeto aprovado na Câmara em 2021 também previa o fim do JCP. O tema deve entrar na reforma do IR do Ministério da Fazenda.

#### Tributação de fundos

O que é : O fim da isenção para fundos imobiliários e a instituição do come-cotas para fundos exclusivos também estão na pauta da área econômica desde a gestão passada

Justificativa: Incentivar esse tipo de aplicação no Brasil

Crítica : Necessidade de equiparar esses investimentos aos demais

Propostas : A cobrança sobre fundos exclusivos já foi proposta por **Temer** e Bolsonaro e é citada pela Fazenda como parte da reforma do IR

#### Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/veja-quais-os-setores-beneficiados-com-gastos-tributarios-e-outros-beneficios-fiscais.shtml>



# Mais imposto e mais inflação

O ministro Fernando Haddad não falou uma única vez em corte de gastos na longa entrevista que concedeu ontem à CBN. Falou, sim, de inúmeras medidas para obter um enorme ganho de arrecadação. Logo, o ajuste fiscal só será alcançado com um brutal aumento de carga tributária - algo como 1,5% do **PIB**, ou R\$ 150 bilhões por ano.

O ministro diz que não criará novos **impostos** nem aumentará as alíquotas dos já existentes. Apenas, prossegue, cortará incentivos e benefícios fiscais e fechará brechas que permitem às empresas reduzir o imposto a pagar.

Dá na mesma. Se o governo recolherá R\$ 150 bilhões, alguém morrerá com esse dinheiro. Recursos que poderiam ficar com empresas e cidadãos serão transferidos aos cofres públicos. Para empresas, haverá aumento de custos e menor capacidade de investimento. Para cidadãos, menos consumo.

O ministro diz que está fazendo justiça: cobrando de quem deveria pagar e não paga. As empresas pagam menos do que ele gostaria de duas maneiras. Muitas se beneficiam de incentivos fiscais estabelecidos em lei. A ideia é proteger ou incentivar o desenvolvimento de algum setor. Não é fácil derrubar isso. A outra maneira é o planejamento tributário. O sistema brasileiro de **impostos** é tão complexo e tão confuso que as empresas gastam muito dinheiro contratando advogados para descobrir como podem reduzir sua carga. Tudo acaba em intermináveis batalhas judiciais entre empresas e cidadãos, de um lado, e governo, de outro.

Como o Judiciário é lento e, digamos, não propriamente coerente, as decisões mudam. O STJ deu uma vitória recente ao governo - o ministro Haddad acredita que ganhou R\$ 90 bilhões, cálculo considerado exagerado por muita gente, mesmo na Receita. E o STF ainda pode mudar a decisão. Assim, as Cortes vão decidindo, ora a favor do governo, ora a favor do contribuinte. Não será fácil para Haddad arrancar os R\$ 150 bilhões. Uma boa **reforma tributária** resolveria. Mas também não é fácil passar no Congresso e implementar.

Eis por que o Banco Central (BC) coloca um pé atrás. Admite que a proposta de arcabouço fiscal enviada ao Congresso é um avanço. Mas assinala: ainda não foi votada pelos parlamentares, é certo que será alterada, depois será preciso ver como executá-la. Foi por isso, entre outros motivos, que o Comitê de Política

Monetária do BC manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. A razão principal, entretanto, é que as projeções de **inflação** estão acima das metas neste ano e no próximo.

Haddad acha que as metas estão erradas. Ou melhor, está errado o modo de fixá-las. Em vez de meta calendário - a ser obtida no ano -, sugeriu, na mesma entrevista à CBN, adotar meta contínua, a ser obtida ao longo de um tempo maior. Na prática, o BC vem fazendo algo parecido. No ano passado, a **inflação** fechou em 5,79%, acima do teto da meta. A taxa básica de juros já estava em 13,75% - e o BC sinalizou que buscaria a meta bem mais à frente.

Para este ano, a meta oficial é 3,25%, tolerando-se até 4,75%. Pela projeção do BC e do mercado, a **inflação** ficará em torno de 6% - isso supondo uma redução moderada da taxa de juros a partir de setembro próximo. Para 2024, o cenário básico do BC projeta **inflação** de 3,6%, pouco acima da meta (3%), mas dentro da margem de tolerância. Isso com a taxa de juros a 10% no fim do ano.

Portanto o BC pretende atingir a meta no fim do próximo ano. Se fosse para alcançar a meta calendário já neste ano, segundo cálculos do BC, a taxa de juros teria de subir a 26,5%. Isso destruiria a economia, conforme notou o presidente do BC, Roberto Campos Neto. O BC, portanto, está flexibilizando o regime de meta calendário, para preservar o andamento da economia.

Vai daí que o ministro Haddad deve estar pensando mesmo em aumentar a meta de **inflação**, dentro de uma formalização das metas contínuas. Se conseguir tudo o que quer, o resultado será: mais carga tributária e mais **inflação**. Não consta que isso ajude o crescimento.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
Mais imposto e mais **inflação**

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/carlos-alberto-sardenberg/coluna/2023/05/mais-imposto-e-mais-inflacao.ghtml>

# Receita com fim dos benefícios ligados ao ICMS deve chegar apenas em 2024, avalia Fazenda

*Por Marcelo Osakabe, Valor - São Paulo*

Por Marcelo Osakabe, Valor - São Paulo

05/05/2023 21h56 Atualizado há 25 minutos

Os R\$ 90 bilhões em arrecadação extra esperados com o fim dos benefícios fiscais do ICMS devem acontecer apenas em 2024, avalia o Ministério da Fazenda. Para este ano, dado que já é maio e que é esperada alguma judicialização, o resultado esperado para os cofres públicos dessa medida é pequeno.

A avaliação foi feita por integrantes da equipe econômica em reunião com economistas nesta sexta-feira (5), em São Paulo. Na ocasião, foram entregues os prêmios do Prisma Fiscal. Segundo um dos presentes, o governo se mostrou confiante na estimativa de R\$ 90 bilhões porque os cálculos foram feitos com base em números da **Receita Federal**.

Na avaliação compartilhada nesta sexta, essa cobrança não está sujeita a uma "noventena" ou qualquer prazo do tipo, podendo ser iniciada imediatamente, ainda que sob o risco de contestação judicial.

Segundo um economista que participou do encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou esta e outras vitórias recentes, como a reoneração dos combustíveis. Ele afirmou ainda que a **reforma tributária** é um passo importante dentro do ajuste fiscal que o governo deseja. Haddad ainda se disse confiante de que a matéria seja aprovada até junho ou julho, e que o arcabouço fiscal passe ainda este mês.

**Site:**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/05/receita-com-fim-dos-beneficios-ligados-ao-icms-deve-chegar- apenas-em-2024-avalia-fazenda.ghtml>

# Padilha sobre derrotas do governo no Congresso: Só não pode perder na final

**Ingrid Soares**

Cobrado publicamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a melhorar a articulação política com o Congresso Nacional por conta de reveses seguidos na Casa, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, alegou nesta sexta-feira (5/5) estar acostumado com cobranças e comparou o jogo político a um campeonato .

"Campeonato é assim: você ganha, você empata, você perde, só não pode perder na final. Nós estamos preparados. Nosso time está preparado para ir até a final e ganhar", disse em coletiva a jornalistas após participar de um evento no Rio de Janeiro. O ministro reconheceu que a semana foi de "recado" do Congresso.

"Lula cobra todo dia, desde o dia 1º de janeiro. E eu tenho a experiência de ter sido ministro da coordenação política dele em seus primeiros governos e sei o quanto ele é uma pessoa que cobra diariamente isso. Estou acostumado a essa cobrança diária, o jeito que ele fala e a ação sobre isso. Acho que essa foi uma semana onde o governo teve vitórias e teve recado do Congresso".

Insatisfeitos ao buscar diálogo com o Palácio do Planalto para costurar acordos sobre as alterações feitas no Marco Legal do Saneamento Básico, a Câmara aprovou na última quarta-feira (3), em uma 'votação surpresa', por 295 votos a favor e 136 contra, a derrubada de trechos de dois decretos do chefe do Executivo que alteraram a regulamentação do novo marco, aprovado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Sobre o assunto, Padilha disse que o assunto será debatido no Senado, mas rebateu que o governo também teve vitórias importantes na semana, como a aprovação do projeto da igualdade salarial entre homens e mulheres.

"Acho que teve um recado específico em relação ao decreto. Tem uma posição da Câmara contra alguns conteúdos. Tem um recado inclusive que é de parlamentares de vários partidos, inclusive da base do governo. Nós vamos ter oportunidade agora no Senado de poder discutir melhor a situação. Tivemos a aprovação do projeto da igualdade salarial, mostrando a força também que temos. A gente sabe que vai ter dia de vitórias, vai ter dia de empates, vai ter dia que

não necessariamente vai ter vitória, só não pode é perder a final. Esse time está pronto para ganhar a final", reiterou.

Durante o lançamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que será liderado por Padilha, Lula se referiu diretamente ao seu principal responsável pela relação com parlamentares no Congresso e cobrou o ministro que reforce a comunicação com os congressistas. Espero que ele tenha a capacidade de organizar, de articular, que ele teve no conselho, dentro do Congresso Nacional. Aí vai facilitar muito a vida , afirmou

Parlamentares creditaram ainda o movimento 'surpresa' do Congresso ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, que não teria proposto sugestões para negociações ou diálogo. No entanto, interlocutores têm destacado que a responsabilidade pelo fracasso de pautas importantes ao governo também recai sobre o próprio presidente Lula, que, ao viajar frequentemente desde o início do ano, tem deixado de marcar presença junto aos parlamentares.

"O governo vai continuar com a sua estratégia de formação não só da base de governo mas também de diálogo com os setores da oposição. Porque os temas centrais do debate do governo neste primeiro semestre que são o marco fiscal e a **reforma tributária**, a recriação dos programas sociais como o Minha Casa Minha Vida, o novo Bolsa Família, a medida provisória que recria os ministérios são temas que envolvem diálogo com a oposição. Nós vamos continuar com as várias estratégias para ter as vitórias nas votações mais importantes e decisivas", continuou Padilha.

**CPMI**

A respeito da instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos terroristas do dia 8 de janeiro, Padilha, destacou que o governo está preparando a indicação de membros para a CPMI e repetiu que a instalação da comissão será um espaço para colocar " uma pá de cal" em teorias terraplanistas envolvendo os atos terroristas do dia 8 de janeiro de que governistas estariam envolvidos.

"O governo tem indicado membros tanto na Câmara quanto no Senado e estou convencido de que a CPMI

vai ser a pá de cal na teoria terraplanista de quem quer culpar as vítimas que é o Congresso Nacional, o Supremo, o Executivo e a democracia pelo crime dos atos terroristas do dia oito de janeiro. A CPMI vai ser um espaço que vai botar uma pá de cal nessa teoria terraplanista de quem quer culpar as vítimas por isso. Estou absolutamente convencido. Retomamos essa semana e continuaremos junto com os líderes o processo de indicação dos membros", emendou.

Padilha reforçou que o governo continuará priorizando as investigações realizadas pela Polícia Federal envolvendo os ataques e citou que, até o momento, mais de 1.300 pessoas já foram identificadas e indiciadas, cerca de 200 réus acolhidos pelo Judiciário e que as apurações já levaram a mais de R\$ 20 milhões bloqueados pela Advocacia-Geral da União (AGU) de financiadores de atos terroristas. O ministro também citou a operação envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a suposta fraude no cartão de vacina.

"Essa ação da Polícia é fundamental para descobrir, de fato, quem financiou, quem mobilizou os ataques. Nesta semana, a PF identificou algo mais grave envolvendo a falsificação dos dados de vacinação do ex-presidente. Isso pode envolver pessoas muito diretamente ligadas a Bolsonaro na mobilização dos atos golpistas e de ataques à democracia. É preciso continuar apurando os responsáveis pelos atos terroristas", concluiu.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5092454-padilha-sobre-derrotas-do-governo-no-congresso-so-nao-pode-perder-na-final.html>**

# Rio vai receber governadores para encontro com Arthur Lira sobre Reforma Tributária

*Por Ancelmo Gois*

O governador do Rio, Cláudio Castro, será o anfitrião da primeira audiência pública do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** da Câmara dos Deputados nos estados. Ele recebe, no próximo dia 19, no Palácio Guanabara, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o coordenador do GT, Reginaldo Lopes (PT-MG). Os sete governadores que integram o Cosud (Consórcio de Integração Sul e Sudeste) estarão presentes.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2023/05/rio-vai-receber-governadores-para-encontro-com-arthur-lira-sobre-reforma-tributaria.ghtml>

# Em reunião com economistas, Haddad calcula que PIB pode crescer 2% em 2023

Por Estevão Taiar, Valor - Brasília

Por Estevão Taiar, Valor - Brasília

05/05/2023 17h28 Atualizado há 2 minutos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em reunião com economistas nesta sexta-feira (5) que o Produto Interno Bruto (**PIB**) pode crescer 2% neste ano, de acordo com relatos ouvidos pelo Valor. A reunião foi realizada na sede da pasta em São Paulo.

Segundo pessoas presentes ao encontro, Haddad inclusive fez piadas com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Haddad afirmou que o titular da Secretaria de Política Econômica (SPE) precisava revisar a atual projeção de crescimento, de 1,6%.

No encontro, o ministro afirmou que ele próprio, Mello e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, são "fiscalistas". Também reforçou que o governo federal pretende acabar com distorções tributárias e renúncias fiscais. Mas, segundo a avaliação dos integrantes da pasta, a reforma tributária continua sendo a prioridade.

De acordo ainda com o ministro, depois de melhorar a situação das contas públicas, será possível avançar já em 2024 em outros pontos da agenda econômica, como reformas microeconômicas.

Ceron, por sua vez, disse que os dados da arrecadação federal em abril tiveram bom desempenho. Também afirmou que, em maio, será possível observar os primeiros efeitos das medidas de ajuste fiscal anunciadas em janeiro. Por isso, o secretário do Tesouro Nacional acredita em nova rodada de melhora de projeções fiscais do mercado para este ano.

A respeito do arcabouço fiscal, os integrantes da Fazenda afirmaram que topam ceder em determinados pontos na negociação com o Congresso, inclusive alterando alguns parâmetros. Mas também disseram que é preciso manter o espírito e a estrutura geral dela.

Já sobre a regra de reajuste real do salário mínimo, Ceron e Mello reconheceram que o tema é caro ao

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Portanto, será preciso acomodar a regra cortando outros gastos ou pelo menos diminuindo o ritmo de crescimento de outras despesas.

Por fim, ministro e secretários reforçaram que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre benefícios fiscais ligados ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve gerar arrecadação anual de R\$ 90 bilhões para os cofres públicos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/05/em-reuniao-com-economistas-haddad-calcula-que-pib-pode-crescer-2percent-em-2023.ghtml>

# Arcabouço fiscal é 'razoável' e vai criar condições para corte de juros, avalia Esteves, do BTG

**Por Vitor da Costa - Rio**

O arcabouço fiscal apresentado pelo governo é razoável e vai gerar algum superávit primário para permitir que o Banco Central (BC) comece a cortar juros, ainda que não de forma imediata. Essa é a avaliação do presidente do conselho de administração e sócio sênior do BTG Pactual, André Esteves.

- Vimos a apresentação do arcabouço fiscal dentro do razoável e vai nos levar a um superávit primário com uma certa modéstia, que vai ser suficiente para o controle da nossa dívida. E essa é obviamente uma das condições principais para permitir que o Banco Central corte os juros- disse.

As declarações foram dadas durante um evento na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), no qual o executivo recebeu a comenda Bicentenário do Visconde de Mauá, maior honraria dada pela ACRJ.

Para Esteves, o Brasil vive uma cacofonia no debate econômico, que gera custos. No entanto, ele avalia que essa cacofonia entre o Ministério da Economia e o BC não é tão alta.

Nos últimos meses, tanto o presidente Lula (PT) quanto integrantes do governo têm criticado abertamente a condução de política monetária da instituição e o patamar elevado da Selic.

- As relações entre Fazenda e BC me parecem que são mais harmônicas. O Planalto segue uma agenda política. O presidente Lula tem demonstrado uma certa ansiedade de entregar resultado, mas eu vejo isso com naturalidade

Esteves afirmou que o BC está fazendo seu trabalho. O executivo comparou a atuação da instituição com a do Federal Reserve, banco central americano, que demorou mais tempo para reagir ao aumento da **inflação**, estando, na avaliação de alguns economistas, atrasado no combate inflacionário. Para Esteves, o Fed cometeu um "erro dramático" de política monetária.

Ao contrário do Fed, o BC brasileiro promoveu rápidos

aumentos de juros desde março de 2021, com a Selic estando no atual patamar de 13,75% desde agosto do ano passado.

- Aqui não cometemos isso. Nós nos antecipamos. E naturalmente o próximo movimento de taxa de juros vai ser uma queda. Nós gostaríamos que ela (a queda) seja o mais rápido possível, agora é preciso ter condições para isso. E elas gradualmente têm sido dadas. E a Fazenda está fazendo isso.

Perguntado sobre as recentes críticas de membros do governo ao BC, Esteves ressaltou cabe ao banco decidir sobre a política monetária.

- Apesar dessa ansiedade, o dono da caneta é o BC, que tem independência técnica [...]Acho que o BC vai fazer o trabalho dele e tem uma lei mais popular em política monetária, que quanto mais você late, menos precisa morder.

Para o executivo do BTG, o país possui boa chance de avançar no campo tributário neste ano, ainda que não possa ser considerada uma salvação definidora para a economia brasileira.

- A **reforma tributária** é difícil de ser executada, porque ela traz conflitos. [...] Estamos fazendo uma série de reformas, vivemos um período muito reformista no Brasil, que cruzou governos e estou achando que vai continuar seguindo nesse novo governo Lula. Mas não vamos sair crescendo, cantando o pneu como nação.

Esteves também criticou o falso dilema entre responsabilidade fiscal e aumento de gastos. Ele citou como exemplo negativo o caso da Argentina, país que convive com um cenário de **inflação** descontrolada e juros elevados.

- Esse é um falso dilema. Os países que têm o maior imposto social do mundo não são países com dívida descontrolada. Não podemos ficar presos ao discurso raso. A questão do equilíbrio fiscal é básica. Ninguém aqui pode gastar mais do que ganha.

Para executivo, o Brasil não precisa aumentar os

gatos, mas sim focar na melhora qualitativa das despesas.

- Começamos a ter uns falsos dilemas. Será que a gente está precisando gastar mais? Não, estamos precisando gastar melhor. Não olhar no curto prazo, na política da vez, na necessidade do momento.

Também esteve presente no evento, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Ele também defendeu a necessidade de simplificação do sistema tributário, mas reconheceu a dificuldade de criação de consensos no atual contexto político.

- É tanto interesse que vai ter que mexer. Acho difícil demais construir esses consensos no ambiente que a gente vive.

Segundo Paes, é natural a "angústia" do presidente Lula para dar respostas às demandas da sociedade.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/arca-bouco-fiscal-e-razoavel-e-vai-criar-condicoes-para-corte-de-juros-avalia-esteves-do-btg.ghtml>**



# Haddad: Ninguém consegue cumprir regra fiscal sem harmonia entre poderes

*Do UOL, em São Paulo*

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, defendeu que a aprovação do arcabouço fiscal no Congresso depende da harmonia entre os poderes -incluindo decisões do Supremo que podem afetar os cofres públicos e a disponibilidade do legislativo para reformas.

Haddad tratava de uma possível punição ao Executivo em relação ao não-cumprimento de metas fiscais com o novo arcabouço . Proposta para pressionar pela responsabilidade fiscal do governo é avaliada pelo relator do arcabouço na Câmara dos Deputados.

Ministro citou decisões sobre PIS/Cofins e aposentadoria da vida toda para dizer que não dá para crucificar alguém da área fiscal por decisões de outras instâncias que tenham impacto financeiro. Ambos julgamentos passam pelo Supremo Tribunal Federal.

Haddad considerou que Congresso está disposto a passar arcabouço e **reforma tributária** ainda no 1º semestre . Para a nova âncora fiscal, o ministro projetou votação em maio; para a reforma, entre junho e julho.

A Primeira Seção do STJ autorizou a União a cobrar **impostos** federais sobre benefícios fiscais concedidos por estado . A decisão , do dia 26, poderia resultar em acréscimo de R\$ 90 bilhões por ano na arrecadação para os cofres públicos. Mendonça, porém, havia suspenso o julgamento e seus efeitos .

O ministro do STF depois reviu o seu posicionamento e permitiu a aplicação imediata da decisão do STJ - que definiu ser possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido).

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/05/haddad-regra-fiscal-equilibrio-poderes.htm>**

# Haddad diz que 'nunca recebeu tanto político' e espera votação de arcabouço e reforma tributária neste semestre

*Ana Paula Branco*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita que a votação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** ocorrerão ainda neste primeiro semestre no Congresso.

Em entrevista à rádio CBN nesta sexta (5), Haddad deu como certa a aprovação do novo arcabouço fiscal pelos parlamentares, minimizando a derrota do governo Lula na votação do marco do saneamento nesta semana.

"O Ministério da Fazenda nunca recebeu tanto político. Minha agenda está aberta para o Congresso. Eu tenho sentido uma receptividade", afirmou.

"Ficou claro [na questão do saneamento] que o Congresso não ia topiar por decreto algo que o próprio Congresso aprovou."

Sobre o projeto de **reforma tributária**, Fernando Haddad afirmou que o governo "não está inventando nenhuma jabuticaba" e procura adotar práticas que estão dentro dos países desenvolvidos.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/haddad-diz-que-nunca-recebeu-tanto-politico-e-espera-votacao-de-arcabouco-e-reforma-tributaria-neste-semester.shtml>**

# Aumentar isenção do IR de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível com reforma, diz Haddad

## Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, 5, que mudanças na faixa de isenção do Imposto de Renda podem ser alcançadas com outras mudanças que vão equilibrar as contas públicas. Ele afirmou, em entrevista à rádio CBN, que aumentar a isenção de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível, com reforma.

O governo recentemente ampliou a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,6 mil - o patamar da isenção foi elevado para R\$ 2.112 desde 1º de maio, e haverá um desconto mensal de R\$ 528 direto na fonte - ou seja, no imposto que é retido do empregado. O objetivo, ainda, é chegar ao fim do governo com a faixa de isenção em R\$ 5 mil, promessa de campanha de Lula.

Para chegar a esse patamar (de faixa de isenção) é muito desafiador, reconheceu o ministro, que diz perseguir esse número.

## Arcabouço fiscal

Na mesma entrevista, Haddad também afirmou acreditar na aprovação do arcabouço fiscal no Congresso. Ele disse que essa aprovação é mérito do próprio parlamento. Quem viabilizou a transição (do governo) foi o Congresso. O Bolsonaro sumiu, o Guedes sumiu. Todo mundo sumiu, não tinha com quem conversar, afirmou.

Haddad avalia que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), conseguem fazer a separação dos assuntos de governo e de Estado, o que facilita o cumprimento das agendas que são relevantes para o País. Por isso, ele pontua que as discussões sobre o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** atingiram um nível de maturidade importante no Congresso, fugindo de um mero varejo político.

O ministro citou medidas que dão suporte ao arcabouço, como as mudanças no PIS/Cofins aprovadas na Câmara. Haddad ainda pontuou sobre lobbies no Congresso e citou os que ocorrem no

Senado, contra as medidas de combate à sonegação.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/05/aumentar-isencao-do-ir-de-r-3-mil-para-r-4-mil-em-2025-e-possivel-com-reforma-diz-haddad.htm>

# Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad

SÃO PAULO (Reuters) - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira que a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso é dada como certa pelo governo federal e que as duas Casas consideram a matéria como assunto de Estado.

Em entrevista à Rádio CBN, Haddad ainda voltou a defender a **reforma tributária** e afirmou que as empresas precisam pagar seus impostos corretamente, pois dribrá-los não vai enriquecer o país

(Por Luana Maria Benedito, em São Paulo)

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad

#### Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/05/aprovacao-do-arcabouco-fiscal-e-dadacomocerta-pelo-governo-diz-haddad.htm>

# Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

As propostas de **reforma tributária** em debate no Congresso Nacional fecham brechas existentes atualmente para a sonegação de **impostos**, além de reduzir custos e estimular os investimentos estrangeiros. A avaliação é do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Fecha muitas brechas, [utilizadas na sonegação] não fecha todas. Nenhum sistema tributário no mundo fecha todas as brechas. Tem países com IVA simples, como a África do sul, que tem um compliance gap [lacunas que geram perda de arrecadação] muito baixo. Quanto mais confuso o sistema, maior é a possibilidade de sonegação, disse Appy ao g1.

As propostas em discussão contemplam a extinção do PIS, da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Eles seriam trocados por um imposto sobre valor agregado, já existente em países desenvolvidos, que seria não cumulativo, ou seja, que seria pago uma só vez por cada etapa na cadeia (produtor, distribuidor e comerciante). Também haveria a cobrança de um imposto seletivo sobre produtos nocivos, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Discutida há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, a **reforma tributária** é considerada essencial pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

Analistas estimam que esta primeira etapa da **reforma tributária**, que vai alterar **impostos** sobre o consumo, tem potencial para elevar o **PIB** potencial do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas.

**Reforma tributária:** setores da economia reclamam de aumento de **impostos**; propostas trazem válvula de escape

Custo da ineficiência

Segundo Appy, no sistema atual de cobrança de **tributos** sobre o consumo, a população paga não só o imposto, mas também arca com toda a ineficiência e custos desnecessários ligados ao sistema tributário problemático.

Tem setores da economia que o custo burocrático de pagar imposto é 3% do **PIB** do setor. O custo do litígio tributário é monumental. Uma empresa industrial brasileira tem 200 pessoas para pagar imposto, uma empresa semelhante nos EUA tem 5 pessoas. Então isso é custo, e essa redução de custo vai ser repassada ao preço. O efeito final da reforma vai ser uma redução de preço ao consumidor, declarou.

Investimentos estrangeiros

Appy afirmou também que a **reforma tributária** também estimularia a entrada de investimentos estrangeiros no país.

A explicação é que o sistema atual, complexo, espanta os empresários de fora do Brasil.

Segundo o secretário, a concorrência acaba sendo desequilibrado, porque o empresário brasileiro já entende o sistema. O estrangeiro, não.

De fato, têm muitas empresas produtivas que deixam de investir no nosso país por causa do nosso sistema tributário. Não é pouco não, é muito. E aí eu acho que vai ter um efeito bem positivo. Tenho conhecidos que são advogados que dão consultoria para empresas estrangeiras que querem entrar no Brasil, mas os caras desistem quando eles conhecem o sistema tributário brasileiro, declarou ele.

A gente está reduzindo a competição porque, quem está aqui dentro já entende e consegue operar. Quem está lá fora... nosso sistema é feito para tirar a competitividade do sistema nacional, completou.

Segundo Appy, muitas empresas preferem produzir no exterior e vender ao Brasil do que abrir fábricas por conta do sistema tributário.

Para eles, as vezes é melhor importar no Brasil o que ele produz lá fora, do que produzir no Brasil. Ele não tem um monte de custo que ele tem no Brasil lá fora, que a **reforma tributária** tende a eliminar. O efeito tende a ser grande. Não vem todo no curto prazo, vem ao longo do tempo. É tudo escalonado , concluiu.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/05/reforma-tributaria-deve-reduzir-sonegacao-e-estimular-investimentos-estrangeiros-diz-secretario-da-fazenda.ghtml>**

# Lula reabre Conselho com críticas a juros altos, desigualdade e pobreza

**Rrafaela Gonçalves**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formalizou ontem, a recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), também conhecido como Conselho, espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade. Com 246 representantes, que vão de banqueiros e empresários a ativistas, artistas, intelectuais e representantes de cooperativas, o grupo serve para dar sugestões ao presidente da República.

Na primeira reunião do grupo, ontem, na sede do Itamaraty, os integrantes focalizaram suas críticas nos juros altos, na desigualdade social e no crescimento da pobreza no país. Lula engrossou o coro de críticas ao patamar da taxa básica de juros (Selic), que foi mantida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 13,75%, nesta semana. É muito engraçado esse país, onde todo mundo aqui pode falar de tudo, só não pode falar de juros, ironizou o presidente. Todo mundo tem que ter cuidado. Ninguém fala de juros, como se um homem sozinho pudesse saber mais do que a cabeça de 215 milhões de pessoas, em referência ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O governo também aproveitou a oportunidade para fazer um aceno ao agronegócio. Na semana passada, os organizadores do Agrishow, principal feira voltada ao setor, em Ribeirão Preto (SP), convidaram o ex-presidente Jair Bolsonaro para a abertura do evento, em detrimento da presença do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que, por conta disso, cancelou a visita. Temos aqui no Conselho uma presença maior do que nas edições anteriores de empresas do agronegócio, declarou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O segmento, um dos mais críticos à gestão petista, foi contemplado com 11 assentos no conselho, incluindo o presidente da Cosan, maior empresa do setor sucroalcooleiro, Rubens Ometto, Eraí Maggi, empresário do ramo da soja, e o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins. Em contraponto, Ayala Ferreira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aliado do governo, também integra o colegiado.

Criado em 2003, o Conselho funcionou por mais de 15 anos, até ser extinto em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Lula destacou que programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o crédito consignado e a política de valorização do salário mínimo surgiram de diálogos no Conselho.

Para o presidente, o órgão desempenhará um papel importante para vencer desafios como a fome, as desigualdades e as urgências ambientais. Cada setor e cada movimento aqui representados enxergam de forma diferente esses e os muitos outros desafios que temos pela frente. Cada qual tem suas próprias demandas, suas próprias propostas. E é justamente essa a riqueza do conselho, destacou.

Não é um espaço para as pessoas falarem bem do governo, para fazer diagnóstico. É para ajudar a governar esse país, dizerem como vocês querem que as coisas sejam feitas. Não é espaço de queixa, reclamação, é um espaço de produção, acrescentou.

Grupo plural

Dos 246 conselheiros, há 113 empresários, 83 representantes da sociedade civil e 46 integrantes de movimentos sociais e organizações sindicais. Na relação, são 97 mulheres, o que representa 40% do total, com nomes como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Ana Paula Vescovi (Banco Santander) e Carla Crippa (Ambev). O objetivo é tornar a configuração do colegiado mais plural do que em anos anteriores.

A grande novidade na composição desse Conselho é que ele está ainda mais representativo e diverso do que antes. Temos uma participação maior dos movimentos sociais e dos novos setores da economia, a exemplo de startups e fintechs. Avançamos na representação regional e racial, e também em gênero, disse Lula.

A lista de membros inclui ainda representantes da sociedade civil como a apresentadora Bela Gil, o youtuber Felipe Neto, Nath Finanças, o cineasta Jorge Furtado, o padre Júlio Lancellotti e o escritor Gabriel Chalita.

Na ocasião, vários convidados defenderam a queda dos juros, a **reforma tributária** e um ambiente de

negócios com segurança jurídica. Acabar com a pobreza e melhorar a qualidade de vida só é possível através do crescimento. Mas, hoje, com essa taxa de juros é impossível investir e produzir , disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5092255-lula-reabre-conselhao-com-criticas-a-juros-altos-desigualdade-e-pobreza.html>**



# Tebet diz que nunca viu momento tão oportuno para aprovação de reforma tributária

## **Agência Estado**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que o momento para aprovar a **reforma tributária** é muito oportuno e que o Conselho, retomado nesta quinta-feira, 4, poderia recomendar a aprovação do texto como prioridade para 2023. Eu nunca vi um momento tão oportuno, tão maduro para aprovar a **reforma tributária** no Brasil. Os dois maiores obstáculos estão superados, comentou.

Ela fez referência à resistência de Estados e municípios e de alguns setores. Em relação aos Estados e municípios, ela disse que o pacto federativo está mantido com a transição longa e o fundo de compensação.

Estamos atentos em relação a alguns setores que podem vir a perder com aumento de carga tributária, especialmente o setor de serviços. Estamos atentos a isso, afirmou a ministra do Planejamento.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Tebet diz que nunca viu momento tão oportuno para aprovação de **reforma tributária**

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5092143-tebet-diz-que-nunca-viu-momento-tao-oportuno-para-aprovacao-de-reforma-tributaria.html>**

# Tebet diz que governo está atento a alguns setores que podem vir a perder com reforma tributária

*Por Jéssica Sant Ana e Ana Paula Castro, g1 e TV Globo - Brasília*

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (4) que o governo está atento a alguns setores que podem vir a perder com aumento de carga tributária da reforma sobre os **impostos** que incidem sobre o consumo. A **reforma tributária** está em discussão no Congresso.

O setor de serviços é um dos mais preocupados com a proposta, que unifica **impostos** federais mais o ICMS (imposto estadual) e o ISS (imposto municipal) em um único imposto do tipo valor agregado (IVA). O setor teme acabar pagando mais **impostos** com a unificação.

Estamos atentos em relação a alguns setores que podem vir a perder com aumento de carga tributária, especificamente para alguns setores, especialmente o setor de serviços, estamos atentos a isso, afirmou Tebet.

A ministra disse que essa resistência do setor de serviços será superada, sem dar detalhes sobre como isso será feito. Retirados esses dois grandes obstáculos, eu não vejo dificuldades [em aprovar a **reforma tributária**].

O primeiro obstáculo, segundo a ministra, foi o temor que alguns estados e municípios têm de perder arrecadação. Para resolver esse impasse, a **reforma tributária** sobre o consumo prevê um fundo de compensação aos entes subnacionais.

Nós vamos ficar pelo menos 20 anos com um fundo compensando, ninguém ganha, ninguém perde a nível de pacto federativo de estados e municípios, prometeu Tebet.

As declarações da ministra foram feitas durante a primeira sessão plenária do Conselho, no Palácio Itamaraty, em Brasília.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), apelidado de Conselho, reúne centenas de nomes notáveis e tem como objetivo

auxiliar o presidente na formulação de políticas públicas.

À plateia de conselheiros, formada principalmente por empresários, Tebet pediu apoio à **reforma tributária**: [Quero que o] Conselho nos auxilie num lobby positivo, favorável e, quem sabe, saia daqui, como primeiro encaminhamento, pode ser na próxima reunião, o encaminhamento que o Conselho entende como prioridade absoluta, urgente a aprovação da **reforma tributária** ainda no ano de 2023.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/04/tebet-diz-que-governo-esta-atento-a-alguns-setores-que-podem-vir-a-perder-com-reforma-tributaria.ghtml>

# Abílio Diniz alerta para fatiamento de reforma tributária: se não for agora, não faz mais

## **Brasília**

O empresário Abílio Diniz, presidente do Conselho de Administração da Península Participações, culpou o sistema tributário brasileiro pela decadência da indústria nos últimos anos e alertou para os perigos de um possível fatiamento da reforma, durante discurso em reunião plenária do Conselho, reaberto nesta quinta-feira. Tomara que eu esteja enganado, mas se não fizer agora, não faz mais.

Abílio elogiou a proposta atual e lembrou que houve tentativas de avançar em uma **reforma tributária** no primeiro governo Lula. Estamos aqui para lutar, precisamos de uma **reforma tributária**. Vamos dar força para quem está na linha de frente para que a reforma aconteça.

Extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS) terá 246 integrantes de diferentes setores da sociedade em seu novo formato no terceiro governo Lula.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/04/abilio-diniz-alerta-para-fatiamento-de-reforma-tributaria-se-nao-for-agora-nao-faz-mais.htm>

# Aprovação da reforma tributária este ano é prioridade absoluta, diz Tebet

BRASÍLIA (Reuters) - A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira que a aprovação pelo Congresso Nacional da **reforma tributária** este ano continua sendo prioridade absoluta do governo.

Tebet acrescentou, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, conhecido como Conselhão, que o governo está atento a setores que podem perder com a **reforma tributária**, especialmente serviços.

(Reportagem de Bernardo Caram)

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Aprovação da **reforma tributária** este ano é prioridade absoluta, diz Tebet

#### Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/04/aprovacao-da-reforma-tributaria-este-ano-e-prioridade-absoluta-diz-tebet.htm>

# Não é possível ter taxa Selic de 13,75% não tendo inflação de demanda, diz Alckmin

## **Brasília**

No dia seguinte à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) que manteve a taxa Selic em 13,75%, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, engrossou o coro do governo contra o Banco Central e disse não ser possível ter um juro tão alto sem, na sua avaliação, uma **inflação** de demanda.

Não é possível ter Selic de 13,75%, maior taxa de juros do mundo, não tendo **inflação** de demanda. É evidente que isso é problema, é capital, é crédito, é fundamental, disse Alckmin na plenária do Conselho, logo depois de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter avaliado a decisão do Copom de preocupante.

Ao longo de seu discurso, Alckmin elogiou o arcabouço fiscal apresentado pela equipe econômica, chamado por ele de bem elaborado, e avaliou que o nível atual do dólar, ao redor de R\$ 5, é bom por ser competitivo.

Para a indústria, câmbio, imposto e juros definem tudo, declarou o vice-presidente.

Alckmin reiterou sua confiança de que a **reforma tributária** vai avançar no País, assim como o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul.

De acordo com o também ministro de Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços, o texto está maduro. Temos que começar o comércio exterior com os vizinhos, que é para onde vendemos industrializados, afirmou Alckmin, que defendeu também o ganho de valor agregado nos produtos brasileiros.

O vice-presidente avaliou que é preciso combater os problemas da economia brasileira na raiz, como forma de fazer o País crescer. É preciso eficiência econômica. De outro lado, arcabouço fiscal, rede de proteção social, disse, em linha com o discurso do governo de aliar responsabilidades social e fiscal nas políticas públicas.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/04/nao-e-possivel-ter-taxa-selic-de-1375-nao-tendo-inflacao-de-demanda-diz-alckmin.htm>

# Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas

Por Marta Watanabe - De São Paulo

A **reforma tributária** sobre consumo deve ter efeito heterogêneo entre as companhias de capital aberto, segundo levantamento feito pelo banco Santander em estudo que considerou 114 empresas distribuídas em 15 setores. O peso do total de **tributos** sobre consumo cobrados antes e depois de uma reforma com a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 25% manteria a carga em 9% da receita bruta, considerando o conjunto dos setores.

O grupo de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT) deve ter uma das maiores reduções, com tributação indireta que cai de 29% para 12% da receita bruta. Agronegócios, varejo e alimentos e bebidas também ficam com taxaço menor, segundo o estudo. Entre os que mais devem ter aumento de carga relativa estão o setor de investimentos imobiliários, instituições financeiras, saúde e educação, indica o levantamento. Esses segmentos estão entre os que podem ter tratamento diferenciado, embora não exatamente favorecido em todos eles, segundo declarações de representantes do governo. Mineração, transportes e celulose e papel também devem ter aumento de carga, diz o estudo.

Entre as 15 maiores empresas do Valor 1000 que foram alvo do estudo, Petrobras, Vale e Suzano Papel e Celulose podem ter aumento da tributação indireta como proporção da receita bruta com a adoção de um IVA de 25%. As demais empresas devem ter redução ou carga neutra.

O estudo considerou a entrada imediata em 2023 da alíquota de IVA de 25%, sem regra de transição, e também sem nenhuma mudança no cenário em termos de outros efeitos possíveis da reforma, como crescimento de **PIB**, repasse de preços, ganhos de eficiência ou mudança de comportamento dos agentes econômicos, explica Aline Cardoso, responsável pela área de research e estratégia de ações do Santander Brasil, uma das autoras do relatório. "Os resultados, portanto, devem ser interpretados como os melhores ou piores cenários das companhias", diz Aline.

Ela lembra também que as empresas que vendem bens ou serviços a outras empresas e estão no meio da cadeia de produção, como instituições financeiras e investimentos imobiliários, podem ser menos

impactadas. "As companhias B2B devem ter maior facilidade para repassar o aumento de carga tributária."

O efeito maior, diz Aline, deve ficar para setores que atendem diretamente ao consumidor final. Empresas do setor de saúde e educação, destaca, estão entre elas. Para esses setores, porém, representantes do governo federal têm sinalizado com tratamentos diferenciados, aponta o próprio estudo.

No total de 15 setores carga se mantém em 9% da receita bruta depois da **reforma tributária**

Atualmente são duas as propostas que o governo federal espera que sirvam como base para uma **reforma tributária** sobre consumo. Uma é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e outra é a PEC 110/2019. As duas propõem a substituição dos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do estadual ICMS e do municipal ISS por um IVA cobrado no destino, não cumulativo, com desoneração de exportações e de investimentos. A maior diferença é que a PEC 45/2019 propõe a criação de um IVA único, enquanto a PEC 110/2019 estabelece um IVA dual, um no âmbito federal e outro subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Para se calcular o IVA de 25%, o estudo do Santander estimou, para cada empresa estudada, a receita bruta de 2023. Do valor foram subtraídos o custo do produto vendido e as despesas operacionais, também estimadas para este ano. Depois foi acrescida a despesa de pessoal estimada para 2023. Esse foi o valor adicionado que foi considerado para se calcular o impacto dos 25% de IVA.

Entre algumas das considerações para setores específicos, Aline destaca que para as instituições financeiras foi considerada apenas a aplicação do IVA sobre a receita com tarifa de serviços. No caso das companhias de energia elétrica, somente a receita de geração. Aline explica que, na distribuição e transmissão, por contrato, ajustes de **impostos** são repassados para as tarifas, o que mitigaria os efeitos da reforma sobre as companhias nessas atividades. Cálculos preliminares do banco, diz ela, indicam que, considerados os efeitos também sobre transmissão e distribuição, deve haver redução de carga, o que pode ser benéfico também para a **inflação**. Regimes ou

tratamentos diferenciados existentes hoje, como Zona Franca de Manaus e Simples, foram mantidos para estudo do impacto.

Ítalo Franca, economista do Santander e co-autor do estudo, diz que a busca de uma alíquota de IVA o mais homogênea possível, como tem defendido o governo federal, é o melhor caminho do ponto de vista macroeconômico. A eliminação de subsídios torna a tributação sobre consumo mais isonômica, o que contribui para efeitos positivos como redução de contencioso e crescimento da economia, com aumento do **PIB** potencial em prazo mais longo.

Para ele, a reforma é bem-vinda, embora a aprovação da emenda constitucional demande ainda muitos debates, não somente de questões setoriais como federativas. Os Estados, exemplifica, devem querer definir um fundo de compensação. Para ele, a aprovação da emenda pode adentrar o segundo semestre deste ano, com definições importantes a serem feitas em lei complementar e a serem discutidas no decorrer de 2024.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/04/reforma-tera-efeito-misto-sobre-empresas-abertas.ghtml>**

# Folha de pagamentos: Ministério da Fazenda considera propor desoneração do salário mínimo

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O governo pode propor uma desoneração não linear, reduzindo a tributação sobre a folha de pagamentos somente sobre o salário mínimo. A informação é do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

A gente está avaliando qual vai ser a melhor forma de fazer, não necessariamente vai ser linear. Você pode desonerar mais uma parcela do salário, desonerar primeiro o salário mínimo, uma discussão que surgiu, e não desonerar linearmente [todos] os salários. E o que vai dar para fazer vai depender muito de como conseguir financiar, declarou Appy ao g1.

Atualmente, a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos é de 20%. Se a desoneração for completa, os rendimentos de até um salário mínimo, atualmente em R\$ 1.320, ficariam livres dessa cobrança. Com esse formato, a desoneração beneficiaria principalmente as contratações de trabalhadores com salários menores.

De acordo com o secretário Bernard Appy, essa discussão será levada adiante somente no segundo semestre deste ano, após a conclusão da **reforma tributária** sobre o consumo - que está sendo avaliada pelos parlamentares desde o início dos trabalhos no Legislativo em 2023.

Ela [desoneração da folha] tem custo, e aí, como vai financiar? A gente não quer financiar no consumo, que já é muito tributada. E a gente não quer criar a CPMF [Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira]. Nessa primeira fase não tem como incluir a desoneração da folha. Nessa segunda fase sim, vamos discutir mudanças no IR e, aí sim, talvez na mudança da renda, consiga financiar a desoneração da folha, acrescentou ele.

## Desonerações

A discussão sobre a desoneração da folha de pagamentos ganhou destaque nos últimos anos. A equipe econômica do governo Bolsonaro, chefiada por Paulo Guedes, defendia a instituição de um tributo

sobre movimentação financeira para financiar essa mudança. Diante das resistências no Congresso Nacional, o tema não chegou a ser pautado.

Atualmente, está em vigor a desoneração da folha de pagamento das empresas dos 17 setores da economia que mais geram empregos no país. As empresas desses setores substituem a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. A regra vale somente até o fim de 2023.

Além da contribuição patronal de 20%, os empregadores também têm de recolher, no Brasil, um seguro para acidentes de trabalho, o FGTS de 8% (do salário do trabalhador), contribuições para o salário educação e para o sistema S.

O empregado, por sua vez, contribui com 11% do seu salário. As contribuições de patrões e trabalhadores varia de 34% a quase 43% no Brasil. A exceção são as empresas do Simples Nacional, que pagam menos **tributos**.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2022, a alíquota média da contribuição dos empregadores dos 13 países de economias avançadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se situou entre 20% ou 16% (em sistemas regressivos).

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/04/folha-de-pagamentos-ministerio-da-fazenda-considera-propor-desoneracao-do-salario-minimo.ghtml>



# Relator da LDO vê 'ânsia arrecadatória' do governo com MP que prevê tributação de paraísos fiscais

*Por Camila Turtelli e Jeniffer Gularte - Brasília*

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), criticou o envio da medida provisória sobre tributação, em um momento de avanço da reforma tributária no Congresso.

- A ânsia arrecadatória do governo é muito grande e é um erro mandar essa medida nesse momento - afirmou.

Ele teme que a iniciativa possa atrapalhar as negociações que já se iniciaram sobre a reforma tributária.

- O ímpeto pode atropelar mais do que ajudar, não tem a reforma tributária para ser votada em breve? Por que o governo não tem paciência de deixar esse debate para a reforma? O próprio governo pode não estar mais confiando na reforma tributária - completou o parlamentar, que é vice-líder do União na Câmara.

Presidente do grupo de trabalho que trata sobre a reforma tributária, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), discorda e afirma que são assuntos diferentes.

- Não tem implicação com a reforma que estamos discutindo. Estamos tratando sobre consumo - disse ao GLOBO.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/relator-da-ldo-ve-ansia-arrecadatoria-do-governo-com-mp-que-preve-tributacao-de-paraissos-fiscais.ghtml>**

# Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais

Por **Bárbara Pombo** - De Brasília

Em meio às negociações sobre a **reforma tributária**, avança no Congresso Nacional uma proposta que promete simplificar e reduzir os custos com o cumprimento de obrigações acessórias para o pagamento de **tributos** no país. O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 178, de 2021, prevê a reunião de oito tipos de nota fiscal em um único documento - a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e).

De iniciativa da Câmara dos Deputados, o projeto teve aval na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no mês de março. No plenário, foram sugeridas emendas que, agora, deverão ser analisadas pelos senadores.

A proposta prevê uma mecânica para o recolhimento de **tributos** nas esferas federal, estadual e municipal e que vale para todos os **tributos**, menos para o Imposto de Renda e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Seria compatível com o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) desenhado nas propostas de **reforma tributária** que estão em discussão, segundo Paulo Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para Comércio e Serviços (Afrac), entidade que criou o sistema incorporado no projeto.

"O projeto pavimenta a **reforma tributária** - qualquer que ela seja - porque atua na inteligência do recolhimento [dos **tributos**]", diz Guimarães. "Isso é algo que pode ser feito agora de forma rápida sem pisar no pé de ninguém", acrescenta.

A associação calcula uma economia de R\$ 154 bilhões por ano para as empresas com a redução da burocracia com declarações de operações ao Fisco.

O cálculo leva em conta levantamento da consultoria Deloitte divulgado em 2020 sobre o tempo gasto pelas empresas com a apuração e pagamento de **tributos** e preenchimento de declarações ao Fisco - o chamado compliance fiscal. Grandes empresas levam 34 mil horas por ano com burocracia tributária.

Segundo Guimarães, a reengenharia do sistema também traria benefício para os Fiscos. Uma das vantagens seria a centralização das informações em

uma única nuvem.

"A **Receita Federal** poderá ter um painel com todos os **impostos** recolhidos no país. Dará um nível de governança fantástico", afirma. "Os Estados também poderão se aproveitar. Hoje, da forma como está, os Estados não enxergam o que é arrecadado de ISS nos municípios dentro deles, só as prefeituras", acrescenta.

Além da unificação das notas fiscais em um único documento, o projeto de lei diz que o sistema vai fornecer ao contribuinte declarações fiscais pré-preenchidas para fins de declaração do imposto devido. Esse preenchimento prévio virá a partir das informações que as empresas colocarem nas notas fiscais emitidas.

Atualmente, de acordo com Guimarães, nenhuma declaração é pré-preenchida, exceto a do Imposto de Renda da Pessoa Física.

"Além da economia de tempo, há aumento da segurança jurídica na medida em que grande parte do passivo tributário de hoje nasce quando a empresa reporta um livro fiscal com divergências de informações ou erros no preenchimento das declarações", afirma o presidente.

Com a aprovação do projeto de lei, pode cair ainda a obrigação de as empresas terem inscrições em cada uma das esferas fiscais - federal, estaduais e municipais - para operar. Os cadastros fiscais seriam unificados em um Registro Cadastral Unificado (RCU).

O CNPJ, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, segundo a proposta, bastaria como "identidade cadastral única e suficiente para identificação da pessoa jurídica nos bancos de dados de serviços públicos".

A implementação de todo esse sistema, segundo a redação do projeto de lei, ficaria a cargo de um Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA). Esse grupo seria composto por representantes com mandato da **Receita Federal**, dos Fiscos estaduais e municipais e do setor privado.

"Esse colegiado é importante para garantir longevidade e adequação do sistema ao longo do

tempo", afirma Guimarães.

A proposta de simplificação das obrigações acessórias tem apoio da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que a considera prioritária. Também está na lista de prioridades da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregue no início do ano ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Mas sofre resistências por parte de Estados e municípios. O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), por exemplo, entende que a discussão sobre a simplificação das obrigações acessórias deveria ser feita apenas depois da aprovação de reforma do sistema tributário sobre o consumo.

"O texto ignora as diferenças entre as bases de incidência tributária (consumo, renda e patrimônio), propondo um sistema que confunde realidades operacionais e de impraticável implementação", resume, em nota, a entidade.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) negocia a aprovação de uma emenda ao projeto. A ideia seria segregar os **impostos** - como ISS, ICMS e IPI - dentro de uma nota única. Esse documento teria layout e informações que contemplem as diversas incidências dos **impostos**, suas bases de cálculo e alíquotas.

"Somos a favor de uma nota nacional, mas queremos que espelhe a realidade. O texto parte da premissa de que temos um imposto único", diz Ricardo Almeida, assessor jurídico da entidade.

De acordo com Almeida, mesmo que se aprove a **reforma tributária** com o imposto único da PEC 45, o sistema atual ainda vai continuar existindo por mais dez anos. "E o empresário precisará emitir suas notas pelo sistema atual pela próxima década", ele complementa.

Procurada, a **Receita Federal** informou, por meio de nota enviada ao Valor, que não comentaria a proposta.

Veja quais documentos podem vir a ser substituídos pela Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e):

Nota Fiscal Eletrônica (NFe);

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFSe);

Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFCe);

Nota Fiscal de Energia Elétrica (NF3e);

Nota Fiscal Fácil (NFF);

Cupom Fiscal (CFe SAT);

Conhecimento de Transporte eletrônico (CTe);

Bilhete de Passagem eletrônico (BPe).

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais

#### Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/05/03/projeto-pode-reduzir-em-bilhoes-de-reais-custo-com-obrigacoes-fiscais.ghtml>

# Entre jabutis , jabuticabas e benefícios, veja onde governo já indicou que buscará recursos

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A equipe econômica tem trabalhado para aumentar a arrecadação federal como forma de reequilibrar as contas públicas.

Esse objetivo está na proposta do arcabouço fiscal - a nova regra para as contas públicas, que ainda tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional (veja mais detalhes ao final desta reportagem).

Para equilibrar as contas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem mirado a reversão dos chamados jabutis - conteúdos estranhos, sem relação com o texto original de propostas votadas pelo Legislativo.

Haddad também tem defendido o combate de práticas que existem somente no Brasil, ou em poucos países mundo, que reduzem a arrecadação - apelidadas de jabuticabas .

O governo tem dito ainda que buscará reduzir os benefícios fiscais existentes, chamados de gastos tributários , que são renúncias de receita geradas com a redução de **tributos** promovida para compensar ou incentivar setores da economia e regiões do país.

Em audiência no Senado na última semana, Haddad defendeu a abertura do que chamou de caixa-preta dos benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, a **Receita Federal** diz que conduz estudos sobre o assunto.

Segundo o ministro da Fazenda, a conta negativa dos jabutis e dos benefícios fiscais de empresas, considerados ilegítimos por Haddad, pode superar a marca dos R\$ 500 bilhões.

## Jabutis e Jabuticabas

Em abril, o ministro Fernando Haddad demonstrou preocupação com medidas aprovadas no Congresso que acabam resultando em perda de arrecadação pela União.

O ministro alertou que, em geral, essas aprovações ocorrem por meio de emendas jabutis , ou seja,

emendas estranhas ao assunto principal do projeto.

Entre os jabutis citados por Haddad, está uma medida que resultou na perda de R\$ 90 bilhões por ano em arrecadação. Isso porque uma emenda permitiu que as empresas abatessem incentivos fiscais concedidos por estados, via ICMS, da base de cálculo de **impostos** federais. Na semana passada, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reverteu a medida ao decidir que devem incidir **impostos** sobre determinados incentivos fiscais dados por estados a empresas.

No campo das jabuticabas , o governo tem sinalizado que busca acabar com benefícios que existem somente no Brasil, ou em outros poucos países. Para isso, porém, terá de obter apoio no Congresso Nacional.

Em janeiro, para elevar a arrecadação, o governo propôs o retorno do do voto de desempate a favor do Fisco nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) - órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela **Receita Federal**. Haddad tem dito que formato semelhante para esse conselho, beneficiando os contribuintes, não existe em outros países. A equipe econômica também quer fechar brechas legais utilizadas por empresas nas vendas ao exterior para aumentar a arrecadação de **impostos**. O governo diz que algumas empresas exportadoras fazem triangulação em paraísos fiscais para recolher menos Imposto de Renda. A medida, que tramita no Congresso, pode elevar a arrecadação anual entre R\$ 20 e R\$ 30 bilhões. O Ministério da Fazenda também indicou que tentará acabar com o benefício dos juros sobre capital próprio, que consiste em uma forma de distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na bolsa) aos seus acionistas. Esse sistema existe em poucos países do mundo. Outra jabuticaba que o governo Lula já indicou que buscará eliminar é a ausência da tributação da distribuição de lucros e dividendos. Os lucros das empresas já são taxados no Brasil, mas a sua distribuição para as pessoas físicas, desde 1996, é livre de tributação - algo que não acontece em quase todos países. Esse tema deverá ser tratado no

segundo semestre. A tributação de fundos exclusivos também está na mira da equipe econômica. Fundos exclusivos são aqueles formados por grandes investidores. A ideia seria tributá-los com uma periodicidade e não só no resgate. Segundo o blog da jornalista Julia Dualibi, colunista do g1, deve ficar para o segundo semestre deste ano - no âmbito da reforma do Imposto de Renda.

#### Gastos tributários

Os benefícios fiscais, chamados de gastos tributários pela **Receita Federal**, são renúncias de receita. Ou seja, o governo abre mão de arrecadação, diminuindo **tributos** a fim de compensar ou incentivar determinados estados e setores da economia.

Para o ano de 2023, dados do Fisco apontam que os benefícios fiscais devem somar cerca de R\$ 450 bilhões.

No âmbito da **reforma tributária** sobre o consumo, a equipe econômica confirmou que podem ser extintos programas específicos que concedem cerca de R\$ 100 bilhões em benefícios fiscais.

Essa estimativa não contempla o fim de benefícios da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional, regimes que as propostas em tramitação no Congresso Nacional buscam preservar.

Em entrevista ao g1, o secretário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, avaliou que a grande maioria dos benefícios concedidos por meio do PIS/Cofins tem por objetivo desonerar setorialmente o investimento.

Segundo Appy, no novo modelo tributário proposto, o investimento será desonerado para todos os setores.

Aí não faz mais sentido discutir setorialmente como é hoje, pois vale para todo mundo. Uma boa parte dos benefícios fiscais que existem hoje vão se tornar desnecessários. Faz todo sentido acabar com eles, disse Bernard Appy.

Entre os setores e produtos que perderiam incentivos, estão: áreas de livre comércio, embarcações e aeronaves, defensivos agrícolas, produtos da cesta básica, equipamentos médicos, medicamentos, Minha Casa Minha Vida, indústria cinematográfica, livros e indústria petroquímica.

Esses incentivos desapareceriam gradualmente ao longo da transição de, ao menos, cinco anos (se, e após, a aprovação da **reforma tributária** pelo Legislativo). Para que sejam mantidos, outro formato de incentivos teria de ser implementado.

Esses recursos, porém, não engordariam os cofres públicos, pois, segundo o secretário Bernard Appy, eles já foram considerados no cálculo da alíquota de 25% para o futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) - uma das maiores do mundo - que substituirá, se aprovado, o PIS, o IPI, a Cofins, o ICMS e o ISS.

#### Monitoramento de políticas públicas

Além da **reforma tributária**, o governo informa que já iniciou o trabalho de monitoramento e avaliação de políticas existentes, que será coordenado por uma secretaria específica, no Ministério do Planejamento, chefiada por Sérgio Firpo.

Se não forem bem avaliadas, a área econômica pode propor ao Congresso a mudança ou extinção das políticas.

De acordo com o Ministério do Planejamento, 15 políticas públicas relativas ao ciclo de 2022 estão sendo avaliadas, sendo oito de subsídios e sete de gastos diretos. São elas: Fundo Marinha Mercante, Fundo de Terras, Proex, Benefícios Previdenciários e Fapi, Biodiesel, Despesas com pesquisas C T, PRONAC e PROUNI.

O ciclo de 2023, por sua vez, contará com a avaliação de outras políticas, incluindo o Proer, o fundo clima, a dedução do IR para patrocínio ou doação e o PIS/Confins zerado sobre gás natural e carvão para geração de energia elétrica.

#### Arcabouço fiscal

O arcabouço fiscal traz metas para as contas públicas. O objetivo do governo é de zerar o déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar os juros da dívida pública) já em 2024 e obter saldos positivos em 2025 e 2026.

No texto da nova regra fiscal, o governo Lula propõe que as despesas não subam acima de 70% da alta das receitas, e que as despesas tenham limite de alta acima da **inflação** (real) de 0,6% a 2,5% ao ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que precisa ampliar a receita do governo em um montante entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões para viabilizar as metas contidas na proposta de arcabouço fiscal. Levantamento feito por economistas da corretora Warren Rena indica a necessidade de ao menos R\$ 254 bilhões aumento de receitas, até 2026, para atingir o piso das metas de resultado primário do arcabouço fiscal apresentado pela equipe econômica. Enquanto a regra foca no aumento de arrecadação para tentar evitar descontrole das contas públicas, analistas

avaliam que faltam indicações mais claras sobre o controle de gastos públicos e, também, de medidas para reduzi-los .

Com o ajuste fiscal proposto por meio do arcabouço fiscal, a área econômica informou que busca estabilizar a dívida pública, que pode ficar acima de 80% do **PIB**, nos próximos anos.

Com o objetivo de controlar a dívida, o governo diz que está trabalhando na harmonização da política fiscal (relativos aos gastos públicos) com a política monetária (definição dos juros por parte do Banco Central para tentar conter a **inflação**).

A expectativa da área econômica é que o buscado equilíbrio nas contas públicas possa pavimentar o caminho para o BC, que goza de autonomia operacional, possa começar a reduzir a taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, nos próximos meses.

**Site:**

***<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/03/entre-jabutis-jabuticabas-e-beneficios-veja-onde-governo-ja-indicou-que-buscara-recursos.ghtml>***

# Deputados vão à OCDE conhecer o IVA no mundo

## **Brasília**

Com a proposta do arcabouço fiscal já no Congresso e a perspectiva de que, após décadas de discussão, o Brasil está pronto para modernizar as regras de **impostos**, deputados do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara visitam a sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, para conhecer as práticas internacionais sobre tributação.

Em uma agenda de quatro dias, de terça a sexta-feira, 5, os parlamentares vão ter uma visão geral sobre os sistemas de cobrança de **impostos** que vigoram no mundo e aplicação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em diferentes países. A OCDE é um organismo multilateral, que já foi denominado de clube dos ricos, e que é conhecido por definir padrões de atuação dos governos para várias áreas.

Serão debatidos temas como tributação sobre bens imóveis, vantagens da cobrança do IVA na habitação, arrecadação de **impostos** ambientais, preços de transferência, economia digital e serviços financeiros, além do chamado imposto seletivo nos países da OCDE, incidente sobre produtos como tabaco, álcool e combustíveis.

No início de março, a diretora do Centro de Política Tributária da OCDE, Grace Perez Navarro, se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília. Na ocasião, ela destacou a relevância de promover uma **reforma tributária** eficiente, além da adequação das regras brasileiras sobre preços de transferência às normas aplicadas pelos países da organização.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/02/deputados-va-a-ocde-conhecer-o-iva-no-mundo.htm>

# Tebet vê queda do juro com arcabouço

*Por Maria Cristina Fernandes - De São Paulo*

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, trabalha com a aprovação do arcabouço fiscal em maio pela Câmara e em junho pelo Senado. Com isso, o Banco Central ficará sem alternativa a não ser reduzir a Selic, avalia. "Não terá mais desculpas para não baixar o juro no Copom, nem que seja 0,25 ponto percentual. A cada condição que o BC coloca e a gente vai resolvendo, eles vão colocando outras. Vão colocar mais o quê?" Após o encontro desta semana, o Copom se reúne em 20 e 21 de junho e depois em 1º e 2 de agosto.

A experiência da ministra na CPI da Covid lhe dá segurança para afirmar que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas não mobilizará a população da mesma forma e, por conseguinte, não afetará a tramitação da **reforma tributária**. "Naquela CPI as pessoas estavam apavoradas e queriam vacina. Agora já viraram a chave e querem emprego."

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Tebet vê queda do juro com arcabouço

**Site:**

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/05/02/tebet-ve-queda-do-juro-com-arcabouco.ghtml>



# Congresso quer reforma tributária, e CPI vai gerar meme, diz Tebet (Selic)

**Joana Cunha**

A onda de CPIs que vem se formando no Congresso não deve atrapalhar a tramitação da **reforma tributária** e do arcabouço fiscal, segundo as estimativas da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Personagem de destaque na CPI da Covid em 2021, Tebet prevê que o inquérito dos atos golpistas de 8 de janeiro terá uma vitrine inicial com ataques e grosserias, mas a exposição acabará reduzida a memes de internet.

As outras CPIs, que abordarão Americanas, MST e futebol, também não têm potencial de paralisar o Congresso, porque a própria oposição quer avançar com a pauta tributária, diz Tebet.

"Esse Congresso é reformista. Ele está encampando a **reforma tributária**, assim como foi com a autonomia do Banco Central e a da Previdência. Por isso a coisa vai andar", afirma.

A ministra também demonstra otimismo com o debate da exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculo de **tributos** federais IRPJ e CSLL, a ser julgado no STF (Supremo Tribunal Federal). A decisão, segundo ela, vai ser decisiva para trazer as receitas de que o governo necessita e evitar a apresentação de um terceiro pacote de medidas.

Tebet rebate a afirmação dita no Senado na semana passada pelo ex-presidente do BC (Banco Central) Arminio Fraga de que a aritmética do arcabouço não fecha. "Tem gordura. Tem de onde tirar", afirma a ministra.

Preocupada com a Selic em 13,75% ao ano, ela reitera a cobrança para que o BC aborde os esforços do governo na redação dos comunicados e atas.

Como avalia a crítica feita por Arminio Fraga na semana passada de que a conta do arcabouço não fecha?

Não há antagonismo entre compromisso social e responsabilidade fiscal. O arcabouço conseguiu achar esse equilíbrio. Com isso, eu tenho recurso para programas sociais, mas consigo atingir compromissos

na área fiscal. De um lado, ter meta e dizer que o Brasil não gasta mais do que arrecada, ou seja, vamos ter controle dos gastos, meta de resultado primário e vamos zerar essa conta no ano que vem. De outro, como vamos gastar sempre menos do que o aumento real da receita, vai impactar, a médio prazo, a dívida do Brasil em relação ao **PIB**.

Com isso, faz o dever de casa no aspecto fiscal para, já com a aprovação do arcabouço, deixar claro para o Banco Central que não há mais justificativa para juros de 13,75%. São 'n' fatores internos e externos que impactam a **inflação**. Dos internos, muitos não existem mais. De todos os medos que se tinha de um governo expansionista no gasto, o arcabouço fiscal coloca um limite para isso dentro de um governo que foi eleito legitimamente com um projeto social claro.

O sinal que a equipe econômica está dando para investidores e BC é: vamos cumprir os compromissos de campanha do presidente Lula, mas dentro do que a responsabilidade fiscal permite.

Muitos estão olhando o arcabouço sob a ótica do resultado primário. [Eles dizem:] Vocês não vão conseguir zerar o déficit se não incrementarem a receita. Primeiro, nós não vamos incrementar receita criando imposto nem aumentando alíquota. Vamos fazer isso combatendo sonegação, fiscalizando e buscando receitas que estavam perdidas.

O arcabouço é uma peça da engrenagem. A bala de prata é a **reforma tributária**, que nunca esteve tão madura para ser aprovada. Acredito que seja aprovada no primeiro semestre pela Câmara. E tem outras medidas de crédito.

No aspecto econômico, o governo está muito firme nos seus propósitos. Agora precisamos entender o momento que o Brasil vive. É um país mais polarizado, nós não temos maioria no Congresso e não podemos errar no que é fácil. Tem certas pautas que precisam ser vistas e revistas à luz de um governo que não é de um determinado partido. É de uma frente ampla. Aí nós temos que fazer gestos.

Quais? Um deles é para o agronegócio. Ter Plano Safra bem definido. Garantir previsibilidade. Não há segurança jurídica com conflito agrário num país produtor e exportador de commodities.

Temos de avançar em pautas que atendem os dois lados. De um lado, é importante demarcar áreas indígenas. Mas é importante entender que a Constituição deu um prazo para se demarcar, que não foi cumprido. Então, não é mais justo que se tire quem tem o título da terra de mãos vazias, sem pagamento em dinheiro. Precisamos avançar nessa mudança da Constituição permitindo ao proprietário que tem a posse justa, mansa e pacífica de áreas privadas, não envolve a Amazônia, que ele receba em dinheiro antecipadamente. E essa terra é devolvida aos povos originários. São questões como estas que dá para resolver. O desafio é pacificar.

Também não é possível aceitar invasão de áreas produtivas.

Temos de achar espaço fiscal para garantir o plano dos assentamentos para os agricultores familiares. Eu sou do agro e tenho essa consciência de que quem produz hortifrutigranjeiros no Brasil é a agricultura familiar. Ela precisa ser fortalecida. Basta ter vontade política e não ter ideologia no processo. Não querer trazer pautas simplesmente para conflitar. E o presidente tem consciência, está antenado nisso.

Ele ficou preocupado com as invasões do MST. Como está essa relação com o agro? Ele entende o lado dos assentados no sentido de que as pessoas querem o espaço para produzir. Mas a sensação que eu tenho é que ele entende que nós estamos vivendo um momento em que o Brasil mudou. A própria sociedade não aceita invasão de área produtiva. Não posso falar por ele. Não conversei com ele sobre isso, mas a sensação que tenho é que o presidente sabe que tem condições de pacificar e resolver essa questão fundiária que estão iniciando agora.

Estamos olhando pelo retrovisor para consertar retrocesso armamentista, ambiental e social. Agora é que o governo começa. Acredito que o governo tem consciência e já deve estar conversando com seus ministros específicos em relação a isso.

Ainda na questão arrecadatória, o governo já teve uma amostra da pressão. No caso dos US\$ 50 dos sites estrangeiros, recuou. Como lidar com isso? Recuou na forma, não no conteúdo. Só vai dar mais trabalho e fazer o dever de casa. Não mudando a legislação, mas fortalecendo a fiscalização.

Além deste caso, tem choradeira de todos os lados, não? Indo na linha da fala do Arminio de que a conta não fecha, o pulo do gato do arcabouço é que ele põe uma trava no gasto. Se gastar R\$ 1 a mais, tem que prestar conta no Tribunal de Contas, no Congresso, e dá problema de responsabilidade na Justiça. A

questão não é a meta. Para alcançar, eu preciso incrementar a receita mesmo. Mas para cumprir o arcabouço, eu não preciso aumentar a receita no que se referir ao gasto. Eu só posso gastar 70% do que arrecadar. Então, vou ter que aumentar para poder cumprir os sociais. Senão, vou ter que diminuir um pouco de cada. É esse impacto positivo que causa para efeito de taxa de juros e relação dívida/PIB.

Por outro lado, como é um governo que tem preocupação social, coloca uma batata quente no colo da Fazenda e no nosso, que é o seguinte: se virem, achem receita sem elevar imposto.

E no Brasil tem muita receita que, ou é sonogada, ou foram desonerações eleitoreiras do governo passado. Em uma delas, a gente resolve metade do problema com essa decisão do STF [sobre os benefícios do ICMS]. Vai ser decisivo para a gente não ter que pensar em um terceiro pacote. O primeiro pacote saiu lá atrás, com reoneração de PIS/Cofins, denúncia espontânea no Carf. O segundo é esse que vai tributar aposta eletrônica.

Não é fácil reonerar depois que foram dados os benefícios e incentivos, mas a reforma tributária também faz um arrastão e resolve grande parte do problema com gastos tributários.

E a reoneração da gasolina, que também deu gritaria do PT, e veio com o imposto temporário de exportação de petróleo? Foi uma decisão da equipe econômica, porque reonerar tudo impactaria a inflação. Mas foi feito. O imposto é temporário. Faz parte.

São tantas renúncias, desonerações sem sentido, sonogação. É um sistema tributário caótico. E o lado do copo meio cheio é que se tem onde buscar receita. Se não dá para mudar a lei dos US\$ 50, então aperta na fiscalização. Tem gordura. Tem de onde tirar. Essa coisa da aritmética que o Arminio falou é o seguinte: de onde? Ele disse que a conta, por enquanto, não está fechando, porque a gente não apresentou ainda de onde vai incrementar a receita. Mas vai ser incrementada porque temos alternativas para colocar no lugar.

O governo tem prioridade no arcabouço e na reforma tributária, mas tem uma onda de CPI vindo aí. O que diz a sua experiência, de alguém que se destacou em CPI? A minha experiência, de muito tempo de Congresso, é que nós estamos em um momento distinto. É início de governo, e normalmente CPIs acontecem no fim, isso paralisa máquina pública.

Estas CPIs estão distantes da realidade do povo brasileiro. Não vão ter esse protagonismo, essa vitrine, e com isso paralisar o Congresso, como foi na

pandemia. Todo mundo estava dentro de casa, desesperado atrás de vacina. Não tinha outra coisa, a não ser ficar assistindo à CPI.

*tebet.shtml*

Nem vou considerar CPI das Americanas, isso não dá o impacto. A maior, que é a do 8 de janeiro, pode interessar para nós que temos a noção real do risco que corremos, mas a grande parte da população está preocupada com emprego e comida. Eu diria que 70% da população não está preocupada com a CPI. Está, inclusive, cansada da polarização. Acho que vai ter uma exposição inicial e depois vai cair em cansaço, em ataques pessoais, grosseria. O que não vai faltar são memes. Espero estar errada, e que isso não seja vitrine para nos envergonhar, que haja urbanidade.

A oposição é mais liberal, então ela tem interesse. Esse Congresso é reformista. A **reforma tributária**, hoje, é uma pauta do Congresso. Ele está encampando, como foi com a autonomia do BC, a reforma da Previdência. Por isso a coisa vai andar.

Na reunião do Senado na semana passada, a sra. fez uma fala forte sobre os reflexos das decisões do BC. Essa fala sobe o tom? Eu sou a favor da autonomia do BC. As decisões são técnicas, mas os comunicados e as atas, como qualquer ato administrativo é um ato político. Eles têm que direcionar e falar do Brasil real. Tem que colocar o que o governo está fazendo. Tem que sinalizar: olha, o arcabouço está vindo, isso é positivo. Não estou vendo esse gesto. Eu vejo comunicados muito duros. E uma ata que, depois, quando apanha, vem flexível. Não pode ser assim.

Por mais que sejam decisões técnicas, o BC tem que entender que, como política monetária, da mesma forma como a fiscal, ela tem o foco de garantir um ambiente macroeconômico que permita ao Brasil fazer política pública e cumprir seu compromisso social. Tem de ter a visão macroeconômica sob a ótica do IDH, da desigualdade regional. Esse mapeamento tem de ser parte do processo.

A diferença do veneno e do remédio é na dose. Então, 13,75% está fazendo bem ou mal? Se fizer mal a ponto de o comércio fechar as portas e a indústria não contratar, eu estou matando o paciente, que é a sociedade.

A sra. tem um dos três votos no Conselho Monetário Nacional. Pensa em mudança de meta? Meta de **inflação** é uma não-discussão. Qualquer um dos três que fale de meta de **inflação** cria um problema seríssimo e aumenta a **inflação** no dia seguinte.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/congresso-quer-reforma-tributaria-e-cpi-vai-gerar-meme-diz->**

# Salário dos executivos aumenta 9%, enquanto o dos trabalhadores cai 3%, diz pesquisa

**Economia**

**Do R7, com Agência Brasil**

Em 2022, os diretores-executivos (CEOs, na sigla em inglês) mais bem pagos receberam aumentos de 9% em seus salários. Já os trabalhadores viram os valores dos contracheques caírem, em média, 3,19%.

Os dados são da Oxfam (Comitê de Oxford para Alívio da Fome). O relatório destaca também que, no Brasil, a queda dos proventos foi maior, de 6,9%. Na outra ponta, acionistas de empresas tiveram um incremento de 23,8% (R\$ 136,5 bilhões), de modo que acumularam R\$ 169 bilhões.

No caso da Suécia, a balança pendeu ainda mais para os privilegiados. Lá, a redução da remuneração da classe trabalhadora foi de 10%. Estados Unidos e Reino Unido igualaram-se, com uma porcentagem de 3,2%, mas têm diferenças quanto aos mais abastados.

Já nos EUA, os 100 principais CEOs ganharam R\$ 120 milhões, em média, no ano passado, quantia 15% maior do que a registrada em 2021. No grupo insular, o montante foi de R\$ 25 milhões, ficando 4,4% acima do atingido no ano anterior.

Tais cifras, para efeito de comparação, mostram que um trabalhador dos Estados Unidos teria que se manter em atividade durante 413 anos para conquistar o que o CEO no topo da cadeia recebe em um ano. No que diz respeito ao Reino Unido, o que se nota é que os presidentes de companhias ganham o equivalente a 140 vezes o valor do salário médio dos assalariados.

A organização não governamental adotou como referência dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para fazer os cálculos.

Uma das constatações, que instigam a se pensar no contexto de desigualdades sociais, é o corte médio de R\$ 3,4 mil na conta de um bilhão de trabalhadores de 50 países. Isso significaria uma perda coletiva de R\$

3,7 bilhões em salários reais, caso os salários tivessem sido reajustados pela inflação.

Na África do Sul, a ostentação dos CEOs não foi tanta, mas a disparidade entre o que eles e os trabalhadores da base embolsaram também é expressiva. Os executivos ampliaram em 13% os salários, somando R\$ milhões, em média, ao fim de 2022, o que correspondeu a 43 vezes o salário médio dos trabalhadores.

Outro dado que ajuda compreender a dinâmica socioeconômica do país africano concerne aos títulos e ações de empresas. O 1% mais rico concentra 95% dos papéis, proporção que cai para 54% nos Estados Unidos.

Outra informação do relatório diz respeito aos dividendos pagos a acionistas, que alcançaram patamar recorde, após alta de 10%. O total foi de R\$ 7,8 trilhões, conforme menciona o documento da Oxfam, que também compilou informações sobre a condição das mulheres na base do mercado de trabalho.

A conclusão é de que a jornada mensal de mulheres e meninas tem, pelo menos, 380 bilhões de horas de atividades de cuidado não remuneradas, o que prova que certos estereótipos de gênero, como a função de se responsabilizar, de forma central, pela criação dos filhos, ainda pesam sobre elas.

Com frequência, assinala a Oxfam, trabalhadoras acabam encurtando seus expedientes ou mesmo abandonam os empregos por causa dessas atividades. Além disso, também enfrentam discriminação, assédio e recebem salários mais baixos do que os homens.

Um exemplo que ilustra a forma como o mercado de trabalho trata as trabalhadoras é o dos Estados Unidos. Metade das mulheres negras de lá recebe menos de US\$ 15 por hora, em troca de sua força de trabalho.

O coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam, Jefferson Nascimento, complementa as

colocações da entidade com um dado relacionado ao assunto, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março deste ano. Segundo o órgão, as trabalhadoras do país recebem um salário 22% menor do que os trabalhadores do gênero masculino.

"Até a pandemia, até 2020, havia uma tendência de diminuição da diferença de remuneração entre homens e mulheres, que foi revertida. Tem vários fatores por trás disso. A maior parte do desemprego é de mulheres, a maior taxa de trabalhadores informais é entre mulheres. A gente sabe que o trabalho informal paga, em média, menos do que o trabalho formalizado. Então, de alguma maneira, a precarização do trabalho, esses instrumentos que a incentivam, como a reforma trabalhista de 2017, criaram as condições para que houvesse esse aumento de diferença", diz Jefferson.

Uma das direções apontadas pela Oxfam como solução para os problemas elencados no relatório é tributar devida e proporcionalmente a parcela mais rica em todos os países. A ONG lembra, por exemplo, que os **impostos** sobre a renda de dividendos e ações caíram de 61%, em 1980, para 42% na atualidade, um dado relevante para a discussão, já que é a partir da cobrança desses encargos que se pode ampliar as verbas públicas em áreas como saúde e educação.

O coordenador da Oxfam, observa que, no Brasil, os acionistas receberam, em 2022, cerca de R\$ 170 bilhões, que é quase um terço do que todos os países emergentes distribuíram em dividendos no período.

Ainda, se aproxima do valor referente ao que trabalhadoras e trabalhadores do país tiveram em cortes de salários.

Para Jefferson, essa margem de lucro entregue aos acionistas deve ser uma das partes que compõem a discussão em torno da **reforma tributária**, tendo em vista a possibilidade de contrapartida à sociedade que se pode abrir.

Ele explica que, no Brasil, a obrigação não se aplica à pessoa física e salienta que a medida já conta com aprovação de ampla parcela da população.

"É um tema que se conecta com esse debate que está se tendo no Brasil, nesse momento, no âmbito da **reforma tributária**. A gente está debatendo no Congresso Nacional, focando, principalmente agora, no imposto sobre o consumo. Mas, em um segundo momento, e isso tem sido dito no Congresso, se pretende trabalhar com reforma do imposto sobre bens e patrimônio, e é fundamental falar também sobre o retorno da tributação sobre lucros e dividendos", diz.

O leite longa vida foi o campeão de **inflação** dos itens do café da manhã. O produto teve alta acumulada de 29,75%

Edu Garcia/R7 - 19.07.2022

O café da manhã é considerado por especialistas como a refeição mais importante do dia. No entanto, itens que fazem parte dela acumulam alta nos últimos 12 meses. Os dados de **inflação** foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na manhã desta sexta-feira (10)

Edu Garcia/R7 - 08.06.2022

O R7 listou 15 itens do 'cafezinho' que mais encareceram desde fevereiro de 2022. Confira, na ordem do menor para o maior, nas fotos a seguir

Edu Garcia/R7 - 19.07.2022

Item quase obrigatório no café da manhã, o pão francês ficou 16,73% mais caro

Edu Garcia/R7 - 06.07.2022

Também muito fabricado pelos mineiros, o queijo apresentou expansão de 16,79% em seus preços

Muito popular em Minas Gerais, o pão de queijo teve acumulou alta de 19%

Divulgação / A Pão de Queijaria

Ovo de galinha ficou 19,35% mais caro

Marcello Júnior/Agência Brasil

Manteiga teve valores que cresceram 20,67%

September 3, 2020. REUTERS/Jacob Gronholt-Pedersen/File Photo

Na categoria das frutas, os preços cresceram 22,66%

Edu Garcia/R7 - 06.09.2022

O pão de forma aumentou em 25,67%

Divulgação

O leite longa vida foi o campeão de **inflação** dos itens do café da manhã. O produto teve alta acumulada de 29,75%

Edu Garcia/R7 - 19.07.2022

O café da manhã é considerado por especialistas como a refeição mais importante do dia. No entanto, itens que fazem parte dela acumulam alta nos últimos 12 meses. Os dados de **inflação** foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na manhã desta sexta-feira (10)

Edu Garcia/R7 - 08.06.2022

**Site: <http://noticias.r7.com/economia/salario-dos-executivos-aumenta-9-enquanto-o-dos-trabalhadores-cai-3-diz-pesquisa-01052023>**